

Idemnos do
**terceiro
mundo**

6

**BRASIL
LA BRIZOLA**

Agosto 1978

40\$00 Kz40,00 Esc. 40\$00 PG40,00

Ano 1 n.º 6

WASHINGTON-PARIS-HAVANA-MOSCOVO-KINSHASA

A CRISE INTERNACIONAL

**Para
onde
vai
Carter?**



**TIMOR LESTE
A VITÓRIA APROXIMA-SE**



cadernos do
**terceiro
mundo**

Formação
através da
informação

campanha das mil assinaturas

esperamos a cooperação dos
amigos e leitores dos

cadernos do
**terceiro
mundo**

r. pinheiro chagas 41 · 2º d.
lisboa

Nesta edição

2 carta ao leitor

4 editorial

entrevista especial

6 *Timor* — entrevista com Rogério Lobato

médio-oriente

16 *Libano* — a vez dos falangistas... — *Marcelo Dias*

23 *Egipto* — o general dissidente
as medidas antidemocráticas — *Paulo César Braz*

Bahrein — um centro financeiro — *Cláudio Colombani*

áfrica

31 a intervenção e a crise — *Neiva Moreira*

37 advertência de Nyerere

39 *Namíbia* — a independência não é negociável
Beatriz Bissio

42 *Ilhas Canárias* — entrevista com Cubillo — *Letícia Singer*

45 *Burundi* — o povo decidirá

47 *Moçambique* — 3.º aniversário da independência
— *Carlos Cardoso*

américa latina

52 *Brasil* — entrevista com Leonel Brizola

55 *Panamá* — além do canal — *Xabier Gorostiaga*
uma nova potência em cobre — *Paulo Cannabrava*

66 *Porto Rico* — as riquezas e a independência
— *Ramón Nenadich*

ásia

71 *Irão* — o trono estremece — *Mohamed Salem*

76 *Afeganistão* — começa a revolução — *Pablo Piacentini*

80 *Sudeste Asiático* — entrevista com M. Caldwell
— *Roberto Remo*

89 panorama

cultura

101 *Angola* — a batalha da educação — *Altair L. Campos*

113 Daniel Viglietti: a canção continua viva — *Maluza da Silveira*

informação

117 o que é uma notícia — *Fernando Reyes Matta*

123 breves

125 almanaque



cadernos do terceiro mundo

Publicação mensal — n.º 6/Ago de 1978

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bísio

Chefe de Redacção: Roberto Remo

Edição em Espanhol — ano II, n.º 22

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português — ano I, n.º 6

Tricontinental Editora, Lda.

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Chefe de Redacção: Marcelo Dias

Sub-chefe de Redacção: Baptista da Silva

Artes Gráficas: Leonel M.

Colaboram neste número: Carlos Cardoso, Claudio Colombani, Fernando Reyes Matta, Leticia Singer, Maluza Silveira, Mohamed Salem, Paulo Cannabrava Filho, Paulo César Braz, Ramon Nenadich e Xabier Gorostiaga.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Agência de Informação de Moçambique (AIM), da Inter Press Service (IPS), da Irakian National Agency (INA), da SHITATA (agência tanzaniana), da Nipon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL). Mantem intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

administração e Redacção: Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º Dto. — Lisboa

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa

Distribuição: Dijournal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 7.º Dto. — Lisboa

assinaturas

PORTUGAL

ANUAL 612 números) 380\$00

semestral (6 números) 220\$00

ESTRANGEIRO — Anual (12 números) por via aérea

Angola, Moçambique, Cabo Verde

Guiné e São Tomé e Príncipe 600\$00 (escudos) OU

14 DÓLARES USA

Restantes Países 17 DÓLARES USA

correio do leitor

Nunca encontrei uma revista que me desse tanto prazer a ler e que captasse a minha atenção e interesse desde a primeira à última página, José João Ferreira, Vila Nova de Gaia, Portugal.

Apenas mais uma palavra; continuem nessa senda. Todos nós, povo português, povos de todo o Mundo, lucraremos. Arlindo H. Lapa Santos Oliveira, Vila Nova de Gaia, Portugal.

Que tal a ideia de reunir todos os vossos leitores numa espécie de clube da vossa revista? (...) Poderia parecer uma ideia absurda, mas tenho a certeza que muitos dos vossos leitores estariam dispostos a pôr a ideia em prática. António de Silva, Lisboa, Portugal.

Consideramos de grande interesse que apareça uma edição dos Cadernos do Terceiro Mundo em língua inglesa. Um grupo de pessoas preocupadas com os problemas do Terceiro Mundo está a analisar este tema, e logo enviaremos a respectiva informação. Ellen Harriet, San António, Texas EUA.

Não sei se como assinante receberei a revista. Porque não tentam uma distribuidora aqui no Rio? Mário C. Frascchetti, Ipanema, Rio, Brasil.

Há assuntos de grande importância que poderiam ser tratados em profundidade. A educação, por exemplo. F. A. Ribeiro, Luanda, Angola.

Quem é o vosso distribuidor aqui em Moçambique? O Instituto Nacional do Livro e do Disco? Tive (e tenho) dificuldades em encontrar a revista. S. Mendes Castanheira, Beira, Moçambique.

Carta ao leitor

O nosso número cinco, cujo tema principal foi **Bombas sobre África**, caiu também como uma bomba.

A resposta dos nossos amigos leitores fez-se manifestar, não só pelo volume de cartas elogiosas, como até por visitas que recebemos em nossa redacção, de pessoas que fizeram questão em trazer-nos, pessoalmente, a sua opinião favorável à linha seguida pela revista.

Houve também um acréscimo considerável na habitual solicitação de assinaturas, e queremos crer, isto o foi pela qualidade do nosso último número.

Neste número seis, procuramos manter o mesmo nível de qualidade. O aparentemente elevado número de entrevistas é proposital e consciente. Foi a maneira mais objectiva que encontramos para o caso, onde, indivíduos altamente qualificados, por estarem realmente dentro do problema, podem dele falar com toda a segurança e conhecimento de causa.

Nossos leitores de Angola perguntam-nos onde adquirir a revista. Podemos informar que as livrarias provinciais do DOR têm-na à venda. O mesmo caso se põe para Moçambique: se não encontrarem os Cadernos, entrem em contacto com o INLD. Para Guiné-Bissau, procurem na Casa da Cultura.

Continuem a escrever e a enviar sugestões. Esta revista é, antes de tudo, do leitor que nos prestigia.

a crise internacional

O acirramento das tensões internacionais, na sequência dos acontecimentos dos últimos meses em África, volta ao centro das atenções neste n.º 6 dos Cadernos do Terceiro Mundo. Neiva Moreira aprofunda a análise do tema, já tratado no nosso número anterior, quando da intervenção francesa no Shaba.

A entrevista especial dá a palavra ao povo timorense e à FRETILIN. Numerosas informações inéditas sobre a resistência aos invasores indonésios, a vida nos territórios libertados e a ligação da FRETILIN com outros movimentos de libertação do arquipélago são feitas pelo dirigente timorense Rogério Lobato ao nosso companheiro Baptista da Silva.

O Médio Oriente volta a ocupar grande destaque com o reacender da guerra civil libanesa — analisado por Marcelo Dias — e com a dissidência do general egípcio Saad Shazli, ex-embaixador em Lisboa.

O Brasil continua a merecer as nossas atenções com uma entrevista de Leonel Brizola. O líder trabalhista faz importantes declarações sobre a crise do regime e as perspectivas actuais da luta do povo brasileiro pela democracia.

Na África abordamos o terceiro aniversário da independência de Moçambique, a luta do povo da Namíbia e um tema de grande interesse: o problema das Ilhas Canárias, numa entrevista com Antonio Cubillo, secretário-geral do MPAIAC.

Buscamos neste número começar a preencher a lacuna que tem representado a nossa escassa informação sobre temas asiáticos. A complexa situação no Sudeste Asiático é analisada por um especialista do assunto, o jornalista britânico Malcom Caldwell, em entrevista ao nosso companheiro Roberto Remo. O nosso director Pablo Piacentini debruça-se sobre os últimos acontecimentos no Afeganistão. O vizinho Irão, onde o regime do Xá sofre o impacto de um descontentamento popular crescente é também objecto de um artigo.

A nossa secção de cultura apresenta uma entrevista feita em Angola por Altair Campos com o conhecido escritor Artur Pestana, vice-ministro da Educação. "Pepetela" fala da educação, da alfabetização e da formação profissional de Angola. Daniel Viglietti, famoso cantor uruguaio, actualmente exilado, também fala aos Cadernos do Terceiro Mundo, através da nossa colaboradora Maluza Silveira.

EDITORIAL

Para onde vai Carter?

EM 31 de Maio, em Washington, os países membros da NATO adoptaram um programa armamentista que vem acrescentar uma nova alicha à já existente tensão mundial. Nesse encontro dos chefes de estado dos países capitalistas foi imposto um critério «global», pelo qual o desarmamento é condicionado, isto é, as relações militares entre a NATO e os países socialistas, são condicionadas pelo cessar do apoio socialista às lutas de libertação do Terceiro Mundo.

A 5 de Junho, em Paris, os Estados Unidos, a Alemanha Federal, a França, a Inglaterra e a Bélgica, analisaram em conjunto a apressada intervenção que haviam efectuado na província do Shaba, no Zaire, e coordenaram a sua prorrogação. Além disso, acordaram que cada vez que os governos neocolonialistas da África se sintam encurralados pelos Movimentos de Libertação, realizarão intervenções sucessivas, «caso a caso».

A 7 de Junho, em Annapolis, o presidente Carter reiterava o seu conceito chave. Em resumo: se a União Soviética quer a distensão, deve comprometer-se a manter o actual *status quo*, abstendo-se de propiciar qualquer apoio aos Movimentos de Libertação.

Durante os últimos meses, os representantes e a imprensa dos países capitalistas desencadearam uma persistente campanha, com a qual procuram justificar os seus gigantescos preparativos militares. O pretexto é a «ingerência sovieto-cubana» na África.

Segundo a campanha, o facto destes países darem a sua cooperação a governos recentemente libertados, e apoiarem os movimentos que lutam contra o colonialismo e o racismo, constituiria uma ameaça à segurança mundial.

Ninguém pode apontar, nem mesmo com um indício, a presença cubana no Shaba, claramente desmentida por Fidel Castro. E foi sob este pretexto que foi desencadeada no Shaba uma impressionante operação militar e económica, na qual a França e a Bélgica despacharam os seus pára-quedistas para a região, os Estados Unidos forneceram o transporte aéreo, a Inglaterra enviou material sanitário, enquanto os norte-americanos e a Alemanha Federal outorgavam vultosos empréstimos de emergência ao seu aliado, o presidente zaireense Mobutu Sese Seko. Tudo isto para impedir a queda do regime de Mobutu, o qual, em troca de tanto apoio, assegura aos países capitalistas o cobre, o cobalto, o urânio, e os incalculáveis recursos minerais do Shaba.

Ao mesmo tempo, a campanha consiste em fazer a advertência de que os cubanos não se devem solidarizar com os povos do Zimbabwe ou da

Namíbia, pois os problemas com os países racistas seriam da exclusiva competência de Washington e Londres. No entanto, são dissimulados ou aprovadas as matanças que os exércitos da África do Sul e da Rodésia fazem contra os povos da Namíbia, Angola e Zimbábue, e calam-se em relação à ingerência francesa no Tchad e no Sahara.

A verdade é que as potências capitalistas intervêm directa e indirectamente nos países do Terceiro Mundo, e estão a incentivar a corrida armamentista. Diante da NATO, o presidente norte-americano James Carter fez alusão ao «terrorífico potencial» bélico soviético, «que ameaça a nossa Aliança». Os factos: a NATO adoptou um desmedido programa militar, que vai até o ano de 1995, e compreende um reforço substancial da presença militar dos aliados da NATO na Europa Central, o qual, se não for contrabalançado pelos países socialistas, dará uma esmagadora superioridade estratégica às potências capitalistas do Velho Continente.

Esta visão «global» que predomina na NATO, está pois em movimento e há de ser dominante no futuro imediato. Ela foi imposta como diretriz central da Organização Atlântica, apesar das diferenças de ponto de vista que suscitou a sua discussão dentro do *establishment* norte-americano. Segundo esta visão, todos os problemas do planeta estão vinculados entre si, como se eles, sumariamente, pudessem ser resolvidos por acordos entre Washington e Moscovo. E como a União Soviética não admite essa concepção, é pressionada na área do desarmamento.

Trata-se de um jogo perigoso, pois significa que enquanto continuar o ascenso dos Movimentos de Libertação, será dado um brutal impulso à corrida armamentista, no meio de um incremento agudo da tensão mundial. Por tudo isso, há quem avalie a situação como se fosse o início de uma fase da «guerra morna».

Estamos diante de uma visão histórica que nada tem a ver com a realidade, que implica um desconhecimento ou negação, — em todos os casos mediante o emprego da força — dos anseios dos povos de se libertarem da opressão, seja neocolonialista, seja racista. E como o Terceiro Mundo não renunciará ao seu destino, nem os países socialistas perderão sua própria coerência, este jogo é, além de tudo, desnecessário. E quem sabe se converta num «boomerang». A opção da NATO é a sua política intervencionista tendem, naturalmente, a esclarecer e a radicalizar as opções dos Movimentos de Libertação.

ENTREVISTA
ESPECIAL



TIMOR: «a melhor maneira de nos defender é atacar»

A contra-ofensiva do povo de Timor Leste e o cerco aos invasores indonésios. A vida e a organização popular nas áreas libertadas. As ligações da resistência do povo timorense com as guerrilhas do arquipélago indonésio. Estes e outros temas de grande interesse são abordados por Rogério Lobato, dirigente da FRETILIN, em entrevista exclusiva para os Cadernos do Terceiro Mundo.

Rogério Lobato, membro do Comité Central da FRETILIN e conselheiro militar junto do ministro das Relações Exteriores Mari Alkatiri, esteve em Portugal onde desenvolveu grande actividade diplomática junto das autoridades portuguesas, para que estas reconheçam a República Democrática de Timor Leste, a para que se incentive as relações de amizade entre os dois povos. Aquele dirigente da FRETILIN esteve na nossa redacção em Lisboa, onde nos deu esta entrevista em que analisa a situação que se vive em Timor Leste após três anos de luta armada contra o invasor indonésio, bem como as perspectivas revolucionárias no Sudeste Asiático.

— Podemos talvez começar por analisar a actual situação em Timor Leste após a prisão do ex-presidente da FRETILIN — Xavier do Amaral. Quais foram as dificuldades e também as perspectivas que se abriram com esse processo?

— Podemos caracterizar a situação político-militar como excelente, na medida em que as dificuldades da nossa luta no período em que Xavier do Amaral tentava boicotar todos os esforços em diferentes domínios foram praticamente ultrapassadas com a sua prisão. Neste momento, sob o ponto de vista militar, podemos caracterizar a situação de boa, apesar de todo o bloqueio económico, militar e naval imposto pelos indonésios desde há quase três anos para cá. A frente militar tem tido sucessos na medida em que apesar das grandes dificuldades em que nos encontramos conseguimos reestruturar as nossas forças armadas, dando-lhes outra forma de constituição e organização. Na altura em que os indonésios invadiram Timor Leste nós tínhamos herdado todas as estruturas do exército colonial português. Com a evolução da luta fomos forçados a aumentar o nível das nossas forças armadas, que passaram a ser constituídas por batalhões, regimentos e brigadas. Neste momento já podemos combater a nível de batalhão e regimentos e ultimamente foi criada a primeira brigada de choque. O que é de facto um sucesso pois apesar de todos os esforços do numeroso exército indonésio em aniquilar as nossas forças e impedir que elas aumentem de número, apesar disso, conseguimos ultrapassar as fases difíceis, reestruturar as nossas forças armadas de libertação e aumentar o seu nível de combate.

entrevista de Baptista da Silva

— Como se adaptam os indonésios à guerra em Timor Leste?

— Os indonésios o longo destes três anos têm vindo a aplicar diferentes tácticas no campo de combate. Desde que invadiram a nossa terra tentaram dividir Timor Leste em compartimentos separados e procuraram dispôr as suas forças ao longo das estradas para impedir que as forças de FRETILIN estacionadas numa região tivessem contacto com as de outras regiões. Eles tinham de dispor ao longo de todas as estradas grandes contingentes de forças, a nível mesmo de companhias, de cinco ou de dez em dez quilómetros. É claro que face a esta táctica nós não respondemos com uma guerra de posições, e pelo contrário, passámos a actuar a nível de guerrilhas, coordenando o combate com uma guerra de movimento. E que táctica aplicamos para desbaratar a táctica do inimigo dos compartimentos estanques ou separados? Concentramos forças em número duas ou três vezes superior e atacávamos companhia a companhia estacionada ao longo da estrada. Uma companhia indonésia tem cerca de cento e cinquenta homens e nós atacávamos geralmente com um batalhão ou dois batalhões. Esses ataques são feitos de uma maneira geral no tempo da chuva, durante a noite, e são realizados de surpresa com uma razoável cobertura da nossa artilharia pesada.

Frustrámos pois este plano inicial dos indonésios de dividir Timor em compartimentos estanques, táctica que aliás tinha sido utilizada pelos americanos no Vietnã. A partir daí o controlo dos indonésios ficou reduzido às vilas ou às cidades, onde se encontram completamente cercados. As condições topográficas da ilha ajudam a FRETILIN a manter esse cerco às forças agressoras na medida que Timor Leste é cerca de 80 por cento montanhosa e temos quase nove meses de chuva, o que vem facilitar toda uma série de acções que nós desencadeamos.

Destruímos as estradas, destruimos as pontes, cercamos o inimigo nas vilas e forçámo-lo a mover-se pelos meios mais dispendiosos, como sejam helicópteros e aviões. Forçamos inclusive o inimigo a abastecer-se utilizando estes meios. Enten-



demostremos que para fazer guerra com mais eficiência contra o inimigo, devemos fazer uma guerra contra a sua economia, porque é a economia que mantém a guerra.

Neste momento os indonésios não se podem mover pelas vias de comunicação. Geralmente quando os aviões ou helicópteros os tentam abastecer nós apertamos o cerco, e com a nossa artilharia anti-aérea obrigamo-los a voar muito alto. Acontece que quando lançam os abastecimentos de pára-quedas nós dividimos o material: parte cai dentro das áreas controladas pelos indonésios, parte cai dentro das áreas libertadas. Isto tem acontecido por várias vezes e como os indonésios se inteiraram desta nossa tática passaram a lançar "presentes-armadilhas" para a população. No início morreu alguma gente porque desconheciam estas armadilhas, mas neste momento os indonésios nem sequer se atrevem a lançar "presentes-armadilhas", pois nós temos sapadores que conseguem desarmar as minas e recuperá-las para a nossa causa.

O CONTROLO DAS ZONAS ECONÓMICAS

— No entanto os indonésios lançam uma nova ofensiva...

— Que no campo militar nós interpre-

tamos como sendo a última fase das ofensivas inimigas. São verdadeiras campanhas de cerco e aniquilamento. Nessas campanhas os indonésios concentram um grande número de forças em aldeias ou vilas estratégicas que controlam, e a partir daí tentam lançar um assalto contra as áreas rurais numa progressão em anel.

Começaram esta nova fase de ofensivas em Novembro do ano passado na fronteira centro-sul e sul de Timor Leste, onde se localizam os nossos poços de petróleo e onde vivem cerca de 200 mil pessoas.

— Poços de petróleo que vocês controlam...

— Sim, controlamos. Mas um dos objectivos imediatos dos indonésios ao lançarem esta acção de cerco e aniquilamento é de capturar os jovens para os alistarem no exército invasor numa tentativa de "timorização" da guerra, tal como os americanos fizeram no Vietnam. Têm como objectivo também capturar ou liquidar os velhos, as mulheres e as crianças, já que eles constituem de uma certa maneira o apoio logístico das forças armadas de libertação, pois são eles que transportam as munições e na maioria dos casos, fazem a agricultura. Mas esta primeira fase de ofensivas redundou em fracasso pois nós, face ao avanço indonésio, já havíamos previamente preparado a evacuação da população e de todos os bens, como o gado e a colheita dos campos.

Tivemos de desenvolver todo um trabalho de segurança e informação bem montado, directamente ligado ao comando das FALINTIL, a fim de se poder proceder à prévia evacuação de toda a população e de todos os bens.

— Isso demonstra que vocês já sabem antecipadamente o que o inimigo pretende fazer?

— Certamente. E demonstra igualmente a nossa grande infiltração dentro das forças armadas indonésias. Essa experiência foi adquirida em três anos de guerra.

Evidentemente, que essas ofensivas do inimigo visam também tomar o controlo das zonas económicas, como sejam as do petróleo. Como já disse, nós temos alguns poços de petróleo não muito grandes, são pequenos, mas que de qualquer modo nos fornecem matéria-prima para mantermos as comunicações militares e também a Rádio Maubere, emissora nacional de Timor



Comício da FRETILIN em Dili, antes da Invasão Indonésia.

Leste. Trata-se de uma luta de vida ou de morte, pois, como podem avaliar, nós estamos sob um imenso bloqueio económico e somos obrigados a recorrer às nossas próprias forças para quebrar este bloqueio, o que significa neste caso aproveitar as matérias-primas que existem no nosso subsolo.

— Como é feita a exploração desses poços de petróleo?

— Os poços não são muito profundos, na maioria dos casos têm cerca de vinte metros de profundidade, foram abertos pelos japoneses durante a II Guerra Mundial e encontram-se junto da fronteira sul e na parte central de Timor Leste. Refinamos o petróleo por processos rudimentares, processos tradicionais que utilizamos por exemplo para refinar o álcool que extraímos das palmeiras e que utilizamos na assistência aos feridos.

As zonas de café são igualmente zonas económicas de extraordinária importância. Já no período colonial cerca de 80 por cento do produto da exportação provinha do café, e hoje, vemos a tentativa dos indonésios de dominarem essas zonas económicas do café, porque querem com a sua exploração adquirir os meios financeiros para manter a guerra em Timor Leste.

Nós controlamos as zonas de café ape-

sar dos indonésios controlarem as vilas situadas junto dessas áreas. Neste momento estamos a armazenar o café que nós colhemos nas zonas libertadas, para fazer face a seguir à libertação, na fase de reconstrução nacional, podermos com esse café conseguir os meios financeiros suficientes para fazer face aos primeiros problemas que surgirem. Talvez, no campo da agricultura, comprar máquinas, tractores, etc..

“85 POR CENTO DO TERRITÓRIO ESTÁ LIBERTADO”

— Qual é a proporção do território nacional que se encontra já libertado?

— Cerca de 85 por cento do território encontra-se libertado pela FRETILIN e cerca de 96 por cento da população encontra-se nessas áreas. Pensamos que para fazer a guerra precisamos de gente. Podemos perder posições, pois essas perdas considerámo-las temporárias, agora, se os indonésios matam a população essas perdas são dificilmente recuperáveis, e é por isso que conjugamos todos os nossos esforços em levar o maior número de população possível para as áreas libertadas. Aí organizamos a população, integrámo-la no exército popular de libertação e levámo-la a produzir para dar apoio à luta armada.

— Porém, o recente envio de mais quin-

ze mil soldados indonésios para Timor Leste surge na sequência das tentativas de negociação por parte da Indonésia com a FRETILIN. Como explicá-lo?

— Isto é precisamente no sentido de forçar a FRETILIN a aceitar as negociações que a Indonésia propôs através do Pentágono e da própria Secretaria de Defesa dos Estados Unidos.

— Quando é que isso se deu?

— Foi há cerca de uns três meses.

— Com o Pentágono de mensageiro?

— Bem, a coisa foi a seguinte: os indonésios nem sequer tendo a coragem de pôr a questão directamente à FRETILIN, abordaram-nos através do Pentágono que nos contactou, expondo o ponto de vista dos generais indonésios ao nosso representante permanente nas Nações Unidas.

SECTORES DO EXÉRCITO INDONÉSIO PROCURAM SOLUÇÃO NEGOCIADA

— Mas concretamente, quais foram os oficiais norte-americanos que vos contactaram?

— O militar norte-americano contactado pelo general indonésio Benni Murdann para contactar a FRETILIN, foi o coronel na reserva chamado Armstrong.

— Esse general indonésio representaria o pensamento do governo indonésio, ou o de um sector dissidente da oficialidade?

— Pensamos que é de um sector dissidente. Pois, ainda há um sector que acredita numa "solução militar" em Timor Leste, enquanto outro, para evitar que a guerra se alaste às outras milhares de ilhas

— pois existem muitos movimentos separatistas que podem imitar o exemplo de Timor Leste — tenta adiantar um contacto com a FRETILIN no sentido de conseguir uma saída airosa e assim talvez conseguir uma solução negociada.

— Então essa iniciativa não seria propriamente de Suharto?

— Bom, sobre esse aspecto, temos notícias bastante contraditórias. Ultimamente até fomos informados que foi o próprio Suharto que sugeriu as negociações com a FRETILIN, mas de facto, não possuímos a certeza nesse campo. Mas que há duas facções de generais, isso é verdade, o que significa de facto a agudização das contradições dentro da própria clique militar da Indonésia.

— Dizias que o envio destes quinze mil

homens para Timor representava uma tentativa de forçar a FRETILIN às negociações. Mas o que é certo é que isto se dá ao mesmo tempo em que é montada uma grande campanha de propaganda em que é anunciada ida de Suharto a Dili e, inclusivamente, segundo veicularam alguns órgãos de informação, a abertura de Timor Leste aos turistas...

— *(Risos que contagiam os entrevistadores)* Exacto. E certamente que esses quinze mil homens estão relacionados com a visita — ou a possível visita — de Suharto a Dili. Se é que realmente Suharto pretende visitar Timor Leste, porque o camarada ministro Alarico Fernandes já disse publicamente através da Rádio Maubere que a FRETILIN prepara uma "festa" para recebê-lo em Dili. E relativamente a essa abertura aos turistas, pois eu queria informar que fui contactado ainda ontem à noite pela Austrália em que me confirmaram que as nossas forças se encontram a cinco quilómetros do aeroporto internacional, e que se estão a concentrar para tomar o aeroporto internacional de assalto. E, neste momento, o aeroporto internacional de Baucau encontra-se dentro do limite da nossa artilharia pesada. Esperamos, pois, que Suharto, no dia 17, possa aterrar em Baucau com o seu Boeing 707 ou 737. Estamos lá à espera dele...

Queremos apenas frisar aqui, que o ano passado, quando os congressistas norte-americanos foram a Dili, nós fizemos uma ofensiva sobre a capital e estávamos dentro da capital de Dili a combater contra os indonésios. Os congressistas norte-americanos puderam ouvir os combates e inclusivamente os tiros das nossas metralhadoras.

— Já que estamos a falar dos congressistas norte-americanos, qual tem sido a política dos Estados Unidos em relação a Timor Leste?

— A política dos Estados Unidos tem sido a política de apregoar aos quatro ventos a política dos direitos humanos, mas em relação a Timor Leste tem sido uma política de completa hipocrisia porque enquanto Carter fala dos direitos humanos, dos dissidentes soviéticos e portanto, tenta explorar esta lacuna nos países do leste, em países como Timor Leste, na Malásia, na Tailândia, nas Filipinas, faz uma política completamente contraditória. Está continuamente a mandar milhares de tonela-



Rogério Lobato durante a sua entrevista aos Cadernos do Terceiro Mundo.

das de bombas e de armas e de aviões para matar não só o povo em Timor Leste, as nas Filipinas, na Indonésia na Malásia.

Não acreditamos na política dos Estados Unidos de direitos humanos. Aliás já denunciámos isto publicamente nas Nações Unidas e já agora queremos aproveitar a revista "Cadernos do Terceiro Mundo" para denunciar a política oportunista dos Estados Unidos quando fala dos direitos humanos. Nós entendemos que aos Estados Unidos só lhes interessa a defesa dos direitos humanos quando isso serve os seus interesses, mas quando os seus interesses estão lesados ou ameaçados, não se importam de mandar todas as toneladas de bombas para oprimir o povo de Timor Leste. É isto que realmente neste momento está a acontecer. E esta política dos Estados Unidos está cada vez mais exposta a ser criticada internacionalmente, na medida em que pela primeira vez na história de Timor Leste a Indonésia está a ser assistida directamente no domínio militar por conselheiros norte-americanos em Timor Leste.

— Mas quando é que chegaram esses conselheiros militares a Timor?

— A partir do mês passado, portanto no mês de Junho, chegaram os primeiros, e neste momento estão enquadrados nas forças indonésias, sobretudo a pilotarem aviões e helicópteros para combaterem as nossas forças.

— Mas seriam mercenários como no caso de Angola, ou militares uniformizados?

— Bom, Timor Leste é um país soberano reconhecido internacionalmente, logo nós entendemos que todos os americanos que vão para lá ajudar uma força de agressão são mercenários. Quer sejam uniformizados ou não. O que interessa é a intenção que os leva para lá. Nós considerámo-los como mercenários, como agressores e serão tratados como tal. Serão tratados como criminosos de guerra se forem capturados.

— Vocês têm extendido as vossas acções a Timor Oeste?

— Entendemos que a melhor maneira de nos defender é atacar. Portanto se a Indonésia nos agradiu, nós temos o direito de nos defender atacando dentro da própria Indonésia. E neste momento estamos a transferir a luta para Timor Oeste. Já

Timor

foram armados mil guerrilheiros dentro de Timor Oeste — que são de Timor Oeste — e recebem apoio moral, político e logístico da FRETILIN.

— Mas vocês teriam como perspectiva a reunificação da ilha e a formação de uma única República de Timor...

— Nós não temos em mente essa ideia, contentamo-nos em ficar independentes com as fronteiras herdadas do colonialismo, e portanto defendemos o ponto de vista da Carta das Nações Unidas. É claro que esse nosso apoio é um apoio solidário com todas as forças progressistas da Indonésia. Essas forças que combatem dentro de Timor Oeste são forças antifascistas, são forças que combatem contra Suharto e por isso merecem o nosso apoio.

— Vocês têm pois contactos com outros movimentos de libertação dentro da Indonésia?

— Temos contactos com muitos movimentos. Temos contactos desde comunistas até movimentos que combatem pura e simplesmente contra Suharto. Neste aspecto, temos contactos com o movimento de Sumatra, com o movimento da Nova Guiné-Papua Ocidental — que tem uma força de quase três mil homens armados e combate desde 1965 contra a Indonésia, e é portanto uma guerrilha altamente experimentada.

Temos também contactado com forças



pág. 12 n.º 6/Agosto 78

de Kalimanta, de Bornéu, das Molucas, e continuaremos a fazer esses contactos e a dar-lhes o nosso apoio enquanto entendermos que a Indonésia é governada por uma força fascista e pelo imperialismo. É também dentro deste contexto que devemos entender o apoio que nós damos aos movimentos dentro da Indonésia.

— Qual é a posição do Partido Comunista da Indonésia em relação ao problema de Timor Leste?

— O PCI reconhece a República Democrática de Timor Leste.

— A vossa luta de libertação tem características muito próprias já que se desenrola numa ilha sujeita a um intenso bloqueio por parte das forças navais indonésias. Por outro lado, todos os outros movimentos que lutam dentro da Indonésia têm os mesmos problemas, combatendo nesse gigantesco arquipélago formado por cerca de treze mil ilhas. Como é que vocês se adaptam a essas particularidades?

— Bom nós já prevíamos essa situação muito antes da invasão. Quando o exército colonial aderiu em bloco à FRETILIN, quando a FRETILIN constituiu o seu braço armado — as FALINTIL — e quando nós capturámos todo o armamento português, a nossa principal preocupação foi a de colocar todo esse armamento nas matas, nas florestas, muito para o interior de Timor Leste. Quando a Indonésia invadiu Timor Leste encontrou os paióis vazios. A nossa política tem sido uma política de contar com nossas próprias forças. Contar com o armamento capturado aos portugueses, fazer a guerra com esse armamento de uma maneira muito inteligente, muito económica, e com esse armamento capturar o maior número possível de armamento dos indonésios. É uma guerra que exige uma grande ginástica de esforços, de meios, e de astúcia. Mas realmente temos conseguido muito de três anos para cá. Neste momento o nosso maior problema não é o problema de armamento, como muita gente pode pensar. Temos resolvido razoavelmente esse problema. Com o armamento capturado aos portugueses conseguimos formar um exército de cerca de treze mil homens no início, e com o armamento capturado aos indonésios elevámos esse contingente para cerca de dezassete mil homens armados. É claro que não estão tão bem armados como os indonésios, mas na situação em que nós vivemos podemos considerar que a situação é muito boa.



Guerrilheiros das FALINTIL, braço armado do povo timor

Além disso nós temos recorrido a muitas maneiras de adquirir armamento: os indonésios são muito corruptos, e partir daí os camaradas podem imaginar... o que nós podemos conseguir num exército corrupto.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

— Na medida em que vocês controlam a maioria do território nacional e uma grande parte da população, evidentemente que tem de se preocupar com problemas como a saúde, e educação, etc...

— Nós temos grandes problemas nessa frente de saúde. Depois de cinco séculos de colonialismo português, não temos um único médico preparado pelos portugueses em Timor Leste. Só para dizer que não temos Universidade em Timor Leste, e o único liceu que lá está, até certa altura, só preparava indivíduos até ao 5.º ano. Não temos pois quadros superiores na frente de saúde, recorremos sobretudo aos enfermeiros, que dada a situação de dificuldade que se vivia no período colonial são altamente experimentados e têm resolvido os nossos problemas principalmente no que diz respeito a feridos de guerra, amputados, etc. Não quer dizer que tenhamos resolvido de uma maneira cabal os problemas de saúde, mas estamos a resolvê-los. Como não tínhamos remédios em grandes "stocks", tivemos de recorrer a uma medi-

cina tradicional, e para isso tivemos de desenvolver uma campanha política junto dos médicos tradicionais que são aqueles velhos que são verdadeiras bibliotecas vivas, que conhecem todas as cascas e raízes, as folhas das árvores.

Estamos a aprender essa medicina tradicional para colocá-la ao serviço da nossa luta nesta difícil fase da libertação nacional. Criámos hospitais, maternidade, e criámos também uma Cruz Vermelha de Timor Leste. Temos, até este momento, feito contactos com a Cruz Vermelha Internacional, mas é claro que a situação é difícil na medida em que o bloqueio continua.

Dentro da frente da educação estamos a alfabetizar o povo, adaptando o programa de Paulo Freire; até 1976 tínhamos cerca de cinquenta mil pessoas matriculadas nas áreas libertadas, mas esse número duplicou. Podemos enquadrar ainda nesse campo o esforço que temos feito em preparar o povo para criar novas músicas, novas danças, novas canções revolucionárias para a mobilização das próprias massas populares.

Neste momento essas músicas e canções aparecem mais motivadas porque estão directamente ligadas a uma fase da luta de libertação nacional, a uma fase de luta armada.

— E na frente diplomática como têm corrido as coisas no sentido da FRETILIN procurar novos apoios para a sua luta?

— Nestes últimos anos os nossos esforços têm sido sobretudo no objectivo de obter o maior número de reconhecimentos da República Democrática de Timor Leste. Somos reconhecidos por cerca de quinze países como República, mas como FRETILIN, movimento de libertação, somos reconhecidos por muitos mais. Cuba foi o último país a reconhecer a República Democrática de Timor Leste, e fomos também informados que a República das Seichelles se preparam também para reconhecer oficialmente o nosso País.

Estamos ainda a fazer esforços, e a minha vinda a Portugal está directamente relacionada com este aspecto, no sentido de melhorar as nossas relações com Portugal. Procurámos que Portugal reconheça a República Democrática de Timor Leste. Entendemos que se Portugal tem responsabilidades históricas e morais para com o nosso povo, essas responsabilidades têm de se concretizar em actos não podem passar apenas de palavras vazias. Por isso, pensamos que Portugal, a posição mais coerente do governo português neste momento é reconhecer a república Democrática de Timor Leste proclamada pela FRETILIN. Tenho encontrado membros do Conselho da Revolução, como o major Melo Antunes e o comandante Victor Crespo com quem tenho discutido estes assuntos. Tenho feito esforços no sentido de uma delegação nossa se avistar com o presidente da república portuguesa, general Ramalho Eanes. Também fui informado de que o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Sá machado se encontra disposto a avistar-se comigo a fim de discutirmos sobre as relações de Timor Leste com Portugal. Acha-mos que este é o momento mais propício para intensificarmos as nossas relações, o momento em que pensamos que o apoio político de Portugal é necessário para aumentar o leque de apoio à FRETILIN e à República Democrática de Timor Leste na arena internacional.

Estamos a fazer uma grande campanha na Europa, e pensamos que dentro em breve uma delegação nossa se possa avistar com o governo da Holanda e da Grã-Bretanha. Ainda dentro da frente diplomática, estamos a fazer esforços para visitar os países da América Latina. Aliás, éramos para ter visitado este mês esses países da América Latina, mas por razões inadiáveis da nossa luta nas Nações Unidas, tal não nos foi possível.

— Para quando a discussão do problema de Timor nas Nações Unidas?

— O problema de Timor Leste consta neste momento na agenda e portanto irá ser discutido na próxima Assembleia Geral, que terá lugar no próximo mês de Setembro, se não estou em erro. É portanto um ponto obrigatório a ser discutido.

— Um país que joga evidentemente um papel muito importante, até pela sua vizinhança geo-estratégica é a Austrália. Como tem evoluído a posição da Austrália em relação a Timor Leste?

— O governo da Austrália tem feito uma política de "judas", uma política muito suja. Primeiro, quando a Indonésia invadiu Timor Leste, a Austrália votou na ONU contra a invasão. Depois veio a abster-se, e neste momento vota a favor da integração. Inclusivamente chegou a reconhecer a chamada integração de Timor Leste na Indonésia. E seguindo os passos da Austrália, o governo da Nova Zelândia fez a mesma coisa.

— Como interpreta essa mudança de posição?

— Acha-mos que essa tem sido sempre a política da Austrália, mas agora, devido aos seus interesses económicos, ela foi forçada a tomar essa posição.

— Concretamente, que interesses?

— A Austrália, já desde o período colonial, teve um diferendo de fronteiras de mar com o governo português. Diferendo de fronteiras de mar que se situam no mar de Timor. A Austrália quer ficar com mais cinquenta milhas do nosso mar e é precisamente dentro dessas cinquenta milhas que se encontram os jazigos de petróleo.

— Que chegaram a ser explorados?

— Ainda não, mas já se conhece a sua localização. E se não fosse a invasão, Timor Leste estava capacitada a produzir cerca de vinte mil barris de petróleo por dia. A Austrália quer pois ficar com este pedaço de mar. É porque é que reconheceu a integração? Reconheceu para negociar com a Indonésia sobre a entrega dessas cinquenta milhas.

— Que perspectivas há para a vossa luta?

— Para compreender a nossa luta temos de enquadrá-la dentro do Sudeste Asiático, e é nesse sentido que consideramo-la uma luta de libertação nacional, uma luta revolucionária. Depois da tomada do poder pelas forças progressistas na



«A luta em Timor Leste acabará muito mais cedo do que muita gente espera».

Indochina, assistimos a um avanço contínuo das forças guerrilheiras na Birmânia, na Tailândia, na Malásia e nas Filipinas. Isso certamente tende a caminhar para o Sul, em direcção à Indonésia, onde há também uma guerrilha, embora não seja coordenada sob o ponto de vista militar. Claro que um país progressista como Timor Leste, encravado dentro do estômago da Indonésia, seria de facto uma ameaça para a Indonésia fascista de Suharto. É também dentro desse contexto que terá de ser compreendida a invasão. Vemos que com o evoluir da luta na Malásia e na Tailândia, o estreito de Malaca vai ser controlado mais cedo ou mais tarde pelas forças revolucionárias, e isso implica que os submarinos nucleares portadores de mísseis Polaris que vão de Diego Garcia para Guam, futuramente, após as forças progressistas controlarem a Malásia, terão de dar uma volta a toda a Austrália se o Timor Leste for já um país libertado.

— Como incide dentro dessas perspectivas de luta a lamentável divisão existente entre países socialistas, quer entre a China e a União Soviética, quer mais recentemente, entre o Vietnam, o Camboja e também a China?

— Achamos realmente que se não existissem esses problemas certamente a nossa luta seria muito mais fácil. Mas são problemas internos, portanto serão eles que os terão de resolver, e achamos que nós não temos de nos pronunciar sobre eles. Mas se não existissem a luta não só de Timor Leste, como a luta dos outros povos seria muito mais fácil. Particularmente a luta naquela área nomeadamente na Tailândia e na Malásia.

— Para quando a libertação total?

— Tudo leva a crer que a luta não vai demorar tanto em Timor Leste, porque ao analisarmos a situação não podemos deixar de integrá-la em todo um conjunto na área. A guerrilha está a reacender-se na Nova Guiné-Papua, em Kalimanta e na Sumatra. Pensamos que a luta em Timor Leste demorará mais três ou quatro anos, e que até aí certamente nós ultrapassaremos muitas dificuldades que pensamos serão apenas temporárias. A luta em Timor Leste acabará muito mais cedo do que muita gente espera.

MEDIO ORIENTE



LÍBANO

a vez dos falangistas...

*Os canhões sírios
voltam-se contra os seus antigos
aliados falangistas.
Mais um episódio sangrento
de uma guerra civil interminável.*

Marcelo Dias



Líbano Quando na tarde de domingo, dia 2 de Julho, a artilharia pesada síria fez desabar sobre Beirute oriental um verdadeiro dilúvio de fogo, a velha guerra civil libanesa parecia entrá numa nova e desconcertante etapa. Os canhões e tanques de Hafez Assad, que, em 1976, haviam salvo a direita libanesa da ofensiva palestina proressista, agora voltava-se contra os seus aliados.

Desde Janeiro as relações entre os sírios e a direita libanesa vinham-se agravando. Em Abril, as tropas da Força Árabe de Dissuasão (FAD) hegemónicas por Damasco haviam respondido energeticamente aos ataques lançados pelos milicianos do PNL (Partido Nacional Liberal, de Camille Chamoun), os "tigres", contra os refugiados do sul do Líbano, na tristemente famosa linha divisória entre o bairro marronita de Ain Rummaneh e o muçulmano de Shyah.

As Falanges Libanesas (*Khataeb*) de Pierre Gemayel, a principal formação de choque direita que nos primeiros choques entre os "tigres" do PNL e a FAD, em Janeiro, haviam dado mostras de prudência, desta feita viram-se envolvidos na luta contra os seus antigos aliados e salvadores.

Os incidentes de Abril, em Beirute, relacionavam-se estreitamente com a invasão sionista do Líbano do Sul e com o papel das milícias direitistas no apoio ao exército invasor de Menahem Beguin. Na verdade Israel pretendeu lançar mão da sua velha tática de acirrar as contradições e atizar a guerra interna no Líbano esperando que,

mais uma vez, coubesse aos palestinianos pagar o preço.

Desta feita porém a táctica fracassou e a santa aliança sírio-direitista, longe de se reconstituir contra os palestinianos e a esquerda libanesa, quebrou-se de vez.

Seria difícil explicar esta reviravolta por uma súbita tomada de consciência do drama palestiniano por parte do mesmo regime que alimentara, cínica e impiedosamente, o cerco e o massacre de Tal-al-Zaatar ou que lançara os seus blindados contra os *fedayin* nas montanhas do Líbano Central, em 1976. Parece mais realista explicá-la a partir de todas as mutações políticas, em escala regional, desencadeadas pela capitulação de Sadat, que veio prejudicar profundamente não só os palestinianos como a própria Síria que, no caso de um acordo em separado no Sinai, fica ameaçada de não recobrar mais sequer um milímetro do Golan.

Em 1976 Assad sonhava com a hegemonia regional, a liderança do mundo árabe e, particularmente, com uma federação sírio-jordano-líbano-palestiniana, sob a sua égide.

A reaproximação jordano-egípcia, a visita de Sadat, a cada vez mais estreita aliança militar entre a direita libanesa e o estado sionista frustraram totalmente estes planos.

APRENDIZES DE FEITICEIROS

A estes factores regionais, sem dúvida determinantes, convém somar outros relativos à intrincadíssima política interna liba-

nesa e, muito particularmente, ao extremo aventureirismo dos mesmos aprendizes de feiticeiro que haviam incendiado o país no dia 13 de Abril de 1975.

Naquele domingo negro, um autocarro carregado de civis palestinianos foi atacado pelos falangistas no bairro de Ain Rummaneh e todos os seus ocupantes, homens, mulheres e crianças foram massacrados.

A guerra civil começou a prolongar-se por entre dias de tréguas precária e longas semanas de combates, cada vez mais furiosos, confrontando o bloco direita (Falanges, PNL e outros grupos menores) com as forças palestiniano-progressistas. A guerra civil, no seu quadro estritamente libanês, chegou ao ápice em fins de 75 início de 76, quando o exército nacional do Líbano se desfez e dividiu. O sector mais fortemente comandado pelo tenente Khatib e que assumiu a denominação de *Exército Árabe Libanês* juntou-se às forças palestiniano-progressistas e a direita viu-se acossada e cercada nos seus redutos tradicionais, foi obrigada a recuar em todas as frentes.

Nesta situação deu-se a intervenção síria que permitiu a recuperação da direita e colocou a OLP e as esquerdas libanesas numa situação difícil.

A posterior mudança de conjuntura regional passou a reverter lentamente esta situação, e a invasão israelita do sul do Líbano parece ter pesado como factor decisivo. A Síria viu-se cada vez mais ameaçada pela coligação direita e foi então, só então, que lembrou-se daquilo que já era

patente para o Mundo desde 1975: que a direita libanesa era armada, treinada e empurrada para posições cada vez mais irredutíveis pelo Estado de Israel.

O processo de reconstrução e normalização institucional da vida libanesa, conduzido com extrema dificuldade pelo presidente Elias Sarkis e pelo primeiro-ministro Selim el Hoss desde uma posição mediana, era permanentemente bloqueada pela insistência da direita em ver totalmente desarmada e expulsa do país — se não aniquilada — a OLP, bem como, pela sua constante instrumentalização dos embriões do exército libanês reconstruído para obter este fim.

Vários oficiais como o comandante Haddad, estacionado no sul do Líbano, recebiam aberta e confessadamente as suas ordens do estado maior israelita e engrossavam os seus minúsculos efectivos regulares com milhares de milicianos falangistas e PNL vindos ao sul, via Israel, onde eram treinados e equipados.

CONTRADIÇÕES NA DIREITA

Outro factor que pesou bastante na actual reviravolta foi, sem dúvida, o desencadeamento das fortes contradições internas na direita libanesa. Num primeiro momento estas opuseram-se fundamentalmente às Falanges ao PNL.

A luta pela hegemonia no sector marronita entre ambos partidos e a posição a adoptar frente aos sírios, sem esquecer todas as velhas rivalidades, provocaram, nos últimos meses, sucessivas escaramuças entre



Pierre Gemayel e os dirigentes falangistas: aprendizes de feiticeiros.

falangistas e "tigres" do PNL.

Enquanto as Falanges dispunham-se a tentar preservar a aliança com Damasco, Chamoun, o mais pró-israelita dos líderes direitistas, exigia a evacuação da FAD e defendia a instalação, em todo o país, nada menos que dos "páras" franceses ou das mesmas tropas norte-americanas que chamara para dentro do Líbano, em 1958, quando era presidente.

Esta surda concorrência entre as duas mais poderosas forças marronitas foi relegada para segundo plano pela eclosão de uma terrível "vendetta" entre os falangistas e uma terceira fac-

ção da direita: o clã Frangié.

Durante a guerra civil o ex-presidente Suleiman Frangié fora o mais duro dos líderes marronitas. Chefe regional do norte libanês, implantado sobretudo na sua cidade natal, Zghorta ele adoptara posições ainda mais irredutíveis com relação aos palestinianos e a esquerda libanesa do que os próprios falangistas, a ponto da sua destituição ter sido a primeira exigência das forças palestinianoprogressistas, quando da sua grande ofensiva no início de 1976.

Frangié porém jogou também um outro papel.

Líbano Ele e o seu filho Toni — conforme a tradição marronita, o chefe militar do clã — foram os artífices libaneses da aproximação com Damasco e da própria intervenção síria. Neste processo pesaram não só factores políticos como também os velhos laços comerciais existentes entre a família Frangié e a família do presidente Hafez Assad.

No ostracismo desde o fim do seu tumultuado mandato, confinado no seu bastião de Zghorta, Suleiman Fanjié, ao mudarem os ventos, passou a capitalizar mais a sua faceta de interlocutor privilegiado de Damasco do que a outra, de “duro entre os duros”, do bloco marronita.

Assim, em Maio, protagonizou uma sensacional “reconciliação” com o seu tradicional inimigo muçulmano, o primeiro-ministro Rachid Karamé. O político muçulmano, forte na vizinha cidade de Tripoli, tem pelo menos uma característica em comum com o velho ex-presidente marronita: os laços privilegiados com Damasco. Além disso, no campo muçulmano, conserva simultaneamente boas relações com os líderes tradicionais e com as forças muçulmanas progressistas.

As Falanges receberam a “traição” de Frangié com fria indignação num momento em que buscavam consolidar o seu controlo político e militar sobre o conjunto das regiões marronitas, inclusivamente Zghorta.

OMASSAURI

No início de Junho, milicianos falangistas efectuaram uma expedição punitiva



Camille Chamoun, chefe do PNL.

va contra o clã Fangjié, abateu mais de cinquenta dos seus membros e adeptos, entre os quais o filho único do ex-presidente, Toni Frangié, a sua esposa e filha.

A tremenda matança teve enorme impacto, não só pela sua selvageria, como também por produziz-se no interior da comunidade marronita, e ainda, por violar uma lei de honra tácita entre o chefe das grandes famílias políticas do país, que é o de não se matarem entre si e de pouparem os respectivos filhos.

O comandante militar das Falanges, Bechir Gemayel, filho de Pierre Gemayel, admitiu a responsabilidade das suas forças, embora tenha reconhecido que houve “exageros” no cumprimento das ordens.

A reacção de Frangié foi permitir a entrada das tropas da FAD em toda a região e emitir um ultimato: até o dia 30 de Junho todos os falangistas ou simpatizantes deviam abandonar Zghorta e as aldeias próximas, ou abandonar publicamente o partido dos Gemayel.

O ultimato parece ter surtido efeito, na medida em que quase 90 por cento dos falangistas locais abjuraram as “khataeb” e cerca

de quarenta abandonaram a região.

VITÍMOS E ALIVOS

Isto não impediu que a “lei do talião” se abatesse sobre os falangistas. No dia 28 de Junho, trinta e uma pessoas foram sequestradas das suas casas em várias localidades do vale de Bekaa, próximas à fronteira síria, e sumariamente fuziladas, sendo os cadáveres empilhados numa floresta.

As vítimas pertenciam, quer às falanges, quer ao PNL. Um denso mistério passou a pairar sobre os autores dos fuzilamentos. O clã Frangié negou toda a responsabilidade relativa a estas execuções, cometidas longe das suas regiões de controlo, e numa área muito bem vigiada pelas forças sírias.

Apesar dos indignados e ameaçadores desmentidos de Damasco, muitos observadores isentos estão convencidos que a “limpeza” foi obra dos serviços secretos sírios, decididos a retaliar de forma exemplar o massacre sofrido pelo seu aliado no campo marronita.

Este morticínio e a simultânea entrada das tropas da FAD em todo o norte cristão do Líbano parecem ter sido os detonadores dos tremendos combates ocorridos em Beirute entre os dias 1 e 4 de Julho.

FOGO SOBRE BEIRUTE I ESTE

No sábado, dia 1 as tropas sírias foram, mais uma vez, como em Janeiro e em Abril, alvo do fogo de franco-atiradores na zona

as «milícias»



As Falanges Libanesas, originárias de um círculo desportivo fundado em 1936 por estudantes francófonos da Faculdade de Direito de Beirute, são a principal formação da direita marronita. Estruturalmente anti-árabe, acreditam que os libaneses são descendentes dos fenícios e que são ameaçados pelo Mundo Árabe, devendo por isso unirem-se ao Ocidente Cristão. As Falanges controlam a grande maioria das áreas marronitas, cobram impostos à população, possuem um aeroporto próprio e são senhores de todo aparelho administrativo do Líbano cristão. Mantém entre seis e sete mil homens em armas muito bem equipados e possuem blindados e artilharia. A maioria das suas armas é de proveniência israelita e francesa. Têm estreito contacto com grupos franceses de extrema direita, que inclusivamente mandam-lhes voluntários. São chefiados por Pierre Gemayel e seu filho Bechir.



O Partido Nacional Liberal (PNL) de Camille Chamoun e as milícias, os "tigres", são a segunda força da direita libanesa. Chamoun jogou um papel central na primeira guerra civil libanesa de 1958 durante a qual, como presidente, pediu e obteve a intervenção da Sexta Frota norte-americana e dos seus "marines" para fazer frente às forças nasseristas e nacionalistas árabes de então. É tido como o homem mais rico do país, dono de um enorme complexo de interesses financeiros, industriais e turísticos. Suas milícias dispõem de cerca de dois mil homens cuja organização militar e disciplina não parece ser comparável à dos falangistas. Muitas vezes porém os "PNL" actuaram como pontas de lança da direita. Foram os "tigres" que tomaram a iniciativa de cercar e atacar o campo palestino de Tar-al-Zaatar e também o de iniciar as hostilidades contra as forças da FAD em Janeiro deste ano.



O Exército de Libertação de Zghorta é uma milícia de várias centenas de homens pertencente ao clã do ex-presidente Suleiman Frangié que concentra as suas forças nesta região montanhosa do norte do Líbano, na cidade natal de Frangié e nas aldeias adjacentes. Durante a guerra civil de 75/76 apoiou as investidas falangistas contra a vizinha cidade muçulmana de Trípoli, bastião palestino progressista. Actualmente alia-se aos sírios e está em guerra com as Falanges, responsáveis pelo massacre de uma parte da família do ex-presidente.

Os Guardiães do Cedro são uma pequena formação ultra-fanaticizada que defende a santa cruzada contra os palestinos e os árabes libaneses em geral. Conta com poucas centenas de combatentes. Em geral, nas disputas internas da direita parece oscilar entre os grupos de Chamoun e os de Frangié.



O Exército de Libertação do Líbano do Sul é uma heteroclita formação de cerca de três mil homens, composta por militares pró-sionistas do dividido exército libanês, por falangistas, "tigres" e milícias das aldeias marronitas vizinhas a Israel. É inteiramente armado, treinado e equipado pelo estado sionista e conta com tanques e artilharia. Seu chefe de maior destaque é o "comandante" Haddad, um oficial libanês pró-israelita. A maioria dos observadores acredita porém que não exista um comando único destas forças direitistas que parecem militarmente subordinadas aos planos operacionais das unidades israelitas do outro lado da fronteira, às quais estão permanentemente ligadas.

Líbano

oriental (marronita) da capital libanesa. Logo, todo sector leste da martirizada cidade foi cercada pela FAD que iniciou um fogo de barragem sistemático sobre os bairros de Achrafieh, Sioufi, Tabaris, Badaro, Museu, Furn el Chebak, Hotel de Dieu e Ain Rummaneh.

Foi na tarde de domingo que o fogo com canhões 130, artilharia de tanques, morteiros e "órgãos de Stalin" atingiu a sua intensidade máxima visando a sede central das Falanges, perto do porto de Beirute, a sede dos PNL e a emissora falangista, que saiu do ar bem como qualquer edifício de onde houvesse partido disparos de franco-atiradores.

Nos pontos de acesso aos bairros marronitas travaram-se violentos combates na rua. O porto de Beirute já parcialmente reconstruído, foi novamente devastado, e um pequeno cargueiro dinamarquês, fundeado ao largo, foi a pique ao receber em cheio uma granada de canhão.

O número de mortos aproximava-se dos duzentos e o de feridos do meio milhar, quando um cessar fogo precário pôs fim, talvez apenas momentaneamente, aos combates e foi seguido de um ultimato sírio aos seus antigos aliados: deviam permitir a entrada da FAD nas suas zonas, renunciar à instrumentalização do embrionário exército libanês, e retirar as suas milícias pró-sionistas do Sul. A rádio Damasco radicalizava o tom, chamando os antigos aliados de fascistas.

RUÍNAS...

Em Beirute oeste, a zona



Hafez Assad: em guerra contra seus antigos aliados.

muçulmana e popular da capital, reduto das forças progressistas libanesas-onde também estão situados os dois principais campos palestinos, Sabra e Chantila-reinava a calma.

Os *fedayin* e os milicianos libaneses mantinham-se à margem dos combates entre os seus antigos adversários, que observavam com ironia. As populações dos sectores ocidentais já tão martirizadas pela guerra civil, e que na sua fase anterior provocara, proporcionalmente, devastações muito maiores na popular Beirute-oeste do que na cosmopolita Beirute oriental, não se alegravam com a situação.

Sabiam que, para cada morto falangista ou PNL, o fogo de barragem ceifava a vida de muitos civis inocentes. Conheciam, de experiência própria, os efeitos terríveis do fogo de artilharia pesada nos seus próprios bairros.

Novamente ficava patente todo o absurdo desta guerra civil sem fim desencadeada pelos falangistas estimulados por Israel, e

equipados à partida com armamento soviético capturado aos países árabes nas guerras de 67 e 73 por Tel Aviv, que lhes fora fornecido secretamente.

Novamente aparecia o trágico desta guerra civil entre libaneses e entre árabes, iniciada criminosamente com o intuito de liquidar a Resistência Palestina no Líbano. Alimentada em seguida por uma clivagem inter-confessional e social entre as massas árabes muçulmanas e a classe média, e certas camadas populares cristãs, ideologicamente controladas pelos grandes banqueiros e capitalistas marronitas como Chamoun, Gemayel, etc... Estimulada de todas as maneiras possíveis e imaginárias pelos dirigentes sionistas, os maiores beneficiários da guerra.

A guerra civil foi agravada e prolongada pela intervenção síria, que impediu em 1976, a vitória iminente das forças palestino-progressistas, que naquele momento estavam prestes a consolidar uma aliança inter-confissional com os sectores democráticos marronitas chefiados por Raymond Eddé, e a implantar um estado social e confessionalmente mais justo, isolando e vencendo a direita falangista e o PNL.

A guerra civil foi reacendida pelo conflito entre os aliados de ontem, pela não resolução de nenhuma dos grandes problemas libaneses e sobretudo, pela constante presença do factor número um de desestabilização de todo o Médio-Oriente e de ameaça a paz na região: a ausência de uma resolução justa para o problema palestino.

EGIPTO

o general dissidente



O general Saad Shazli, herói da guerra do Sinai, afastado do exército por Sadat, abandonou o seu posto de embaixador em Lisboa, denunciando a política capitulacionista e de divisão do mundo árabe.

A denúncia política de Sadat por parte do general Saad el Shazli, um dos artífices da ofensiva do Sinai em Outubro de 1973, representa um duro golpe para o regime do Cairo. O seu inconformismo com a estratégia pró-imperialista de capitulação frente a Israel, abandono da causa palestina e divisão do Mundo Árabe, era já conhecida há algum tempo. Shazli já criticara Sadat de forma privada tanto em Londres como em Lisboa, as duas capitais onde servira como embaixador.

Ao tornar públicas as suas posições e ao preferir o exílio num país árabe a continuar servindo o governo egípcio, Shazli deu um passo importante: tornou-se o primeiro dos muitos militares egípcios descontentes a enfrentar de forma inequívoca o *Rais*. A possibilidade do seu exemplo vir a ser seguido por outros militares, sobretudo por aqueles que não perderam, como Shazli, o comando das suas tropas, ronda como um espectro o palácio de Sadat.

Quanto tempo suportarão as Forças Armadas egípcias a humilhação nacional de uma política servil frente ao inimigo, total-

Egipto mente subserviente face aos Estados Unidos e virulentamente prejudicial aos interesses das massas egípcias e árabes? Quanto tempo assistirão em silêncio à sua própria deterioração militar e moral, simultaneamente ao fortalecimento cada vez maior da potência bélica sionista?

Se, a curto prazo, a situação não parece madura para o desmoronamento do regime de Sadat, e esse inclusivamente se permite liquidar os últimos resíduos de liberdades democráticas ainda vigentes, a médio prazo, nem mesmo os seus mais complacentes amigos ocidentais aventuram-se a garantir-lhe a sobrevivência.

O gesto de Shazli parece representar a primeira das trovoadas esparsas que premedem a tempestade.

Antes de partir para a Síria e Argélia, o general aceitou dialogar com a imprensa internacional, na sua residência. Na impossibilidade de realizarmos uma entrevista exclusiva que o general só concedeu a meios informativos de nações árabes, reproduzimos as partes mais relevantes das suas declarações na conferência de imprensa feita em Lisboa.

"Não vou voltar ao Cairo por enquanto como é evidente. Aceitarei a nacionalidade e a cidadania de qualquer dos trinta e um países árabes existentes, além do Egipto.

Não encorajarei nenhum país árabe a lutar contra outro país árabe. Nunca levantaria uma arma contra outro soldado egípcio ou qualquer soldado árabe. Isso, porém, não significa que os meus conhecimen-

tos militares não possam beneficiar qualquer país árabe que venha a necessitá-lo."

Assim respondeu Shazli às perguntas sobre se pretendia voltar imediatamente ao Egipto e se tinha planos para oferecer os seus serviços ao exército líbio. Em seguida esclareceu jornalistas árabes relativamente à questão porque não tomara a sua atitude de rebelião antes, quando da viajem de Sadat a Israel.

"Muito francamente, — respondeu — isso ocorreu quando eu estava em Meca. Estava em peregrinação quando soube da notícia. Fiquei muito triste e contrariado. Decidi, logo que voltasse ao Egipto, tornar públicas as minhas opiniões em relação à viagem do presidente Sadat.

No entanto, quando voltei ao Cairo encontrei pessoas conhecidas nos mais variados meios sociais — inferiores, médios e altos — e descobri que muitos deles estavam realmente a favor da visita. Isto porque todos esperavam que em duas ou três semanas haveria paz, toda a gente ficaria feliz, choveria do céu mel e menta, como costumamos dizer.

Bem, pensei, este momento não é conveniente. Além de embaixador sou soldado e tenho que calcular bem.

Convinha conceder um par de meses a Sadat para que pudesse descobrir por si mesmo, e para que os egípcios também pudessem descobrir por si mesmos, que a visita não levaria a nada. Passados estes meses e agora com as novas leis antidemocráticas e com o livro de "Memórias" de Sa-

dat, tudo pode ser denunciado simultaneamente."

MEMÓRIAS E MASS-MEDIA

Ao lado dos decretos de Sadat que terminaram com as últimas migalhas democráticas ainda vigentes no Egipto, o outro factor que parece ter precipitado a decisão de Shazli foi a publicação das "Memórias" de Sadat. Nelas o presidente se autoglorifica como o grande herói da batalha do Sinai e lança a culpa da contra-ofensiva israelita, não na sua própria hesitação em manter o ritmo de ataque das primeiras horas, mas nos supostos erros dos militares, entre os quais estigmatiza particularmente o próprio Shazli.

"As Memórias de Sadat — afirma o ex-embaixador egípcio em Lisboa — falam de muita coisa mas concentram-se sobretudo na guerra de Outubro. Eu era o chefe do Estado Maior naquele tempo e conheço todos os segredos desta guerra.

Reponho a verdade dos factos nas minhas próprias memórias que estão prontas. Não pretendo publicá-las agora. Porém, se eu vier a ser assassinado, serão imediatamente publicadas. Existem várias cópias em vários lugares para esta eventualidade. Tenho que estar preparado para tudo."

A CENSURA NA IMPRENSA

A seguir Shazli passou a discutir com os jornalistas presentes o impacto do seu gesto na opinião pública egípcia. Reconheceu que

no Egípto os "media" são controlados pelo Estado. O povo só lê o que o presidente quer que leia. Ele "formula" os seus pensamentos e ideias. Meu propósito era fundamentalmente fazer pública a minha posição para aquelas pessoas que têm acesso à imprensa e às rádios estrangeiras. Fazer-lhes conhecer os factos, a situação do país. Depois caberá a eles decidir o que devem fazer".

Embora não explícita, esta parecia ser uma referência aos militares. Shazli, porém, esclareceria mais adiante que o seu gesto não fora articulado previamente com nenhum grupo ou força política: "A minha declaração foi uma surpresa para todos, escolhi sózinho a data e a hora. Tenho porém recebido muitos apoios. O meu telefone não para de tocar, com chamadas de todas as partes do Mundo. Não consigo dormir. Chamam dos EUA, do Canadá, da Inglaterra e, naturalmente, de quase todos os países árabes, com congratulações e manifestações de apoio."

UMA NOVA GUERRA?

Instado sobre a evolução das negociações de Sadat com Israel, respondeu enfaticamente: *Não vejo evolução nenhuma. Estas negociações não levarão a nada.*

A resposta trouxe, evidentemente, a questão da eventualidade de uma quinta guerra com Israel. "Por enquanto — frizou Shazli — não penso que possa haver uma nova guerra. Israel está sentado sobre todas as terras que quer e é dema-



Sadat com Begin: generoso com os inimigos, inflexível com o povo egípcio.

siado poderoso para ser desafiado pelo Egípto. A situação deverá permanecer estagnada num futuro próximo (...)

A URSS é uma das superpotências, os EUA a outra. Nenhum país do Mundo pode negligenciar a existência dos EUA ou da URSS. A política norte-americana, como se sabe, é apoiar Israel e fazer Israel muito mais forte do que era.

Pode-se alcançar um acordo, ou pela guerra ou pela negociação. Se for pela negociação é necessário, pelo menos, um certo equilíbrio de forças. Tem que existir o apoio de uma superpotência que forneça armas para tanto. Os EUA já deixaram claro que nunca dariam ao Egípto armas que ponham em questão a absoluta superioridade de Israel.

Vejam: já existe todo um escândalo no Congresso por causa de uns poucos aviões de transporte e de cinquenta F-5B que são os similares dos MIG-17. Como poderiam os F-5B fazer face aos F-15 e F-16 fornecidos a Israel. É impossível!

Além disso, Sadat declarou nos EUA que nunca usaria os F-5B norte-americanos contra Israel. É uma perda de dinheiro e de tempo!

A URSS, por sua parte, quando fornecia armas ao Egípto ou quando o fez a outros países árabes, impunha somente uma limitação: não dar ao Egípto e a outros países árabes armas sofisticadas em quantidade ou em qualidade que pudessem capacitá-los a destruir Israel. Mas está disposta a compensar as perdas da guerra e permitir um maior equilíbrio.

As condições da URSS são muito favoráveis para os árabes, em geral. Só pode haver duas soluções: a guerra ou a negociação. Para negociar teríamos que manter as nossas capacidades militares. Só se pode negociar quando se é respeitado. Se o outro lado sabe que somos incapazes de fazer a guerra, como podem nos respeitar?"

Por esta razão o ex-embaixador acreditava que o impasse continuaria sem solução, numa situação de "nem guerra nem paz". O dilema só poderia ser quebrado por uma eventual queda do regime, pela reconstrução da solidariedade árabe e dos exércitos e depois a médio prazo, numa nova situação face a Israel, quer por negociações, quer numa nova guerra.

medidas antidemocráticas

*Sadat liquidou
as últimas migalhas democráticas
ainda existentes no Egípto.
Esta é outra das facetas
da sua política.*

“Os dentistas egípcios ficaram sem clientela! Porque aqui todos têm medo de abrir a boca!”

Esta anedota contada em voz baixa no Cairo, e só às pessoas de confiança, apresenta de uma forma humorística a situação e o ambiente que se vive hoje no Egípto.

Os restos da democracia que ainda existiam no país tornaram-se apenas numa recordação depois que, em princípios do mês passado, o Parlamento ratificou a chamada “lei da defesa da unidade interna e da paz social” que fora anteriormente aprovada em “referendo”, por ordem do presidente Sadat.

As autoridades têm explicado que a nova lei tem por missão defender a ordem pública dos atentados daqueles que “abusam das liberdades da sociedade egípcia”. Segundo declarou Sadat ela teria como objetivo “combater os extre-

Paulo César Braz

mistas irresponsáveis da esquerda e da direita”. Todavia, o que se assiste hoje no Egípto é à repressão implacável contra as forças democráticas e a imprensa progressista do país.

O articulado da lei reproduz com uma similitude surpreendente (ou talvez não...) o espírito da legislação americana dos anos 50 de “caça aos vermelhos”, inspirada pelo falecido senador McCarthy. Ela proíbe de ocupar cargos estaduais e trabalhar na imprensa todos quantos compartilhem a “ideologia incompatível com a religião”, eufemismo que serve para designar as concepções marxistas. Mas não é absolutamente necessário ser-se marxista no Egípto para se cair sob a alçada da lei, pois os princípios da “paz social e unidade interna” estão formulados de

modo tão vago que qualquer personalidade, partido ou órgão de imprensa que não agrade a Sadat pode ser atingido por ela.

Com base na lei deu-se já uma vaga de prisões, principalmente em Alexandria e no Cairo. O único partido legal de esquerda do país, o Partido Nacional-Progressista Unionista (PNPU) foi obrigado, dada a situação que lhe foi criada, a suspender a sua actividade. O “Al-Ahali”, órgão do PNPU, cuja popularidade tinha aumentado verticalmente nos últimos meses, foi por três vezes apreendido e acabou por ter de encerrar. Mais de sessenta jornalistas, de orientação progressista, foram acusados de “terem minado a segurança do Estado”.

Tudo isto se tem passado à margem dos tribunais. Dos banimentos profissio-

nais se tem encarregado o procurador-geral "socialista", enquanto do "pogrom" administrativo dos partidos e organizações progressistas se encarrega a comissão para os assuntos da "União Socialista Árabe", inteiramente nas mãos de Sadat.

Diversas foram as razões que levaram Sadat a aplicar este golpe sobre a frágil e incipiente democracia egípcia. Antes de mais nada, foi a necessidade sentida de tentar desviar a atenção da opinião pública do fracasso total da sua "histórica iniciativa de paz" que conduziu o Egito a um beco sem saída, e de que a "revolta" do embaixador egípcio em Lisboa, general Shazly, é sintoma de como estão a reagir importantes sectores do país.

Por outro lado, o país é um autêntico vulcão adormecido. Depois das manifestações de Janeiro de 1977, é difícil prever até onde iria mais uma explosão de cólera popular contra a política económica de "portas abertas" (infiath) ao capital estrangeiro, que trouxe apenas investimentos nos sectores especulativos e uma taxa de inflação de 25 por cento. A pauperização dos trabalhadores contrasta-se com o luxo em que vive um punhado de milionários. Setenta e cinco por cento da população tem um rendimento abaixo do salário mínimo, enquanto 10 por cento dos egípcios consomem metade dos bens sociais globais.

Estes dados permitem constatar a falência das alterações introduzidas por Sadat na política anteriormente seguida e que era inspirada no ideário social



Sadat: nas suas memórias dá uma versão falsificada da guerra de 73.

da Revolução de 1952. É compreensível pois, porque é que o povo sai hoje à rua e de nada serve ao dirigente egípcio apresentar as revoltas como inspiradas por "agentes de Moscovo".

A CUMPLICIDADE AMERICANA

No Egito assiste-se ao esmagamento das liberdades, ao espezinhamento da Constituição, e a Justiça é encarnecida. Mas os paladinos dos direitos humanos, em Washington, mantêm um silêncio cúmplice. Ninguém toca a rebete na Agência do Departamento de Estado para os Direitos Humanos. Ninguém relaciona o processo movido contra o conhecido jornalista e antigo director do jornal "Al-Ahram", Mohammed Heykal, com o

acordo para o fornecimento de caças ao Egito.

A dupla bitola com que os "humanistas" ocidentais "medem" os direitos humanos fica assim a descoberto. Há quem avenge a hipótese de que a ideia da lei repressiva teria sido soprada a Sadat por Washington. Esta medida de segurança pode também ser apreciada em toda a sua amplitude se tivermos em conta o próximo encontro em Londres entre Israel e o Egito que pode significar a conclusão por Sadat de uma paz separada capitulacionista.

Seja como for, não se pode tapar a boca a milhões de egípcios por muito tempo. A última palavra no que diz respeito à democracia será dita pelo próprio povo egípcio.

BAHREIN

um centro financeiro internacional

O milenário país «dos dois mares» tenta substituir as vendas de petróleo que começam a esgotar-se, pelo fluxo dos activos bancários e procura transformar-se no centro financeiro da região.



Claudio Colombani

UM telegrama de uma agência noticiosa anunciou recentemente que o estado do Bahrein nacionalizaria completamente a Bahrein Petroleum Company (Bapco), com o que os rendimentos do emirato passariam de quatro a cinco milhões de dólares diários.

O Bahrein é um arquipélago com 33 pequenas ilhas situado no Golfo Árabe, perto da Península Árabe, entre a costa da Arábia

Saudita e o Qatar. Este conjunto de ilhas é designado pela palavra árabe "al bahrayin" que significa "os dois mares".

Com uma superfície de 598 km² e uma população de 341 mil habitantes, dos quais 125 mil estrangeiros, o Bahrein é um importante centro financeiro e tem uma enorme importância estratégica. A capital do país, Manama, que se encontra localizada na principal ilha do arquipélago, chamada Bahrein, está unida por uma rodovia de 800 metros a outra ilha, Muhar-

raq, onde se encontra o aeroporto internacional.

DE PORTUGAL A INGLATERRA

O Bahrein surgiu na História entre os anos 3 mil e 2 mil antes de Cristo, quando os baneos mercantes levavam pérolas, vestidos, metais raros e pedras preciosas para o vale dos Indus e a Mesopotâmia. Era então conhecido como Dilmun e gozava tanto de respeito comercial quanto de prestígio religioso, pois acreditava-se que era a "terra da imortalidade".

onde crescia a planta da vida eterna.

Se excluirmos o período do século XI ao XVI, durante o qual o arquipélago logrou preservar a sua independência, a história do Bahrein é a de uma longa ocupação estrangeira. Muitas, com aquelas dos portugueses e dos romanos, foram efêmeras e não tiveram consequências importantes. Outras, tomaram a forma de verdadeiras anexações como a presença dos persas, dos wahabitas da Arábia Saudita; ou de uma tutela extremamente rígida, como a dos ingleses, que deixaram marcas profundas na sociedade bahreini actual.

Os persas ocuparam o Bahrein do século IV ao VIII e fundaram ali uma de suas colónias, levando a sua civilização e os seus costumes, mas foram expulsos quando o Islão chegou à ilha, na época do Profeta. Duas comunidades religiosas começaram então a coabitarem, por vezes conflituosamente: os *chiitas*, que constituíam a massa dos agricultores e que viviam isolados em torno de si mesmos, e os *sunitas*, minoritários, comerciantes, navegadores ou pescadores, abertos ao mundo exterior.

Os portugueses subjugarão e controlaram a ilha, ainda que com uma certa dificuldade, de 1552 a 1602. A dominação estrangeira e o poder autoritário do chefe sunita do arquipélago, incitaram os chiitas a pedir ajuda dos persas para expulsar os portugueses. Os persas, por seu turno, foram expulsos em 1783.

No entanto, durante séculos, os persas sustentaram que o Bahrein formava parte do Irão. No dia 12 de

Novembro de 1957, o Xá iraniano anunciou a intenção de anexar o arquipélago, que formaria a décima quarta província do seu Império. A questão ficou na ordem do dia até Maio de 1970, alguns meses antes da retirada dos ingleses do Golfo, quando o Irão renunciou às suas pretensões.

Em 1861, a Inglaterra impôs a sua protecção ao xeique reinante que só terminaria, formalmente, no dia 14 de Agosto de 1971, quando o xeique Issa, governante do Bahrein, através de uma proclamação radiofónica, pôs fim aos tratados existentes com a Inglaterra e proclamou o Bahrein como estado árabe independente. Mudou o seu título de xeique para emir, e o Bahrein passou a ser um emirato.

ALUMÍNIO, PRODUTO DE EXPORTAÇÃO

O petróleo foi descoberto em 1932. A concessionária Bahrein Petroleum Company, que está para ser nacionalizada é uma subsidiária da Caltex (Stander Oil de Califórnia e Texas Company, a "TEXACO"). A concessão original para a exploração foi assinada em 1943. Acordos suplementares estenderam essa concessão a território e águas territoriais do Bahrein até ao dia 31 de Dezembro de 2024.

A nacionalização da companhia chega exactamente no momento em que os peritos afirmam que o emirato enfrenta o problema do desaparecimento dos seus recursos energéticos. A produção do Bahrein nunca chegou a ultrapassar os 76 369 barris diá-



rios, seu ponto máximo em 1972.

Como se calcula que os campos petrolíferos terão uma vida máxima de mais de 20 anos, actualmente, a sua produção normal baixou para 58 mil barris diários.

No entanto, o facto das reservas petrolíferas se esgotarem a esgotar, não significa que o Bahrein deixará de ser considerado um país petrolífero, já que continuará ligado à indústria petroquímica com a participação de 50 por cento na exploração das jazidas de petróleo sauditas de Abu Saafa, a refinaria da Bahrein Petroleum Company e na produção de gás natural, que serve como combustível para as suas indústrias, principalmente a de alumínio.

A companhia Bahrein Aluminium (Alba) constitui uma fonte de rendimentos para o governo do arquipélago. Em funcionamento há mais de sete anos a Alba (77,90 por cento das acções pertencem ao governo) viu as suas vendas aumentarem nos últimos dois anos: 22 mil toneladas em 1977 em comparação com 6800 no ano anterior vendidas aos países árabes. O Japão ainda é o maior comprador de alumínio, embora o total vendido ao extremo oriente tenha sofrido uma ligeira diminui-

ção entre 76 e 77: de 93 mil toneladas a 88 mil.

A Europa adquiriu menos de um terço das suas compras de 76 que somaram 6 mil toneladas, e as vendas para o continente americano e o Sudoeste Asiático representaram menos de um décimo da produção, que em 1977 foi de 121 356 toneladas.

O MILAGRE BAHREINI

Tornar-se em apenas dois anos um dos grandes centros financeiros mundiais por ser considerado o "milagre" do Bahrein.

O país oferece segurança para as empresas que aí decidam estabelecer-se. As "desventuras" de Beirute não podem reproduzir-se em Manama, onde o regime político parece gozar de uma estabilidade a toda a prova. Por outro lado, o Bahrein está em excelentes relações com os seus poderosos vizinhos (Arábia Saudita, Kuwait e Irão) e pode desenvolver-se sem mudar as relações de forças existentes no golfo. Outra vantagem que tem o Bahrein para atrair as empresas estrangeiras é a isenção quase total de impostos.

Nestas condições, em fins de 1975, o governo do Bahrein, sob o impulso da Agência Monetária do Bahrein e do seu director, Allan Moore, de nacionalidade inglesa, tomou a decisão de autorizar a abertura de bancos "off shore" no emirato. Os citados bancos são assim chamados porque não necessitam ter reserva legal nem uma percentagem de fundos líquidos.

Actualmente mais de 40 bancos internacionais e árabes beneficiam da permissão "off shore" (um deles é

o Banco do Brasil). Esses bancos totalizaram, em 1977, 14 700 milhões de dólares activos acumulados em comparação com apenas 6700 milhões no princípio do mesmo ano.

Somente uma contribuição anual de 25 mil dólares é recebida pela a Agência Monetária do Bahrein que desde Outubro de 1977 tem um director nativo. Assim, sem praticamente investir, o governo aproveitou a implantação dos bancos "off shore" e beneficia recebendo cerca de 30 milhões de dólares por ano.

Alguns bancos "off shore" estão operando no mercado de valores local, onde se venderam obrigações a dez anos, emitidos pela companhia petrolífera mexicana PEMEX que paga 8,75 por cento (a emissão foi feita conjuntamente com o Banco Árabe e Internacional de Investimentos do Bahrein).

No entanto, depois de um período de euforia, durante o qual o afluxo de capital fez pensar que o desenvolvimento não planificado era possível, o Bahrein está a descobrir que a expansão estrangeira desencadeará rapidamente problemas de infra-estrutura. Os primeiros sintomas já se fazem sentir, particularmente no sector hoteleiro e imobiliário. Por isso a Agência Monetária do Bahrein começou já a negar permissões de operações para novos bancos "off shore".

E CHEGAM OS AMERICANOS...

Centro do poder inglês para toda a região, o Bahrein após a independência

deu permissão aos EUA para que ocupassem as instalações navais que os ingleses tinham desde a Segunda Guerra Mundial.

Em fins de 1973, o governo do Bahrein reclamou a evacuação das bases norte-americanas. No entanto, foi somente em meados do ano passado que os EUA abandonaram as mesmas.

No dia 30 de Junho de 1977, finalmente, o governo do Bahrein rescindiu o convénio que concedia aos EUA o direito de manter uma base naval no porto de Jufair, restringindo assim o acesso norte-americano à base estratégica da Sétima Esquadra, estacionada no Oceano Índico. O comunicado de anulação do convénio emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e transmitido através dos meios noticiosos do vizinho Qatar, diz que os barcos norte-americanos poderão utilizar as instalações do Bahrein "da mesma maneira que utilizam outros portos e baías no mundo".

Numa situação politicamente incómoda, por ser o único país árabe que tinha uma base americana, o Bahrein viu-se obrigado, durante a guerra árabe-israelita de 1973, a notificar o governo dos EUA da sua intenção de fechar as instalações de Jufair onde estavam concentrados 475 militares norte-americanos.

Apesar do encerramento da base de Jufair, o Bahrein continua a ser cobiçado pelos países que buscam a hegemonia numa das mais importantes zonas do mundo actual, em função das suas riquezas petrolíferas e da sua localização estratégica.

AFRICA

a intervenção e a crise internacional



NO discurso pronunciado há cerca de um ano atrás na Universidade de Notre Dame nos Estados Unidos, o presidente James Carter fez advertências ao seu país contra o "medo irracional" do comunismo, que havia caracterizado as administrações passadas.

Coincidindo com outros pronunciamentos da mesma índole, essa opinião não parecia ser um facto isolado ou uma simples frase de efeito. Seria a expressão de um novo tratamento nas relações internacionais, dominadas nos últimos períodos governamentais dos Estados Unidos por uma ostensiva ou dissimulada influência macartista. A "détente", cujos primeiros passos haviam sido dados no período de Johnson, com o convénio sobre as limitações das experiências atômicas, e na administração Nixon, com o primeiro acordo SALT, este sobre a limitação das armas estratégicas, estaria ganhando com Carter uma nova dimensão.

Mesmo que na prática as relações com a União Soviética não tenham sido substancialmente modificadas, certas iniciativas, como a suspensão provisória da fabricação da bomba de neutrões, poderiam acalentar a esperança de que alguma coisa estava a ser mudada na Casa Branca.

Neiva Moreira

Em relação a Cuba, registaram-se alguns factos considerados positivos, principalmente pelas correntes liberais norte-americanas. A abertura de delegações para contactos diplomáticos em Washington e Havana, as visitas de funcionários, parlamentares e homens de negócios à Ilha, e uma linguagem menos agressiva em relação à Revolução Cubana, foram interpretados como indícios de uma nova tendência. Era lógico que esses factos tivessem uma repercussão favorável no campo socialista e nos países do Terceiro Mundo.

As correntes democráticas têm motivos de sobra para encarar com certo cepticismo e até com desconfiança a campanha pelos Direitos Humanos da nova administração dos Estados Unidos, e os esforços que lhe são atribuídos para conseguirem aberturas liberais em países submetidos a ditaduras direitistas. Um novo relacionamento com Cuba, e a distensão com a União Soviética e outros países socialistas seriam, para essas correntes, uma prova dos propósitos renovadores de Washington.



Os "Cadernos do Terceiro Mundo" levantaram em diversas oportunidades, tanto através dos editoriais do nosso companheiro Pablo Piacentini, como em frequentes análises e comentários, objecções e dúvidas sobre os fundamentos éticos e políticos da campanha pelos Direitos Humanos, e as anunciadas pressões democratizantes nos países do Terceiro Mundo, particularmente na América Latina. Encaramos sempre essa campanha como um tiro curvo, que poderia criar alguns problemas secundários a certos ditadores, mas cujo alvo principal era o campo socialista e os governos progressistas.

Não resta dúvida que essa política gerou um fecundo debate sobre o tema, estimulou a mobilização dos sectores liberais da América Latina em apoio aos Direitos Humanos e favoreceu, dentro dos Estados Unidos, a luta de grupos progressistas que, com maiores imunidades, ampliaram a sua acção contra o terrorismo de Estado dominante em muitos países do Mundo.

ESCARAMUÇAS SUPERFICIAIS

Era, por outro lado, inevitável que essa nova perspectiva despertasse resistências e aprofundasse contradições nos Estados Unidos: desde a Ku Klux Kan até à direita dos partidos Democrático e Republicano, que em seus diferentes graus e intensidades diversas, reactivaram o velho arsenal de anticomunismo irracional.

A banca internacional reflectia mais ostensivamente essa contradição com o governo norte-americano. Não foram poucos os analistas económicos que consideraram que a queda do dólar no mercado internacional foi, em certo grau, um instrumento de pressão utilizado para obrigar o governo a renunciar a qualquer mudança política progressista.

Não foi por acaso que, quase que simultaneamente, com o novo clima de confrontação estimulado pela Casa Branca, a banca norte-americana assumiu posições mais "compreensíveis" para com a administração Carter.

Em Washington, alguns grupos consideram que não há mudanças na política de Carter, mas somente algumas concessões tácticas, para convencer uma opinião pública recalcitrante, de que o Presidente não é fraco nem vacilante. É evidente que essa interpretação benévola não somente se choca com os novos factos, mas também despreza um facto fundamental: em nenhum momento as aparentes mudanças do governo de Carter se afastaram dos objectivos básicos da política norte-americana, totalmente inter-relacionados com os interesses do mundo capitalista. Nem romperam, tão pouco, com as ditaduras. Pinochet continuou impunemente a receber bombas para oprimir o seu povo e Mobutu continuou a ser sustentado, da mesma maneira que Ferdinando Marcos e outros ditadores do Sudeste Asiático.

O EPICENTRO AFRICANO

Por qual razão então os interesses norte-americanos se concentraram em África? É simples. O furacão revolucionário teve na década de sessenta o seu epicentro na América Latina e no Sudeste Asiático, particularmente na Indochina. Nos anos setenta está no Médio Oriente e em África. Mais precisamente, no sul do continente africano.

A política da Casa Branca para essas regiões adoptou uma evidente mudança de táctica e estilos, não sem alguns êxitos iniciais. O caso de Sadat é um deles, mesmo que sem peso suficiente para mudar os dados do conflito árabe-israelita.



Na África, verificou-se muito cedo que os Estados Unidos não se decidiram a enfrentar realmente o desafio racista da África do Sul e da Rodésia. A presença de um embaixador negro, como Andrew Young, na África, e o seu "coquetismo" com o processo de libertação do Continente, além de hábil, puderam confundir certos grupos internacionais, mas não os dirigentes progressistas africanos. Estes sabiam que eram ilusórias as promessas de abertura para os casos da Rodésia e África do Sul, se não fossem precedidas de mudanças muito profundas nas administrações racistas. Durante o período da visita de Young estávamos em África, e sentimos que era irremovível a decisão dos dirigentes progressistas de não mudarem, por meras promessas ou gestos de afabilidade política, o compromisso da libertação dos países ainda dominados pelo colonialismo ou pelo neocolonialismo.

Assinale-se que, ainda que mais aberto e mais liberal, o embaixador Young nunca saiu dos limites da política do Departamento de Estado. Actua com as devidas cautelas para não provocar as iras do Poder. Apesar disso, foi duramente atacado e criaram-se entre ele e alguns sectores do aparelho governamental de Washington, algumas tensões que hoje ou amanhã lhe tirarão o cargo, a ele e a não poucos dos seus auxiliares.

UM PEQUENO ALMOÇO MACARTISTA

Os sectores mais retrógrados do complexo político-industrial-militar dos Estados Unidos têm o "seu" homem na Casa Branca, Zbigniew Bzeczinski, assessor para a segurança nacional da Presidência. Polaco de nascimento, criado num clima de ódio anti-soviético, marcado pela guerra

fria, ligado por laços familiares (é genro de um ex-presidente da Checoslováquia), à aristocracia da Europa Ocidental, levou para o seu posto toda essa carga de frustrações e rancores que se reflectiram na sua actividade intelectual e política.

Em Washington sabe-se que o senhor Bzeczinski é o mais íntimo assessor de Carter, com quem toma pontualmente o pequeno almoço às oito e um quarto da manhã. É por suas mãos que o Presidente recebe no começo do dia as informações sobre os acontecimentos internacionais, analisados com as interpretações daquilo que pensa que é a Segurança Nacional norte-americana.

A ligação deste assessor com Carter não é recente. Bzeczinski foi um dos criadores da Comissão Trilateral que uniu, pese as suas contradições ocasionais, os Estados Unidos, o Mercado Comum e o Japão, comissão da qual é o actual mandatário e na qual os seus principais assessores tomaram parte.

A mudança de posições da Casa Branca teve como aparente ponto de partida o problema do Zaire. Mas quando se analisa todo o contexto da actual crise internacional, compreende-se que o Shaba foi um detonador pré-fabricado.

A desculpa da intervenção soviético-cubana é de um descrédito total. Não há um só testemunho que não seja da mesma fonte, isto é, Mobutu, que confirme a presença directa ou indirecta de Cuba ou da União Soviética nessa operação. Fidel Castro desmentiu com ênfase todas as versões e Carlos Rafael Rodríguez proclamou nas Nações Unidas que as notícias da presença de cubanos no Shaba "são absolutamente falsas, baseadas em mentiras repetidas impudicamente".

O presidente Carter disse que tinha provas dessa intervenção, mas instado pelo



Congresso a apresentá-las, foi evasivo e impreciso. Foi tal a debilidade desses elementos de juízo, que mesmo senadores e deputados conhecidos por seu reaccionarismo histórico (ou anti-histórico) puseram em dúvida a validade dos mesmos.

Jornais diários como "The New York Times" foram cáusticos em desqualificar a seriedade das denúncias, publicando que as acusações a Cuba "são indignas da diplomacia norte-americana". O periódico nova-iorquino refrescou a memória da Casa Branca assinalando que a luta dos catangueses tem mais de quinze anos e não começou agora.

Esse mesmo detalhe foi apontado por muitos jornais do Mundo. Um deles foi o "Sunday News" de Dar-es-Salaam que formulou a seguinte pergunta: "Como pode gente realmente inteligente acreditar que o povo do Zaire está contando com a sua sorte, e que os constantes levantamentos da província de Shaba, assim como os combates incessantes que se travam no país, são obra de agitadores comunistas que vêm da URSS ou de Cuba?"

E mais uma vez são comprovadas as discrepâncias entre Young e Bzerzinski. Enquanto este é um dos criadores da ficção dos cubanos no Zaire, Andrew Young deixa patente que essas versões, — das quais a Casa Branca foi a principal difusora, — não eram apoiadas por factos. Em entrevista ao "US News", revista norte-americana de direita, que o apresenta como uma "voz discordante", e como "o assessor mais controverso de Carter", Young declara: "As informações do Presidente foram muito limitadas pelas restrições às actividades de espionagem dentro de Angola, e pelo facto de que é difícil conseguir uma informação adequada," e dá, então, um testemunho muito importante: "Os cubanos não entraram massivamente em Ango-

la, até que os sul-africanos a invadiram."

AS PALAVRAS E OS FACTOS

A evidência de que não eram correctas as versões da presença cubano-soviética no Shaba não modificou em nada a posição da Casa Branca, e isso demonstra que o fundo do problema é outro: rapidamente, todo um esquema de retorno à Guerra Fria (ou Guerra Morna, segundo a definição de Brejnev) foi accionado.

O próprio presidente Carter sugeriu à NATO que ampliasse à África o seu campo de acção. Prometeu mais tropas para a Europa, e coordenou com os seus sócios europeus um astronómico aumento dos gastos militares da Organização. Tenta-se outra vez revitalizar o projecto de uma aliança no Atlântico Sul, ligado à estratégia do Pentágono. O Primeiro Ministro de Angola, Lopo do Nascimento, denunciou esse projecto em seu recente discurso ante a Assembleia das Nações Unidas. "Essa aliança, declarou Lopo, tende, entre outros objectivos, a aumentar a influência política da NATO na África Austral, assim como assegurar os interesses económicos naquela zona".

Uma vez mais é revitalizada a linguagem belicista, particularmente em relação à União Soviética, Cuba, e aos países africanos da chamada "linha de frente". Uma publicação norte-americana revelou que entre os planos anticubanos que circulam em Washington, inclui-se o fortalecimento do bloqueio da Ilha, contando inclusive com o apoio dos aliados europeus e dos países que se dizem neutros. Um objectivo imediato seria fechar a delegação de reatamento de Cuba em Washington, recentemente aberta.

Ainda que negado oficialmente, sabe-se que as importantíssimas negociações



“SALT” para o controlo das armas estratégicas “esfriaram”...

Especular agora sobre se Carter teria ou não propósitos pacifistas, ou se estaria ou não sendo levado à guerra fria pelos “falções” do Pentágono e pelos grupos de pressão do complexo industrial-militar, acrescentaria muito pouco. No máximo, revelaria que é escassa a margem de manobra de que a Casa Branca dispõe. E isso não seria tranquilizador no que se refere às suas futuras possibilidades de negociação.

Carter continua com as suas posições liberais e as suas pregações em favor da Paz. Mas na liça internacional, o que conta são as acções práticas, e estas não se conciliam com a novã tendência. O que importa é saber o que está sendo feito agora, e não somente o que se diz.

Na verdade, seria ridículo alegar que a expedição ao Zaire por parte dos Estados Unidos, França e Bélgica e com o apoio da Alemanha Federal, foi em defesa da democracia e do respeito pelos Direitos Humanos. A verdade é outra: o que se procura é deter a “maré subversiva”, ou seja, bloquear aos países colonizados ou neocolonizados o caminho para a libertação, e forçá-los a aceitar disciplinadamente o domínio das grandes potências capitalistas e das suas multinacionais.

Na recente reunião dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OCDE, em Paris, o Ministro das Relações Exteriores da Alemanha Federal, Hans Dietrich Genscher, foi muito claro a este respeito: “Devemos integrar esses países (as nações em vias de desenvolvimento) num sistema económico mundial aberto ao comércio e investimentos, com igualdade de direitos e de oportunidades.” A meta de sempre: integração. Que igualdade de direitos e de

oportunidades podem esperar o Botswana, o Nepal ou as Honduras, numa “aliança” com os Estados Unidos, Alemanha Federal ou a França? Certamente, a mesma que o cordeiro pode esperar do lobo.

A FORÇA INTERAFRICANA DE INTERVENÇÃO

Simultaneamente com as medidas belicistas na Europa, África e no Atlântico, está a ser exumada a aliança do Sudeste Asiático, que compreende “democracias” como a Indonésia, a Malásia, Singapura, as Filipinas e a Tailândia. E estrutura-se a chamada Força Interafricana de Intervenção.

Esta não é uma ideia original, mas é a primeira vez que se concretiza com essa dimensão. Durante muitos anos o Pentágono tentou aplicá-la na América Latina. A resistência de governos e da opinião pública progressista e as contradições internas, principalmente entre os regimes do Brasil e da Argentina, fizeram fracassar todas as tentativas nesse sentido.

Em África, o empenho em se conseguir pessoas interpostas para servirem de carne de canhão para o imperialismo não é novo. Nem tão pouco original. O primeiro esforço foi alistar africanos nos exércitos coloniais. Essa medida revelou-se impotente para conter a insurreição popular, e por isso teve aplicação limitada. Depois, foi a mobilização massiva de mercenários e exemplarmente derrotados em Angola. Agora é a Força Interafricana de Intervenção que faz seu debut no Zaire. “Essa Força não tem outro fim que o de defender os interesses coloniais e de destruir a unidade dos Estados africanos”, disse na ONU o Ministro das Relações Exteriores de Moçambique, Joaquim Chissano.

Tanto como as tentativas anteriores, es-

ta também fracassará. Os neocolonialistas sabem disso, e os combatentes da Frente de Libertação Nacional do Congo (FLNC) reafirmam que a intervenção estrangeira não mudará os seus propósitos de abater o regime de Mobutu para democratizar o país.

AS VOZES DA RESISTÊNCIA

Mesmo sem recorrer às lições da História, de que as forças da opressão perdem sempre as batalhas finais, há muitos elementos que indicam as fraquezas que encerra a aventura neocolonialista no Zaire.

O primeiro deles é que não há unidade interna entre os Estados Unidos, a França e a Bélgica, principalmente no plano operacional. O Congresso dos Estados Unidos vacila em dar ao presidente Carter poderes para intervir na África. O fantasma do Vietnam tira o sono dos congressistas, mesmo dos mais belicosos.

Os ingleses — velhas raposas das selvas africanas — estão a advertir Washington e Paris de que sejam cautelosos na sua aventura.

Os alemães ocidentais preferem dar dinheiro a mandar homens. As contradições internas da social-democracia alemã poderiam comprometer a unidade do partido, se seu governo se juntasse aos franceses na expedição africana.

Na Bélgica, crescem as desconfianças sobre os motivos mais profundos do comportamento do governo francês, enquanto que na Holanda e na Escandinávia aumentam as vozes de desaprovação a essa espécie de safari neocolonialista.

A resistência feita pelos partidos de esquerda franceses, ainda muito em termos de declarações e pouca acção prática, aumenta dia a dia. Mais significativa é a crescente oposição dos "gaullistas" à intervenção francesa no Tchade, no Sahara, e, sobretudo, no Zaire. Um destacado membro dessa corrente disse que a posição do presidente Giscard d'Estaing em África, é a de "soldado de infantaria dos Estados Unidos", e exigiu que as forças francesas sejam imediatamente retiradas do continente africano.

Mesmo no seio da NATO, a situação não é tranquila. Enquanto que o general Haig, comandante das forças do Pacto Atlântico, dirigia pessoalmente o envio de aviões norte-americanos para o Zaire, a

partir do Marrocos, o secretário político da NATO, Joseph Lunz, afirmava enfaticamente que a Aliança do Tratado do Atlântico Norte não se envolveria nessa operação nem pretendia ampliar à África o seu raio de acção.

O próprio rei Hassan do Marrocos, que foi um dos mais sólidos apoios de Mobutu, havia ponderado ao governo francês que considerava inconveniente e perigosa

a iniciativa da Força Interafricana de Intervenção, porque poderia dar lugar a que países progressistas e revolucionários africanos (com a eficácia da coerência ideológica e da militância revolucionária) constituíssem uma força oposta. Isto vindo de um dos mais fiéis seguidores do neocolonialismo francês, é uma opinião que deve ser tomada em conta.

Uma estranha contradição — diríamos mais que estranha, trágica mesmo — é o apoio que a aventura neocolonialista no Zaire e o governo de Mobutu encontraram neste episódio da parte da China. A solidariedade, selada com a presença do chanceler Huang Hua em Kinshasa, e agora, com o envio de assessores militares a um dos regimes mais "cipaios" e corruptos da África, é absurda. É uma posição que de nenhum modo pode ser compartilhada pelas forças progressistas do Mundo, nem sequer por muitos revolucionários que nos nossos países tinham simpatia pelo modelo chinês.

Numa recente análise sobre a situação no Zaire, o diário "Daily News" de Dar-es-Salaam, que considera "sumamente ominoso" o apoio norte-americano a Mobutu, faz a seguinte referência à China: "Que os imperialistas tramem tanta insensatez, isso é algo que devemos esperar. Mas que uma poderosa nação comunista una-se aos imperialistas no agitar do perigo que representavam as tropas soviéticas e cubanas na África, é algo bastante trágico."

Apesar disso, a resistência à aventura neocolonialista na África tende a crescer. As forças progressistas e revolucionárias de todo o Mundo entendem — ou começam a entender — que mais do que os cántabrigueses, o que está em jogo é o destino da luta contra o imperialismo e o direito de cada povo de eleger os seus próprios caminhos no caminho para a libertação.

uma advertência de Nyerere: «a África vencerá»



O respeitado presidente tanzaniano define claramente a sua posição em relação aos últimos acontecimentos em África

O início da intervenção franco-belga no Zaire, o presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, definiu a sua posição num discurso dirigido ao corpo diplomático creditado em Dar-es-Salaam. Transcrevemos os parágrafos fundamentais desse importante documento.

Os acontecimentos das últimas semanas, mostram, uma vez mais, que embora a nossa independência legal seja oficialmente reconhecida, o nosso direito de desenvolver os nossos países e o continente segundo os nossos próprios interesses não nos é concedido na prática (...).

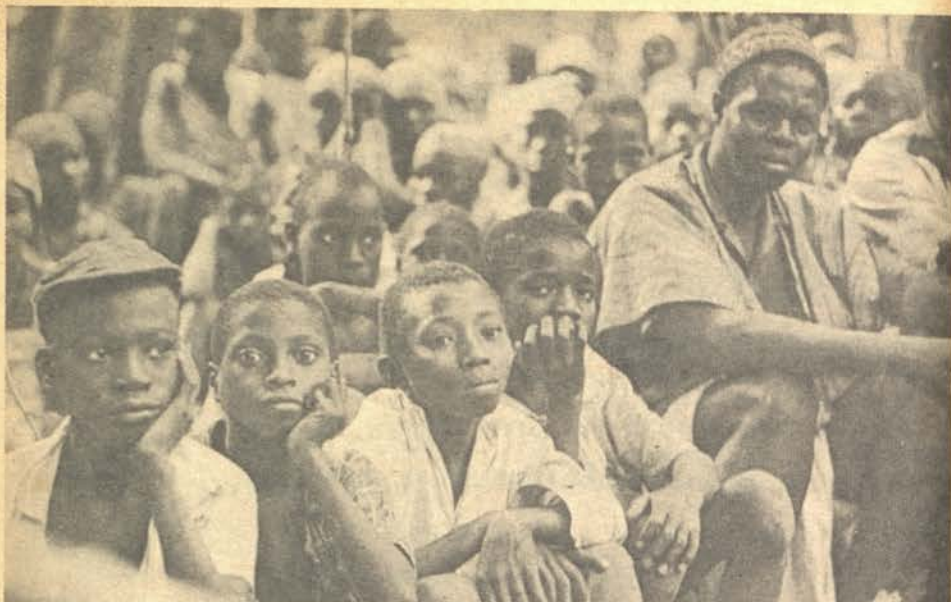
Ainda há tropas cubanas em Angola e a União Soviética continua a dar ajuda militar a Angola. O governo angolano vê-se forçado a solicitar essa assistência, porque a ameaça à sua integridade continua. No mês passado, tropas sul-africanas voltaram a invadir o sul

de Angola, causando graves baixas entre os refugiados namíbios. A UNITA continua a receber apoio externo. Continuam os ataques na fronteira entre Angola e o Zaire por parte da FNLA, financiada e provida em armamentos por forças externas, que operam com apoio tácito ou activo do governo zairense. Passa-se tudo isso, e os serviços secretos da África do Sul, França e alguns países ocidentais sabem-no. Isso não se poderia passar sem a sua conivência e participação. Seria incrível que os governos desses países não soubessem o que estão fazendo os seus serviços de espionagem (...).

O Ocidente ainda considera a África como parte da sua esfera de influências, e actua de acordo com isso. Os acontecimentos actuais mostram que o maior perigo imediato para a liberdade da África provém do bloco ocidental (...).

Não deve haver equívocos. Qualquer que seja a agenda oficial, as reuniões de Paris e Bruxelas (dos cinco "grandes", ver editorial) não estão a discutir a liberdade da África. Estão a discutir a continuidade da dominação e da utilização da África pelos poderes ocidentais. Tomadas em conjunto, a sua intenção é ser uma segunda Conferência de Berlim (em 1885, em Berlim, as potências europeias acordaram a divisão colonialista do continente sob a inspiração de Bismarck).

A verdadeira agenda, dentro e fora das sessões formais destas reuniões, gira em torno de dois pontos. Uma preocupação é o neocolonialismo em África com fins económicos — o verdadeiro controlo de África e dos Estados africanos. Aqui lideram os franceses. A outra é a utilização da África no conflito Leste-Oeste. Esta é liderada



«A África lutará contra o neocolonialismo como lutou contra o colonialismo. E vai vencer.»

pelos norte-americanos. Os dois propósitos serão coordenados de modo que se apoiem mutuamente, e estudar-se-á a repartição dos benefícios, — e dos custos, — esperados. Neste ponto, — na divisão do saque, — é onde mais provavelmente podem ocorrer disputas.

Mas os custos também podem ser mais altos do que os participantes esperam. A Tanzânia não é o único país nacionalista da África. Há nacionalistas em todas as partes. Mais tarde ou mais cedo, enquanto for necessário, a África lutará contra o neocolonialismo, como lutou contra o colonialismo. E vai vencer (...).

Esta deliberação na Europa sobre uma Força Interafricana de Intervenção é um insulto à África. Não faz muita diferença que os iniciadores europeus deste plano encontrem africanos que lutem por eles. Houve africanos que lutaram ao lado dos invasores coloniais, houve africanos que

ajudaram a escravizar outros africanos, e houve africanos que lutaram contra os movimentos de libertação. Mas pedimos àqueles governos africanos que podem ter aceitado participar em tal plano que considerem-no bem, antes de irem mais além. Temos a Organização de Unidade Africana, com todas as suas falhas e defeitos, que é a única organização panafricana que existe e que se esforça pela liberdade do continente. Não a dividamos, — e com ela, a África, — entre aqueles que se aliam militarmente com o Ocidente, e aqueles que, em consequência, ver-se-ão forçados a procurar ajuda em outras partes contra um neocolonialismo apoiado dos africanos.

Não negamos o princípio de que todo o Estado africano tem o direito de solicitar ajuda militar ou económica do país que deseje. Mas devemos rechaçar o princípio de que potências

externas tenham o direito de manter no poder os governos africanos universalmente reconhecidos como corruptos, incompetentes ou assassinos, quando os seus povos tentam fazer uma mudança. A África não pode ter os seus governos actuais congelados eternamente em sua posição pelo neocolonialismo, porque há uma Guerra Fria ou conflitos ideológicos entre as grandes potências.

O povo de cada país africano tem tanto direito de mudar o seu governo corrupto na última metade do século XX como, no passado, os povos inglês, francês ou russo, tiveram de derrubar os seus próprios regimes podres. O povo chinês desenhou uma longa luta, histórica e exemplar, contra os lacaios do imperialismo na China supostamente independente. Deve-se negar esse mesmo direito aos africanos?

NAMÍBIA

a independência não é negociável

*Moses Garoeb,
dirigente da SWAPO,
declara-nos que o cessar fogo
na Namíbia
só poderá ser efectivo
quando o último soldado sul-africano
abandonar o país*

entrevista de Beatriz Bissio



A causa da independência da Namíbia vem ocupando um lugar de destaque no xadrez internacional nos últimos tempos. Recentemente voltou ao primeiro plano da informação mundial quando nos dias 4, 5 e 6 de Maio, tropas sul-africanas invadiram o território angolano e massacraram refugiados civis namíbios. Poucos dias depois os países da **Linha de Frente**, reunidos em Luanda, exigiram a imediata transferência do poder da África do Sul para o povo da Namíbia, liderado pela SWAPO (South West African Peoples Organization).

As Nações Unidas realizaram reuniões sobre o caso da Namíbia nestas duas últimas décadas, particularmente entre 1976 e 1977 (no Maputo), reconhecendo a SWAPO como a única e legítima representante do povo da Namíbia.

Moses Garoeb é o representante da SWAPO em Lusaka, Zâmbia. Concedeu uma entrevista exclusiva aos **Cadernos do Terceiro Mundo** na qual analisou a situa-

ção actual e as condições para um "cessar-fogo".

A SWAPO não aceitou até agora as propostas do regime sul-africano para uma independência, que Pretória quer controlar. Que condições terá que cumprir Pretória para que a SWAPO considere válida a independência?

— Entre as condições não-negociáveis estão: a retirada total das forças sul-africanas do território namíbio, a libertação de todos os prisioneiros, o regresso dos exilados, e que a SWAPO possa vigiar directamente o processo eleitoral (se é que os acordos finalmente mantenham as cláusulas eleitorais).

Quantos prisioneiros políticos e exilados namíbios existem actualmente?

— Temos entre 500 e mil prisioneiros — é difícil precisar — e uns 20 mil exilados.

Acreditam na possibilidade de uma retirada completa das tropas sul-africanas do território namíbio?

As tropas racistas na Namíbia: uma pistola apontada para as costas de toda a África





Sam Nujoma, dirigente máximo da SWAPO

— Eles alegam que se se retirassem a SWAPO ocuparia tudo. Não parece fácil chegar a negociar este ponto.

Então não é possível, a curto prazo, um acordo sobre o cessar-fogo?

— Só aceitaremos o cessar-fogo quando tivermos a certeza da retirada das tropas. Não temos objeções, por outro lado, a que a África do Sul esteja presente na transferência do poder (quando se entrega o Tesouro, etc...). Por seu lado, o regime de Pretória parece disposto a aceitar a presença da ONU e até chegaria à libertação dos prisioneiros.

Então continua de pé o problema da retirada das tropas e também o de Walvis Bay?

— Walvis Bay é o único porto de águas profundas da Namíbia. Dependemos dele para todas as nossas exportações e importações. Além disso, encontram-se ali todas as indústrias de aproveitamento de peixe e também uma base militar.

A SWAPO só aceita Walvis Bay como parte integrante da Namíbia. Neste ponto temos o apoio dos países africanos e de muitas nações ocidentais.

Que pode dizer-nos a respeito da campanha ideológica movida contra a SWAPO?

— A África do Sul quer evitar que se repita na Namíbia a experiência de Angola com o MPLA. Não aceitam que a Namíbia passe para as mãos de um movimento revolucionário. Assim explica-se a campanha.

Que opinião merecem da SWAPO as conversações de Turnhalle?

— Todos os que participaram pertencem ao grupo dos chefes tribais.

— Só com o tempo é que poderemos saber até onde conseguirá a ONU impôr-se ao regime racista. No entanto, é naturalmente muito importante para nós sermos reconhecidos pela ONU. Somos membros observadores na Assembleia Geral. Só não temos direito a voto.

Em que ponto está a luta da SWAPO?

— Nesta altura já ninguém pode deter o fluxo dos combatentes que saem e entram no país, se adestram, aperfeiçoam, voltam a entrar e assim sucessivamente. Como já é impossível também deter o abastecimento de armas por parte dos países socialistas, particularmente da União Soviética, da Checoslováquia, aliados da nossa causa.

Existem áreas liberadas na Namíbia?

— Existe o que poderíamos chamar de áreas liberadas no norte, noroeste e nordeste do país. Mas não têm as características que tinham em Angola e Moçambique. Seriam mais áreas liberadas pelo irrisório e total apoio do povo à SWAPO. Nelas obtivemos um nível de organização popular e de tomada de consciência que nos permite dizer que todos, de uma ou outra forma, já estão enquadrados na luta. Isto não significa, porém, que já estejamos em condições para a vitória.

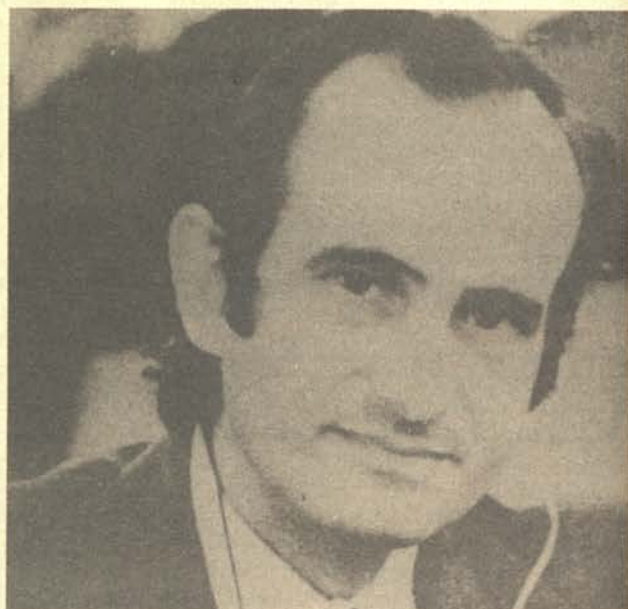
Qual é a principal base da SWAPO?

— Os camponeses e os trabalhadores assalariados. Nas zonas "operacionais" como lhes chamamos, temos educação política para esses camponeses e trabalhadores. Se ainda não estabelecemos uma administração própria é porque não o achamos necessário, dada a pouca densidade populacional. Claro que todos, os que vivem no campo sabem a que estrutura aderir se for necessário. Mais do que isso, nós combatentes da SWAPO já podemos mover-nos por todas as partes do país. Neste sentido já se pode dizer que existem áreas libertadas.

ILHAS CANÁRIAS

Cubillo: «somos uma colónia»

Numa entrevista concedida aos Cadernos do Terceiro Mundo, Antonio Cubillo, líder do MPAIAC, declara: «defendemos uma neutralidade positiva, o não alinhamento, a integração na Unidade Africana e o desenvolvimento»



HÁ apenas umas semanas, um pequeno grupo de jornalistas falava na Argélia com Antonio Cubillo, líder do Movimento Para a Autodeterminação e Independência do Arquipélago Canário (MPAIAC). Estávamos então longe de imaginar que, logo uns dias depois, aquele líder separatista seria vítima de um atentado que o pôs à beira da morte/

Antonio Cubillo encontrava-se em Argel, onde desde há já alguns anos fixou residência. Quando o conheci acabava de chegar de Trípoli, onde havia tido lugar uma reunião da Organização de Unidade Africana, na qual os países membros tinham ratificado o seu apoio ao movimento de independência das Canárias. Cubillo dedicava-se então ao trabalho de planear a estratégia diplomática que adoptaria o MPAIAC na ONU; e, traçava também a

entrevista de Leticia Singer

forma como se intensificará a luta armada no arquipélago, de forma a conseguir o seu objectivo: a independência da Espanha.

Mas, quem é Antonio Cubillo?

Nasceu em 1930 em Tenerife e é formado em Direito. Em 1960 esteve estreitamente ligado ao Partido Comunista Canário, tendo posteriormente se acercado de diferentes grupos reivindicativos dos direitos canários, um dos quais, o Movimento Autonomista, deu lugar, mais tarde, à fundação do MPAIAC, de quem se viria a tornar secretário-geral.

A luta independentista travada por Cubillo, baseia-se no facto das Canárias terem sido colonizadas por Espanha, despo-

jando a população indígena da sua cultura, da sua religião e do seu idioma. Antonio Cubillo afirma ainda, que a população canária descende da tribo **guanche**.

De facto, existem estudos que mostram a semelhança física entre os **guanches** e as tribos berberes norte-americanas. A análise linguística demonstrou igualmente, sem contestação, a vinculação existente entre o berbere e aquilo que ainda resta do chamado idioma **guanche**. Quando, no século XV, os colonialistas espanhóis desembarcaram nas Canárias, os **guanches** eram um forte povo guerreiro. Mas, mortos uns, escravizados outros, e absorvidos os restantes pelos recém-chegados, fazem com que não exista hoje um só **guanche** puro.

Antonio Cubillo afirma, no entanto, que pelo facto dos **guanches** se terem extinguido, isso não impede que o povo das Canárias continue a lutar por uma causa justa. Assinala como uma constante histórica ser "o colonialismo espanhol um dos mais cegos e renitentes do mundo, fechado nas suas próprias contradições e incapaz de compreender os processos históricos e as experiências de outros povos que enfrentam problemas coloniais. A Espanha — afirma perentório — sempre comercializou territórios e habitantes. Essa é uma das regras de ouro do colonialismo espanhol e é a História que nos têm demonstrado que sempre que a Espanha não conseguiu continuar a explorar as suas colónias, quer pela distância que a separava, quer pela oposição nascente dos povos submetidos, ela sempre vendeu as suas colónias por um punhado de dólares. Disso sempre se aproveitaram os Estados Unidos que se expandiram graças à compra ou ao roubo de outros territórios na América".

AS CANÁRIAS E OS ESTADOS UNIDOS

Teme que algo semelhante possa ocorrer com as Canárias?

— Conhecendo os Estados Unidos da América qual era o comportamento normal da Espanha em relação às suas colónias, preferindo vendê-las a conceder-lhes a independência, preparou todo um plano sobre o Sahara e as Canárias. O Pentágono, consciente do valor estratégico do Sahara em relação às Canárias, decidiu montar um estratagema preciso em relação a estas últimas colónias espanholas. Desde

1968, que os técnicos militares norte-americanos tinham perfeitamente em conta a verdadeira importância do resto do império africano de Espanha. O arquipélago canário, por exemplo, domina a parte final da rota do petróleo, toda uma zona do Atlântico próxima do estreito de Gibraltar e, sobretudo, as rotas marítimas e aéreas em direcção à África, ao Atlântico Sul e à América.

Com portos marítimos de importância mundial — cerca de 18 mil navios dão entrada por ano — as Canárias convertem-se num ponto chave para a Europa em caso de encerramento do Canal do Suez, como já ficou demonstrado em duas ocasiões; outro factor de importância estratégica, é o facto do cabo submarino que liga a África do Sul a Lisboa passar pelas Canárias, ramificando-se aí em direcção ao continente americano através da cidade do Recife no Brasil. Este cabo é utilizado pela NATO para as suas comunicações entre o Estado Maior da organização, Lisboa, e as suas bases de satélites e telecomunicações situadas nas Canárias e na África do Sul.

As Canárias constituem um dos vértices do triângulo militar, juntamente com a base atómica de Rota, no sul da Espanha, e a de Kenitra, em Marrocos, que constitui a fortaleza estratégica que vigia a entrada do Mediterrâneo, controlando ao mesmo tempo a rota do petróleo e a área circunvizinha do Atlântico. Há que referir que os Estados Unidos possuem uma importante base para o controlo de navios e submarinos na Ilha Tenerife, assim como outra importantíssima base de telecontrolo e teledirecção de satélites na Gran Canária, aí instalada desde 1960. Bases estas que se encontram em contacto com as de Kenitra, Rota e dos Açores.

O Pentágono e a Casa Branca há muito tempo que previram a integração da Espanha na NATO, por isso estudaram o aproveitamento das suas colónias africanas de acordo com a tática ianque de implantar as principais forças aéreas dos Estados Unidos em "porta-aviões fixos", ou seja em ilhas situadas próximo dos continentes. Esta política, preconizada pelo então Secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert MacNamara, foi aplicada por exemplo, na Ilha de Guam, situada perto da Indochina, onde foram colocados os grandes bombardeiros B-52; enquanto que no Norte de África, desde a década de 60

que tinham visto a utilidade das Canárias para os B-52 ou os aviões que se lhes sucederiam: os B-1.

A ESPANHA NA NATO

Mas, a Espanha não pertence à NATO...

— Não, mas para defender estes futuros porta-aviões e bases estratégicas dentro dos planos do Pentágono que — desde que a Espanha entrasse na NATO — seriam de uma importância vital para os Estados Unidos e para o Pacto do Atlântico, pensou-se, desde 1972, em defendê-los com uma rede periférica de radares e de instalações antimísseis. Daí que tivessem estudado o problema que representava o Sahara e a sua futura e provável descolonização. A primeira coisa que fizeram foi considerar que o aeroporto da capital do Sahara Ocidental, El Ayoun, se encontrava a apenas quatro minutos para um avião de combate Phantom ou um F-111, o que significa que uma hipotética esquadilha de aviões inimigos estaria sobre as Canárias em quatro minutos, antes que as defesas aéreas locais pudessem ripostar.

É por estas razões que o Pentágono procura contrariar a independência do Sahara, já que isso acarretaria possíveis perigos para as actuais e futuras bases norte-americanas e da NATO nas Ilhas Canárias. Bases que, como vimos, jogam um importante papel no controlo da rota do petróleo e da África do Norte, assim como da parte ocidental do mundo árabe. Quais seriam as consequências para as Ilhas Canárias se a Espanha entrasse na NATO?

— Segundo todas as análises, a entrada da Espanha na Organização do Tratado do Atlântico Norte é eminente. Como consequência dar-se-á a implantação de forças da NATO na colónia das Canárias, a apenas cem quilómetros do Continente Africano e a mais de mil das costas mais próximas da Europa. Prevêmos pois maiores dificuldades para o movimento patriótico guanche que o MPAIAC dirige, assim como para as forças armadas guanches. No entanto, o nosso povo africano soube aprender a lição e hoje, mais do que nunca, estamos seguros das nossas convicções patrióticas e decididos a lutar contra o colonialismo espanhol para alcançar os nossos justos e legítimos direitos nacionais e liberdades populares, para depois construir o socialismo nas Canárias.

NEUTRALIDADE POSITIVA

Quais são os objectivos imediatos do MPAIAC?

— Fundamentalmente duas coisas: obter uma posição de força sólida através da luta armada revolucionária que iniciámos no dia 1 de Novembro de 1976, e convencer as potências da NATO de que a independência das Canárias não irá significar que outro bloco se vai instalar no arquipélago. Somos demasiado amantes da nossa própria liberdade para permitir que no futuro haja alguém que se instale nas Canárias com as suas bases militares e paramilitares.

O MPAIAC, assim como todos os habitantes das Canárias, defende uma neutralidade positiva, o não alinhamento com nenhum campo ou bloco militar, a integração dos países africanos livres na OUA e a luta pelo desenvolvimento da nossa pátria africana ainda colonizada.

O movimento de libertação de que sou secretário-geral tem, em relação a três pontos uma posição muito clara: que o governo espanhol reconheça o MPAIAC como o único representante do povo canário, como o fez a OUA desde 1968; que o governo espanhol reconheça o povo canário como pertencente ao continente africano; terceiro, que o governo espanhol, sob os auspícios da OUA, leve a cabo com o MPAIAC conversações, num país africano, com vista a estabelecer um calendário de descolonização e fixar uma data para a independência.

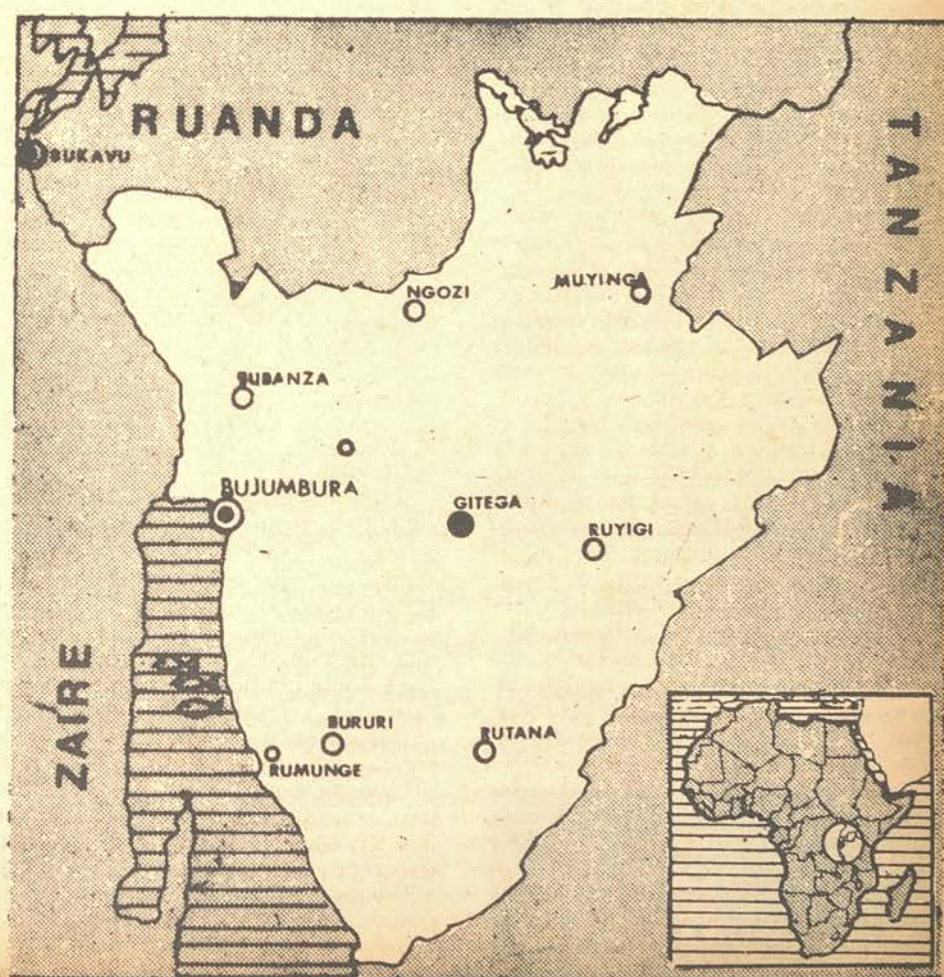
A história do colonialismo clássico espanhol é bastante triste, e os governos e a história de Espanha não se poderão jamais vangloriar do que fizeram nas colónias. Esperamos que, por ser a última, a Espanha compreenda rapidamente as justas e legítimas aspirações do povo guanche das Canárias e aceite um final decoroso para a última parcela colonial do seu velho império.

Não queríamos que no futuro se escrevesse um livro sobre a desastrosa colonização do arquipélago canário, gostaríamos sim, que um dia fosse arreada com honra a bandeira espanhola nas Canárias enquanto a delegação diplomática militar espanhola saudasse o momento em que flutue a bandeira da independência das Canárias. A História o dirá...

BURUNDI

«o povo decidirá»

*Defender os recursos naturais
reforçar o partido e melhorar
as condições de vida da maioria do povo
são as prioridades do governo do Burundi
segundo afirma o seu primeiro-ministro
Eduardo Nzambimana
em entrevista aos Cadernos do Terceiro Mundo*



No dia 1.º de Novembro de 1976, um golpe militar derrocou o governo despótico de Michel Micombero, instaurando um regime progressista inspirado no socialismo "ujamaa" da vizinha Tânzania. Eduardo Nzambimana, Primeiro Ministro e Ministro da Planificação, concedeu-nos esta entrevista na qual faz um balanço do já atingido e explica as perspectivas de desenvolvimento neste pequeno país africano.

O golpe contra Micombero foi o início de um processo de transformação no Burundi. Que objectivos tem o novo regime?

— Depois da independência, o nosso país carecia de uma direcção política. O rei governava com métodos coloniais. A monarquia era incapaz de transformar a independência política em acções concretas, em defesa dos nossos recursos naturais e do progresso social da população rural. Durante este período registaram-se incidentes sangrentos entre distintas comunidades étnicas, e o poder feudal não conseguiu restaurar a paz. Os recursos naturais continuavam controlados pelas nações ricas. Por estas causas, as forças progressistas derrubaram a monarquia e assim nasceu a primeira República.

Esta, porém, frustrou e traiu aqueles que haviam arriscado as suas vidas para estabelecê-la. Os males da monarquia continuaram. A ideologia do nosso partido nacional, o UPRONA, não foi respeitada. As assembleias converteram-se em reuniões folclóricas. A juventude e os membros do partido não tinham nada mais a fazer, salvo elogiar o Presidente. No campo económico, em geral, continuou a funcionar a ordem colonial. A Primeira República não defendeu a unidade da nação e o resultado foi a tragédia de 1972 (uma guerra civil de origem étnico-social que deixou um saldo de 200 mil mortos).

A segunda República criada pelo movimento do 1.º de Novembro de 1976 (que derrubou Micombero) tem três objectivos: reforçar o partido, melhorar a vida das massas rurais e estabelecer as estruturas

económicas que nos permitam controlar os nossos recursos naturais.

Pode-se qualificar de socialista a orientação do governo?

— A nossa filosofia política baseia-se na luta contra a exploração do homem pelo homem, numa séria determinação de sermos auto-suficientes, na criação de uma nova mentalidade baseada na justiça, no trabalho e na produção, na reabilitação da cultura nacional, na luta contra o imperialismo e no apoio aos movimentos de libertação.

No que diz respeito ao caminho político do Burundi, o presidente Jean-Baptiste Bagaza disse que será o povo quem oportunamente decidirá o sistema de governo que quer. Isto será decidido em assembleias populares do partido. Por agora, cremos que não é necessário perder tempo escolhendo nomes.

E os planos de desenvolvimento?

— O desenvolvimento do país depende do desenvolvimento da agricultura. A nossa população cresce rapidamente, e ainda que o país não seja muito grande, necessitamos cada vez de mais alimentos.

Defendemos o desenvolvimento agrícola através da organização cooperativa. É nossa intenção agrupar em aldeias a população dispersa, de modo a ganhar novas terras aráveis e poder adaptar métodos modernos.

Ao mesmo tempo, estamos a esperar os resultados da prospecção petrolífera e já descobrimos importantes reservas de níquel, recursos que controlaremos severamente para evitar que sejam manejados pelo estrangeiro em benefício dos seus interesses.

Existe algum programa de regresso a um governo civil?

— Se bem que as forças armadas tivessem colaborado na instalação da Segunda República, não podemos dizer que o Burundi esteja sob um governo militar. Apenas quatro dos 19 ministros são militares, e nem um só militar ocupa postos da administração pública.

Conforme já decidiu o Conselho Revolucionário Supremo, o actual presidente terá um mandato de cinco anos que terminará em 1981. Depois serão os distintos órgãos do partido que determinarão através de que mecanismo serão eleitos os líderes do país.

assine

cadernos do
terceiro
mundo

MOÇAMBIQUE

três anos de independência



*No terceiro aniversário
da independência de Moçambique,
um breve balanço
dos avanços obtidos na luta
por uma sociedade nova.*

QUALQUER país circunscrito economicamente à periferia do imperialismo tem uma de duas opções a fazer: man-

ter-se nessa periferia, esperando inutilmente uma participação mínima no raio de distribuição do capital multinacional, ou envere-

dar pelo longo e penoso processo de construir uma ruptura com o imperialismo. A República Popular de Moçambique escolheu a

Moçambique segunda via: no plano externo, pela multiplicação dos laços de cooperação económico-financeiro-comerciais com predominância para o estreitamento de relações com os países socialistas, e por um apoio material consequente aos movimentos de libertação da África Austral, particularmente no que diz respeito à luta do povo zimbabwano; no plano interno, pela agudização consciente da crise capitalista, que em Moçambique teve a sua génese nos últimos anos do colonialismo devido ao avanço progressivo da luta armada de libertação nacional dirigida pela FRELIMO.

As especificidades culturais da problemática africana assentes sobre processos de formação social ainda por teorizar tornam impraticável o uso exclusivo de outras revoluções de África para fins comparativos com o processo revolucionário moçambicano em termos de corpo de critérios de avaliação. Por outro lado, os três anos de independência de Moçambique não permitem ainda, sobre eles, uma leitura futurista. No entanto, estes três últimos anos encerram na actividade dirigente da FRELIMO um certo número de constantes que possibilitam uma percepção minimamente correcta sobre o que se passa em Moçambique.

Um dos desesperos mais verbalizados actualmente em Moçambique pelos apologistas da "moderação" política, sejam eles pequeno-burgueses de inspiração colonial ou velhos portavozes das hierarquias tradicionais feudais, é o de este país se ter transformado

num campo interminável de projectos. E é-o efectivamente. São os grupos dinamizadores lançados logo após a tomada de posse do governo de transição em Setembro de 1974, são os conselhos de produção nas fábricas, os conselhos de controlo da produtividade no aparelho de Estado, os conselhos de base no Hospital Central de Maputo, as Assembleias do Povo, as Milícias Populares, os grupos de vigilância, e a Organização da Mulher Moçambicana, a Organização da Juventude Moçambicana, a Organização Nacional de Jornalistas, e, recentemente, a formação de células do Partido. São, ainda, as aldeias comunais onde vivem já mais de um milhão de moçambicanos, as machambas estatais, as cooperativas de produção e as cooperativas de consumo. Mas, afinal de contas, de que se trata tudo isto?

Plagiando o estilo didáctico do Presidente Samora Machel diria que se trata de construir uma sociedade nova, construindo-a. Ou seja, trata-se da auto-educação do povo pela prática quotidiana da gestão política e administrativa dos mecanismos que compõem a organização de uma Sociedade.

O lançamento de tão grande número de organismos de base impõe uma colectivização das opiniões e perspectivas individuais, servindo assim de garante da unidade nacional interpretada em Moçambique bi-facetadamente: de um lado, a desregionalização cultural pelo carácter nacional das novas instituições e sua dinâmica interna, e, por outro, a não-mar-

ginalização da pequena burguesia. Este segundo aspecto da questão tem como corolário prático quer o controlo dessa classe — que aqui, em termos de mentalidade, não pode ser circunscrita à geografia estreita do aparelho de Estado — quer a possibilidade de "suicídio" de indivíduos dessa classe. Estratégia política esta que tem um passado.

O PODER POPULAR

Nas zonas libertadas, durante a luta armada, a FRELIMO foi "peixe na água" por uma única razão: o povo dessas zonas participou directamente nos três níveis que constituem o pulmão de qualquer sociedade: os níveis de execução, planificação e decisão. A isto chama-se Poder Popular, coisa que não existe quando os dois últimos estão monopolizados por uma classe exploradora. Foi nessa experiência de Poder Popular — também chamada em Moçambique linha política da FRELIMO — que a direcção do Partido se baseou na altura da independência para agudizar a crise interna das estruturas económicas e ideológicas do colonial-capitalismo e, simultaneamente, começar a preencher o vácuo deixado pela fuga dos gestores económicos e ideológicos desse capitalismo de variante colonial.

Cada colono no seu local de trabalho monopolizava uma coisa fundamental: a gestão. Gestão que quer em termos de administração dos processos de execução do trabalho, quer em termos de planificação, era para a grande maioria dos



O Poder Popular, uma experiência bem sucedida

moçambicanos e moçambicanas um fenómeno material (e, portanto, cultural) estranho. Chegada a independência, já mais de 150 mil desses pequenos e grandes gestores tinham fugido de Moçambique (muitos deles, depois de terem causado elevados danos materiais em fábricas, plantações e locais de residência). x Quem iria ocupar o lugar deles? Quem iria reorganizar a produção? Alguns milhares de técnicos-cooperantes estrangeiros?

Postas estas perguntas, perguntas fáceis de meter pânico aos menos seguros, a FRELIMO tomou a decisão que lhe impunha dez anos de guerra popular vitoriosa: abrir os meandros da gestão da sociedade às massas exploradas do povo moçambicano. Os grupos

dinamizadores foram a primeira estrutura popular com esse alcance já que treinaram muitos milhares de moçambicanos e moçambicanas nos primeiros passos da organização política da sociedade — e, por tabela, administrativa, devido à justaposição das duas coisas naquela que foi uma fase de contenção da baixa de produção — desde o combate à sabotagem económica à resolução de problemas de carácter social. E com o andar do tempo, isto é, com o andar da trilogia *prática-teoria-prática*, surgiram as outras estruturas de base já no quadro de uma separação entre tarefas políticas e tarefas administrativas.

Esta ampla abertura à base, com tudo o que isso implica em termos de instabi-

lidade da velha ordem, tem sido ao longo destes últimos três anos a garantia de uma generalização prática das acções concretas de uma governação socialista.

SOCIALIZAR AS NACIONALIZAÇÕES

A 24 de Julho de 1975 eram nacionalizadas a saúde, a advocacia, as empresas funerárias e a educação; a terra era entregue ao povo. Oito meses depois, a 3 de Fevereiro de 1976, mais um golpe era desferido na infra-estrutura do poder colonial-burguês: a nacionalização dos prédios de rendimento. Um golpe que também atingiu seriamente a pequena burguesia moçambicana proprietária de milhares de pequenas habitações nos subúrbios das ci-

dades. Esta nacionalização demonstrava aos candidatos a burgueses nacionais que a FRELIMO continuaria a aplicar uma política de combater "o jacaré enquanto ainda é pequeno" — segundo uma frase elucidativa frequentemente usada pelo Presidente Samora Machel.

Mas nacionalizar qualquer governo o pode fazer sem que isso signifique um desmantelamento da engrenagem capitalista da pré-nacionalização. Daí que a FRELIMO tenha procurado socializar essas nacionalizações. Vejamos, de passagem, o caso da saúde.

Em Dezembro de 1976 Samora Machel dirigiu uma reunião com as várias centenas de trabalhadores do Hospital Central de Maputo com o objectivo duplo de dar voz governamental a todas as críticas populares dirigidas ao trabalho e lançar as fundações de uma nova estrutura no hospital, estrutura essa que simplificasse os mecanismos burocráticos herdados e inserisse aquele centro hospitalar no seio da vasta comunidade que utiliza os seus serviços. Nesse dia foram criados os conselhos de base do Hospital Central de Maputo: todos os trabalhadores passavam a responsabilizar-se pelos seus sectores e a participar, assim, no corpo de decisões sobre o hospital. Inicia-se então um lento processo de dinamização dessa nova estrutura e em Agosto de 1977 estão já criadas algumas das condições para uma nova fase de socialização da saúde (anunciada na altura) com a participação da comunidade nos diversos centros hospitalares do país, a co-

meçar pelo Hospital Central de Maputo. Hoje, na capital moçambicana não é raro ouvir-se alguém dizer que, quando esteve doente no Hospital Central, participou na resolução de problemas da enfermaria em que esteve internado. Em Maio deste ano, realizou-se o primeiro plenário dos conselhos de base daquele hospital durante o qual foram sintetizadas as pequenas e grandes lutas políticas internas que resultaram, não no caos, mas sim na consciencialização dos trabalhadores do hospital e, subsequentemente, num melhoramento substancial do trabalho, melhoramento esse hoje testemunhado por muitas das pessoas que mais abertamente criticavam o desleixo e desorganização de 75/76. (Esta experiência-piloto no Hospital Central de Maputo vai agora ser alargada a todos os centros de saúde do país).

"DESMANTELAR O APARELHO DE ESTADO COLONIAL"

A radicalização de divisão social do trabalho — característica desumanizante do capitalismo — tem a sua expressão máxima (nos sentidos quantitativo e qualitativo) na separação entre as massas trabalhadoras e a direcção de Estado nos diversos níveis de gestão.

Em Fevereiro de 1976, o Comité Central da FRELIMO reúne na sua oitava sessão e proclama duas directrizes fundamentais. A primeira, uma "ofensiva política e organizacional na frente da produção", ganha, a 13 de Outubro desse

ano, a face anti-economista que os defensores de um tecnocratismo de Estado queriam evitar: a formação de conselhos de produção nas fábricas através dos quais os operários passariam a estar administrativamente relacionados com a gestão dos seus locais de trabalho. Nascia, então, verdadeiramente, o primeiro gesto de um movimento sindical moçambicano organizado em moldes de controlo operário e não meramente em moldes de "afinamento" do trabalho.

A segunda directriz daquela oitava sessão do Comité Central da FRELIMO foi "desmantelar o aparelho de Estado colonial" — essa monstruosa máquina de estupidificação burocrática, fabricadora de um pequeno exército de funcionários moçambicanos improdutivos, através dos quais o colonialismo português procurava, à última da hora, confeccionar a base social da continuidade burguesa em Moçambique.

Em Fevereiro de 1977 o Terceiro Congresso da FRELIMO proclamaria para 1978 um processo eleitoral — "em que falaram os que nunca tinham falado", como disse a propósito o presidente Samora Machel — que fez entrar nos postos de direcção do Estado (as Assembleias do Povo) milhares de operários e camponeses, homens e mulheres das classes trabalhadoras que combinam a tarefa de deputados do povo com o trabalho quotidiano da produção.

O processo eleitoral para as Associações do Povo, com carácter de movimento de massas, foi aquele que mais amplamente ma-

terializou a perspectiva de quebrar a divisão social entre os que dirigem e os que são dirigidos, e quebrar também a hierarquia de valores culturais implícita nessa divisão (um desses valores, tanto no que diz respeito à burguesia colonial como à tradição, era o de que só homens podiam participar em postos de direcção de qualquer estrutura. Hoje, quase 30 por cento dos assentos dessas Assembleias do Povo são preenchidos por mulheres).

Quando se confrontam as realidades do aparelho de Estado colonial herdado compreende-se a decisão da FRELIMO em desmantelá-lo. O primeiro "monstro" é a burocracia.

Um caso entre muitos: recentemente quatro carpinteiros de um dos subúrbios de Maputo decidiram formar uma cooperativa de produção. Metidos os pés nas salas de espera do funcionalismo público para tratarem da papelada exigida foram enxovalhados com exercícios burocráticos, tão empurrados de um lado e de outro, que finalmente desistiram da sua cooperativa.

A FRELIMO tem um apego particular a uma palavra de ordem que diz "libertar a iniciativa criadora das massas". O actual aparelho de Estado, já decomposto em diversos sectores, é ainda o maior emperro a essa palavra de ordem. O resultado é, portanto, o imobilismo, sério inimigo de um país cujos problemas fundamentais a resolver são a fome e a nudez.

Um outro fenómeno característico desse estado colonial é a corrupção material, desde os abusos do

poder ao desvio de dinheiros e bens públicos, característica essa que a FRELIMO não tem hesitado em combater quer com a persistência do estudo político (coisa extremamente difícil entre funcionários despersonalizados pelo colonialismo e pela própria máquina alienatória da burocracia), quer através de medidas administrativas de punição.

Em suma, trata-se de simplificar e desaburguesar toda a actividade estatal, tarefa que nestes três anos de independência tem exigido à direcção da FRELIMO, uma perseverança capaz de fazer desanimar os mais dedicados revolucionários.

A desmistificação da actividade governativa, agora falando a um nível de apropriação do processo histórico por parte das classes trabalhadoras, teve o seu prólogo no Terceiro Congresso da FRELIMO realizado de 3 a 7 de Fevereiro de 1977, congresso esse que decidiu a criação de um partido marxista-leninista, proclamando a classe operária como classe dirigente e o campesinato como seu aliado fundamental. Um passo em frente a somar à etapa frentista que levou a cabo a Revolução Democrática Nacional. Presentemente estrutura-se esse partido cuja coluna vertebral constituída maioritariamente por homens e mulheres das classes trabalhadoras que, por essa via, dão entrada num prolongado processo de — pela própria dinâmica interna de um partido marxista-leninista — apropriarem a teoria revolucionária. E-la então em Moçambique, a primeira expressão organi-



zada da grande escola de levar as massas trabalhadoras a compreenderem a sua própria história, a única alternativa às teses reformistas do "socialismo de cúpula".

"A Revolução triunfa na medida em que se constrói ou não se constrói uma sociedade nova. A Revolução triunfa ou fracassa na medida em que emerge ou não emerge o homem novo". Estas palavras, pronunciadas por Sérgio Vieira, membro do Comité Central da FRELIMO, em Dezembro do ano passado num seminário sobre educação, ilustram bem até que ponto tem ido o horizonte cultural desta Revolução dirigida pela FRELIMO.

Nesta terra as páginas do marxismo-leninismo começam a ganhar anatomia popular e, em tempos que não virão longe, ver-se-ão aumentadas pela teorização das experiências revolucionárias do povo moçambicano.

Na República Popular de Moçambique, governar, começa já a deixar de ser segredo dos deuses.

CARLOS CARDOSO
exclusivo «tempo»
«Cadernos do
Terceiro Mundo»

AMERICA LATINA



O ex-governador do Rio Grande do Sul e líder histórico do PTB precisa as suas posições relativamente às «reformas» que pretende impor o regime em crise. Analisa também a Frente de Redemocratização, a reorganização do PTB, a questão sindical e as relações Brasil-África.

Brizola: «voltar é o que mais desejo»

NO decorrer da sua conferência para a imprensa internacional realizada em Lisboa, no dia 27 de Junho, pouco antes de embarcar para Nova Iorque, Brizola respondeu a algumas perguntas que formulámos especialmente para os leitores dos "CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO".

Você pretende voltar em breve ao Brasil?

— Voltar é o que mais desejo. Aliás, eu já tinha decidido voltar quando da minha expulsão do Uruguai. Numa inspiração de momento resolvi tentar os Estados Unidos, que foi o país que me concedeu visa, naquele momento, e depois Portugal, que

me ofereceu asilo.

Estou avaliando o momento mais adequado para voltar. Se verificar que o regresso é construtivo, volto...

Mas vai ser preso...

— Não está no meu espírito voltar provocando, nem desejo que a minha volta sirva de pretexto para eventuais retrocessos. Mas não me importa ser preso. Se isso servir para o processo de redemocratização, criar uma situação de facto favorável à abertura plena e irrestrita, volto.

Qual é a sua opinião sobre as recentes "reformas" políticas propostas pelo regime?

— Quando os regimes discricionários tomam medidas de abertura, o fazem com muita publicidade. Na verdade, é um procedimento do regime, frente às pressões da sociedade civil, que essencialmente dá cobertura a um processo continuísta. Geram uma grande suspeição com relação à lisura deste regime, que já lá está há 14 anos.

O que o regime quer é armar uma nova estrutura de poder com base no arbítrio. Querem escolher e empossar mais um presidente, escolher os novos governadores e aplicar as reformas em 1979 com um estado de direito restrito e um governo ilegítimo.

Como brasileiro, lamento profundamente que os actuais detentores do poder não tenham conseguido entender a realidade do país...

Mas o ambiente encontra-se plenamente maduro para a total democratização. É a solução mais estável: democracia ampla, aberta, sem subterfúgios.

Estas medidas de reforma que li nos jornais — não conheço o texto completo — estão muito aquém do mínimo necessário. Seu único sentido é prolongar a agonia do regime discricionário.

Qual é então o mínimo necessário para a democratização?

— Não se pode concebê-la sem uma amnistia ampla e irrestrita. Sem eleições livres e directas, precedidas da livre organização de partidos, e sem o fim de toda essa complicadíssima ordem de leis actos institucionais e medidas autoritárias.

A solução mais correcta, natural e verdadeira é a convocação de uma Constituinte, depois do restabelecimento das liberdades e do fim do arbítrio.

Você se refere ao fim da legislação dis-

crionária e das limitações às liberdades. O que fazer, no entanto, com o aparelho repressivo especial montado ao fio de todos esses anos, para executar esta limitação das liberdades?

— Para que possa existir um ambiente saudável, despoluído, verdadeiramente democrático, ninguém mais pode ser espiado, nenhum jovem ou trabalhador deve ser motivo de ficheiros. O aparelho repressivo é um factor de envenenamento. Para que o nosso país se possa redemocratizar, tem que se solucionar esta ordem de problemas.

Aliás, quando eu era governador do Rio Grande, providenciei este tipo de coisas, da seguinte maneira: logo que fui eleito, fui pessoalmente à sede da Polícia Estadual, pegámos naquelas fichas todas e fizemos uma linda fogueira na rua.

E a "Frente pela Redemocratização"?

— A criação de uma frente de redemocratização, unificando forças e tendências de oposição era algo previsível. Acho que todos nós que nos encontramos no exílio recebemos isso como um avanço, algo positivo. É uma solução alternativa com relação ao regime que chega ao fim e procura prolongar a sua agonia.

Qual é a sua posição sobre a candidatura do general Euler Bentes Monteiro?

— Não conheço pessoalmente o general Euler. Tenho porém ouvido e lido as mais elogiosas referências ao general Euler, particularmente pela sua disposição actual de dar cobertura ao debate amplo pela restauração da democracia.

Como se vê a questão da criação de novos partidos e, particularmente, a reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro?

— O previsto nas reformas com relação aos novos partidos é uma manobra. Criam uns corredores já pré-concebidos, e querem impor isso ao povo. Isto quando a maioria das figuras de maior representatividade está proscrita. Evidentemente, nesta situação, será muito difícil ao PTB se reorganizar.

Sou historicamente ligado ao PTB, que é parte da memória nacional. Era o maior partido existente no país. O PTB ressurgirá no seu devido tempo como expressão maioritária do nosso povo. Como expressão, sobretudo, dessas enormes multidões marginalizadas pelo modelo económico do regime. São mais de 80 milhões de brasileiros marginalizados, abandonados...

Brasil

As recentes greves do ABC mostram que estes trabalhadores marginalizados começam a se mover. Na sua opinião, a política de um novo PTB com relação aos trabalhadores, particularmente no tocante ao problema sindical, pode ser a mesma do passado?

— O movimento sindical brasileiro foi drasticamente reprimido, e ressurgiu agora no país. Saudamos esses acontecimentos como algo de novo e muito significativo. Os problemas dos trabalhadores estão ausentes no conjunto das reformas, bem como as suas reivindicações.

O PTB sempre esteve ligado à vida sindical, mas a sua prática do passado deve ser objecto de uma ampla e profunda revisão. Será necessário actualizar o PTB frente à nova realidade. Caberá não só superar as actuais restrições impostas desde 64, mas também toda uma concepção e uma legislação que não corresponde às aspirações dos trabalhadores. É o caso do patrocínio do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, e todas as limitações daí decorrentes.

É fundamental que haja plena liberdade sindical e plena representatividade, sem nenhum tipo de restrição ou interferência.

Como vê você as relações do Brasil com África?

— As relações entre nós brasileiros e os povos africanos têm raízes culturais e históricas muito profundas, que, em vez de diluírem-se com o tempo se foram consolidando. É pois natural que repercuta muito no Brasil tudo o que passa em África. É natural também que essa relação seja muito maior com os países africanos de língua portuguesa — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe. Acompanhamos com grande interesse e emoção a luta desses povos por sua independência. Hoje, acompanhamos de perto seu extraordinário esforço para consolidar em todos os planos essa independência, que abriu caminho à sua libertação económica e social.

— Porém, no caso de Angola e Moçambique há ainda muitas ameaças que se concentram contra essa independência. Ambos os países enfrentam novos perigos. Que pensa sobre o desenvolvimento dessa nova etapa de sua luta de libertação?

— Estou seguro de que esses povos, que lutaram com afinco e exemplar determinação para conquistar sua independência, saberão defendê-la com êxito como estão fa-



zendo no presente. Sua causa é justa e enfrenta em todo o Mundo não só simpatia, mas um crescente apoio.

Qual é o balanço que você faz dos contactos que teve com os partidos socialistas e social-democratas europeus e com a Internacional Socialista?

— Tenho procurado desenvolver uma compreensão internacional para os nossos problemas e sinto-me muito confortado com os resultados. A Internacional Socialista é uma espécie de fórum que comporta uma faixa ampla de tendências com partidos socialistas e social-democratas cujas concepções e posições são variadas. Em geral, eu não me preocupo muito com esta questão do rótulo.

Um partido socialista ou mesmo social-democrata no Terceiro Mundo tem fatalmente características bastante específicas com relação aos partidos da Internacional na Europa. Temos a incidência de factores que lá não ocorrem e interesses nossos que podem não ser os mesmos.

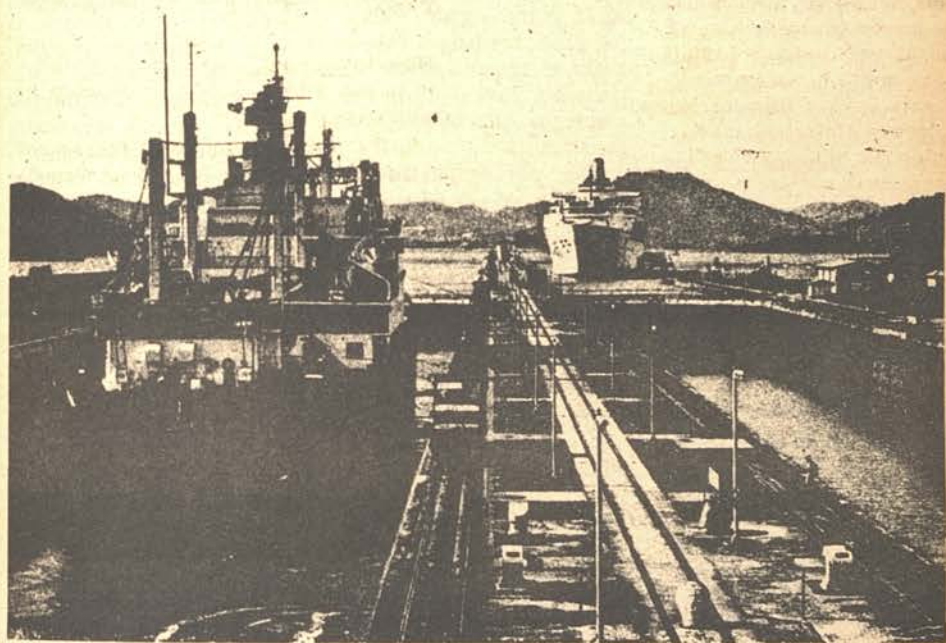
O PTB naqueles seus últimos anos da sua vida legal realmente poderia ter-se situado dentro desta faixa. Daqui para diante terá que fazer uma ampla revisão do seu programa e ajustar-se à realidade do país.

Mas você como se definiria ideologicamente?

— Sou trabalhista. Vejo as soluções dos nossos problemas numa perspectiva socializante adequada às suas particularidades e dentro da visão de que as transformações devem ser conseguidas e consolidadas dentro da liberdade e da democracia, para que realmente possam vir a ser profundas e estáveis.

PANAMÁ

além do canal...



Xabier Gorostiaga

SE consideramos o canal como o problema central do Panamá, corremos o risco de dele fazer um mito, uma verdadeira cortina de fumaça que impedirá uma análise mais profunda do país, e do papel que joga no panorama internacional.

No final de contas, o canal não é mais que uma solução técnica eleita entre outras para utilizar a posição geográfica do Panamá em um período determinado, o da expansão do capitalismo monopolista norte-americano.

A saturação física e o en-

velhecimento técnico do canal coincidem com o começo de uma nova etapa do capitalismo mundial: a da internacionalização da produção com as empresas multinacionais (em princípios dos anos 60) e da internacionalização dos capitais com a incorporação do capital periférico no circuito das companhias financeiras multinacionais (no começo dos anos 70).

Nesta fase, o controlo do excedente produzido pela passagem de mercadorias através do istmo é menos importante que o controlo do seu financiamento e da sua comercialização. Ainda que o Panamá recupere o seu canal e controle o seu funcionamento e também a sua renda, a estrutura de dependência e de dominação do país persistiria. Mesmo que a administração do canal passe inteiramente para as mãos do Panamá, os Estados Unidos exigirão intervir na sua defesa, não somente por razões estratégicas, mas também porque a presença norte-americana no istmo é a principal garantia das importantes operações financeiras que são desenvolvidas no Panamá.

Desde a época colonial, o Panamá vem desempenhando o papel de via de trânsito ao serviço das metrópoles, primeiramente à Espanha, depois aos Estados Unidos.

No Panamá, o excedente económico sempre esteve historicamente acumulado, não em sectores produtivos (agricultura, minas, indústria), mas no sector de serviços internacionais (comércio, etc.). Este sistema foi posto em prática através dos enclaves económicos, que podem ser definidos como unidades de produção ou de serviços sob controlo estrangeiro, dotado de um estatuto legal diferente do de outras actividades económicas nacionais, e cujos benefícios são transferidos para as metrópoles.

A vida do país está, de facto, submetida ao funcionamento de quatro enclaves: a Zona do Canal, a Bananera (ex-United Fruit), a

Zona Livre de Colón, e o centro financeiro internacional.

A Zona do Canal é um enclave colonial clássico, na qual o estrangeiro garante o poder político, económico e militar; o seu peso económico é importante, já que assegura perto de 30 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), e oferece vinte mil empregos aos panamenses, constituindo a maior fonte de trabalho de todo o país.

A Bananera é um enclave agrícola tradicional, principal produtor para a exportação e terceira fonte de trabalho, com os doze mil empregos que oferece aos panamenses.

Mas, por outro lado, o Panamá transformou-se num paraíso fiscal e numa plataforma de serviços para as operações das grandes firmas multinacionais. Esta situação é devida à sua posição geográfica que faz do país uma via da passagem do comércio mundial; um sistema monetário onde o dólar é a verdadeira moeda; a um sistema legal territorial que não cobre as operações efectuadas para além das fronteiras por firmas estabelecidas no país; e sobretudo, a segurança que lhes garante o controlo militar do istmo pelos Estados Unidos.

As empresas multinacionais utilizam o Panamá como "pivot" num triângulo comercial para as transferências de divisas para os "subsídios cruzados" e para as "companhias de papel" das quais há aproximadamente umas cinquenta mil instaladas no país.

Uma "paper company" é uma firma registada num dado país, unicamente por

razões legais, fiscais e de custos. As bandeiras de conveniência da frota panamense representam, sem dúvida, o aspecto mais visível do tipo de serviços multinacionais que pode oferecer um país organizado deste modo. Mas isso não é tudo.

Um exemplo: uma firma multinacional vende à sua "paper company" do Panamá um produto ao preço de um dólar a unidade; a paper company exporta o mesmo produto ao preço de dois dólares a unidade, acumulando no Panamá o lucro de um dólar por unidade. O governo do Panamá não impõe nenhum imposto sobre as reexportações, nem sobre os benefícios realizados no exterior das suas fronteiras, nem sobre os lucros que ficam no país. A "casa-mãe" apropria-se dos benefícios acumulados no Panamá, e por outro lado, economiza impostos sobre a exportação, sobre os lucros efectuados no seu próprio país, e sobre os ganhos de capital, se estes estão depositados num banco do mesmo país. Tudo isto está protegido pelo rigoroso segredo que ampara o conjunto das operações.

ZONA LIVRE E CENTRO FINANCEIRO

Além da Zona do Canal e da Bananera, outro enclave, este do tipo comercial, é o constituído pela Zona Livre do Colón, segunda fonte de trabalho para os panamenses, já que lhes oferece quinze mil empregos.

Esta zona livre foi estabelecida no começo dos anos 50, sob protecção do

Departamento de Comércio norte-americano.

Plataforma de exportação, de armazenamento e de encontro ao serviço das empresas multinacionais do Mundo inteiro, é actualmente a segunda zona livre depois de Hong-Kong, com 600 firmas registadas e cerca de mil milhões de dólares de negócio por ano.

Sobre uma minúscula extensão de terras (34 hectares), a zona livre realiza um volume de negócios que representa cerca do dobro do total do intercâmbio comercial entre os cinco países membros do Mercado Comum Centro-Americano.

A esta estrutura tão diversificada agrega-se um quarto enclave, o centro financeiro internacional. Durante a década de 60 produziu-se a grande expansão das empresas multinacionais, norte-americanas em particular, em direcção aos países menos desenvolvidos, e especialmente para a América Latina, que recebeu 75 por cento dos investimentos das empresas norte-americanas no Terceiro Mundo.

No decorrer dos anos 70 desenvolve-se um fenómeno complementar: a expansão dos bancos multinacionais, que fazem da América Latina a destinatária da maior parte daquilo que foi destinado ao Terceiro Mundo. Este movimento está ligado à crise da balança de pagamentos norte-americana, que trava as exportações de capitais, e à considerável criação de liquidez internacional, como os eurdólares, os petrodólares e os "latindólares". Somente em 1960 contavam-se oito bancos norte-americanos



A zona cinzenta representa as terras que revertem para o Panamá com a entrada em vigor do novo tratado entre este país latino-americano e os Estados Unidos.

que operavam a nível internacional, com 131 sucursais; em 1975, o seu número ascendia a 125, com 732 sucursais.

A partir do Bank Holding Act, de 1970, concebido para facilitar a expansão dos bancos comerciais, observou-se em muitas regiões do Terceiro Mundo um "boom" bancário que corresponde ao desenvolvimento multinacional dos bancos norte-americanos, mas também ao desenvolvimento paralelo dos bancos europeus e japoneses, que acompanha a expansão dos seus clientes, as empresas multinacionais dos seus respectivos países.

Os centros financeiros de

Singapura e Hong-Kong na Ásia, de Beirute no Oriente Próximo, das Bahamas, Panamá e Gran Caimán no Caribe, representam os prolongamentos financeiros dos centros tradicionais de Londres e Nova Iorque e, em menor escala, de Zurique, Paris, Frankfurt e Tóquio.

No Panamá, a lei bancária de 1970 institucionaliza o sistema, e assegura as garantias legais que tornam possível o "boom" do decénio em curso. Em 1960, o Panamá contava com cinco bancos, cujos depósitos totalizavam menos de 200 milhões de dólares; em 1968, os depósitos já alcançavam os 341 milhões de

dólares; em 1974 chegou-se aos 6000 milhões e em 1976 atingiu-se os 11 000 milhões.

Em 1968, 60 por cento dos depósitos eram de origem local, e 86 por cento dos empréstimos eram destinados a clientes panameneses. Em 1970, a maior parte dos depósitos já eram estrangeiros (65 por cento), mas os créditos continuavam, na sua maioria, atribuídos a actividades locais (63 por cento). Mas desde 1971, os depósitos, assim como os créditos concedidos, estão em nomes de estrangeiros. Os sete principais bancos (Bank of America, First of Chicago, Banco do Brasil, Swiss Bank, Trade Development Bank, Deutsche Bank, e First National City Bank) controlam aproximadamente 80 por cento dos depósitos e créditos concedidos.

Em 1976, o centro financeiro do Panamá compreendia 74 bancos internacionais. Outros serviços financeiros (seguros, companhias de investimentos, etc.) desenvolvem-se igualmente a serviço das companhias que operam na Zona Livre do Colón. No mesmo ano, com 1 milhão e 700 mil habitantes, e um Produto Interno Bruto de 2 mil e 200 milhões de dólares somente, o Panamá servia de plataforma de um centro financeiro cujas cifras, abaixo enumeradas, falam da sua importância:

– 11 000 milhões de dólares de depósitos estrangeiros;

– 74 bancos internacionais com mais de 200 agências neste pequeno país;

– 1900 milhões de dólares de crédito interno, enquanto que o orçamento

anual do Estado é apenas de 400 milhões;

– Mais de 500 milhões de dólares em investimentos bancários líquidos;

– 80 por cento das operações do centro financeiro são internacionais;

– 90 por cento dos depósitos são estrangeiros;

– 75 por cento dos bancos são estrangeiros;

– não existindo nem banco central, nem moeda nacional, o Panamá está inteiramente submetido à actividade do centro financeiro internacional.

Este sistema teve como consequência aumentar a taxa de inflação, aumentar a dívida externa, e favorecer uma distribuição regressiva da renda nacional.

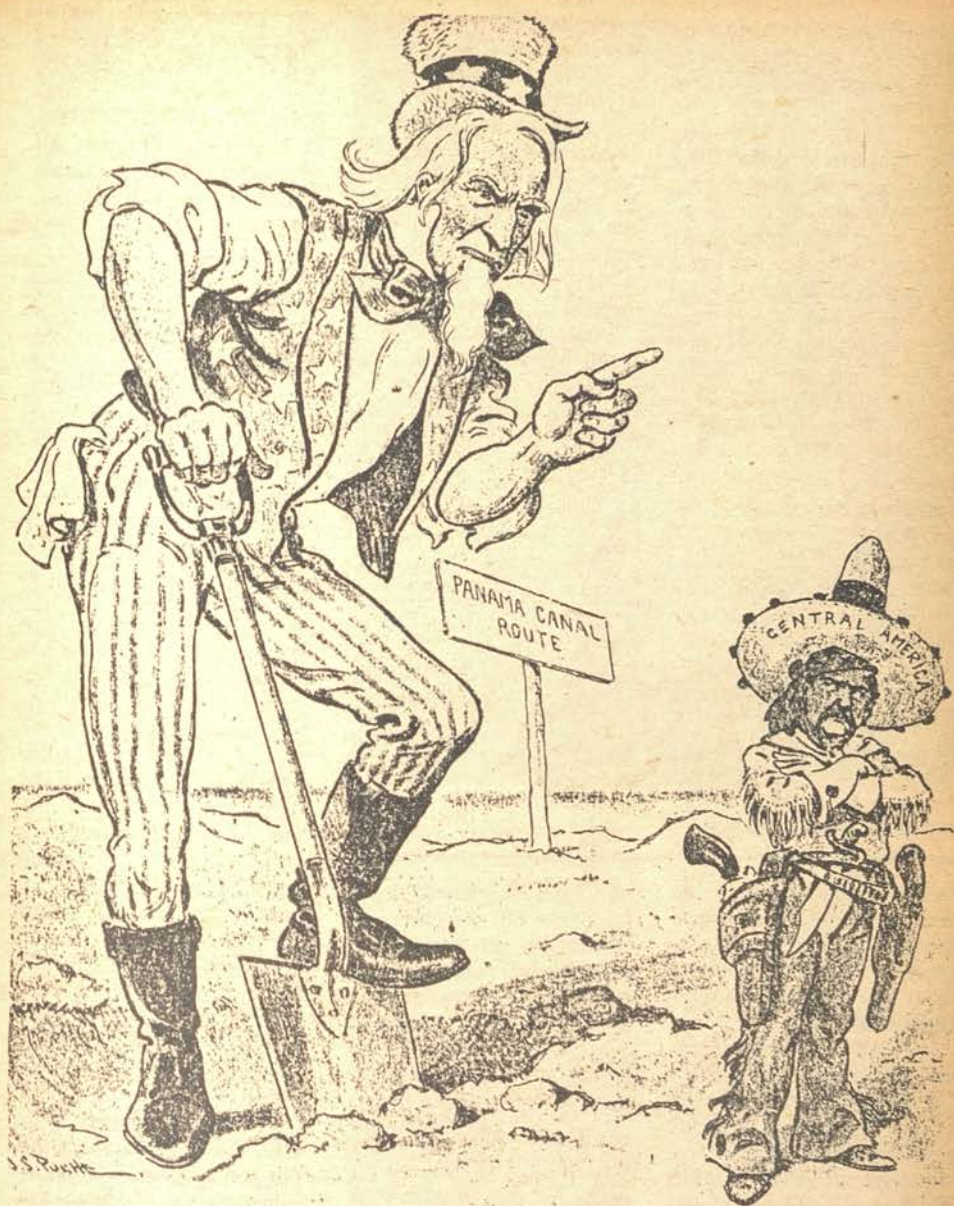
Por outro lado, 70 por cento do total dos créditos, destinam-se às actividades comerciais e serviços do Panamá, em detrimento dos sectores produtivos: a agricultura e a indústria não recebem além dos 8 e 7 por cento respectivamente, do crédito bancário.

Como não ficarmos assombrados, por exemplo com aquilo que a revista *The Banker* pôde escrever:

“A presença, em terras panamenenses de 1 700 000 habitantes, teve consequências penosas para os grandes países e para os grandes bancos. (...) O Panamá poderia ter ido muito mais longe na exploração das vantagens da sua posição geográfica se tivesse sabido desenvolver a Zona do Canal ao serviço da sua própria economia. No Panamá, a maioria dos homens de negócios estrangeiros chegam à conclusão de que o canal é um “impasse”, sobre a base do seguinte raciocínio: o futuro do Pana-

má depende do seu funcionamento em tanto que centro de serviços do hemisfério ocidental; a confiança já estaria abalada se os norte-americanos fossem expulsos da Zona do Canal, ou se o Panamá decidisse cunhar a sua própria moeda... O governo protesta acaloradamente em público, mas na realidade, anseia por chegar a um acordo com os Estados Unidos. O esforço assombroso do Panamá, em tanto que centro financeiro, no curso dos últimos cinco anos, obriga a crer que é nesta direcção que se encontra o seu futuro. Não existe no Panamá controlo de câmbios. Não se fixa nenhuma taxa sobre os benefícios provenientes do estrangeiro, ou precedentes de operações financeiras. A verdadeira moeda nacional é o dólar. Na realidade, o Panamá é um prolongamento do sistema bancário dos Estados Unidos, com todas as vantagens desse sistema, mas sem sofrer nenhum dos obstáculos regulamentares que ele comporta (dentro do território norte-americano)... Mas a economia panamenense está longe de ser normal. No plano financeiro, ela é, sob diversos pontos de vista, um prolongamento do sistema dos Estados Unidos... O seu dficit em conta corrente (200 ou 300 milhões de dólares por ano) pode ser considerado como uma consequência necessária do crédito bancário concedido ao Panamá.

Se os bancos comerciais aceitam emprestar mil milhões de dólares ou mais, a instituições públicas ou particulares na República, deve haver em alguma par-



Numa caricatura da revista «Puck's» (Março de 1903), os EUA «admoestam» a América-Latina para que suspenda «as revoluções» e permita a construção do canal.

A América-Latina tal como agora olha com desconfiança o seu principal inimigo: o imperialismo.



O Presidente Omar Torrijos

te das contas um dficit. As contas devem estar equilibradas. Ao contrário da imagem clássica, pode-se dizer que os bancos financiam o déficit.”(1)

As operações financeiras são nos seus 80 por cento, operações internacionais: em 1975, o montante dos créditos destinados ao estrangeiro atingiam os 6900 milhões de dólares (Estados Unidos, com 2 mil milhões, América Central com amis de 500 milhões, são as regiões às quais mais se dedica o centro financeiro do Panamá). Some-se a isso as cinquenta companhias de papel (*paper companies*) registadas no Panamá, as 600 sociedades internacionais na Zona Livre de Colón, a frota comercial

que ostenta a bandeira panamense (a terceira do Mundo), o novo centro de resseguros, cuja criação acaba de ser autorizada, o Latin American Rediscount Bank (organismo criado para financiar as exportações latino-americanas), e, eventualmente, um Banco Central da América Latina, que o SELA (Sistema Económico Latino-Americano) projecta criar.

Deste panorama de conjunto, tira-se uma conclusão: o Panamá transformou-se num canal financeiro e comercial dentro de um sistema mais complexo e mais subtil que o que se desenvolve pelo velho canal e suas comportas.(2)

RECICLAGEM E REFÚGIO

O centro financeiro do Panamá, permite assegurar, passe o termo, a multinacionalização do capital e da produção, a reciclagem de capitais flutuantes provenientes das economias latino-americanas mais dinâmicas, — uma rápida e eficaz comercialização apoiada pelos serviços de resseguros e a bandeira da conveniência — a especulação internacional sobre os títulos e as divisas, o acolhimento dos capitais que fogem das crises político-económicas e procuram um refúgio, um mecanismo de fuga ao fisco para os capitais de outros países, a expansão das empresas multinacionais no continente (expansão financiada com o dinheiro obtido nos mercados locais), a criação de um duplo mercado financeiro, as regulamentações bancárias em vigor nos centros financeiros tradicionais e que não são aplicados nos centros financeiros periféricos favorecidas por normas mais liberais, impostos menos elevados e custos de funcionamento mais reduzidos.

Principal potência económica no Panamá, o centro financeiro internacional diminuiu, num curto espaço de tempo, a potência das empresas privadas nacionais, e minou o poder de negociação do sector público, que é no país o seu cliente mais importante e o mais endividado; com a crise económica restringiu os créditos, agravando deste modo a recessão e a debilitação interna do governo, no momento mais crítico



das negociações com os Estados Unidos sobre o futuro da Zona do Canal.

A médio prazo (uma década), o centro financeiro conseguirá impôr ao país um sistema de controlos financeiros que tornará vã a intervenção directa dos Estados Unidos na gestão do canal, e permitirá desta maneira a Washington restituir-lo formalmente ao Panamá.

A mais longo prazo, as bases militares norte-americanas poderão ser desmanteladas no momento em que a segurança, a garantia de funcionamento e o controlo da plataforma económica panamense sejam assegurados pelos meios financeiros, mais difíceis de detectar que qualquer meio de controlo directo.

Para isto, o enclave colonial clássico terá desaparecido, mas poucas coisas terão sido realmente mudadas.

Na fase de internacionalização da produção e do capital, o centro financeiro internacional continuará a assegurar funções que assegurava a Zona do Canal no começo do século, durante a fase do capitalismo monopolista.

Os quatro enclaves do Panamá formam a base de um projecto global que contempla o futuro do país até aos fins deste século. A sorte dos outros projectos (cobre, pesca, turismo, indústrias agrícolas, etc.), dependem inteiramente deles. Estes quatro enclaves controlam aproximadamente 70 por cento da actividade económica total, 80 por cento das exportações e as fontes de divisas.

Instalados nos sectores mais dinâmicos, eles submetem a burguesia nacional aos interesses internacionais, e mais ainda, criam um proletariado "enclavado" e dividem os trabalhadores, reduzindo assim o seu poder de negociação e de luta frente à burguesia nacional e internacional:

— o proletariado das companhias bananeiras, forte e combativo, encontra-se em Chiriquí e em Bocas del Toro, separado do resto da classe operária;

— os trabalhadores da Zona do Canal estão controlados pelos sindicatos norte-americanos, e os seus salários privilegiados isolam-nos do resto do proletariado;

— na Zona Livre do Colón, como em toda zona livre, os sindicatos são quase inexistentes, e não possuem senão escassos vínculos com o resto do país, por causa da estrutura de produção e do regime legal, próprios deste tipo de instituição;

— o centro financeiro não permite aos seus empregados formar um sindicato, apesar das fortes pressões que exercem neste sentido há três anos os trabalhadores dos bancos.

Esta estrutura de enclaves dificulta uma perspectiva de solução nacional que seja eleita pelo povo panamense, assim como qualquer projecto de desenvolvimento social, económico e político do país.

O autor, formado em Economia na Universidade de Cambridge, publicou diversos trabalhos sobre o impacto na economia panamense dos investimentos estrangeiros e, especialmente, sobre o enclave colonial da Zona do Canal. Os Cuadernos del Tercer Mundo publicaram um dos seus trabalhos em 1975, no seu número 2, edição feita em Buenos Aires, na Argentina.

(1) Robin Pringle, "Banking in the land of Balboa", em *The Banker*, Outubro de 1975. Cf. também "Offshore Financial Centre", estudos do seminário organizado por *The Financial Times* e *The Banker* em Nassau, Bahamas, em Novembro de 1975.

(2) O fundador do Banco de Inglaterra, o escocês William Paterson, já previra em 1680, o papel do Panamá como plataforma de serviços: "O comércio aumentará o comércio, e o dinheiro gerará dinheiro, e os homens de negócios não terão mais necessidade de trabalhar com as suas mãos, mas terão necessidade de mãos para o seu trabalho. Assim, esta porta dos mares, esta chave do Universo, com um pouco de administração razoável, fará dos seus proprietários os dominadores dos dois oceanos, e os árbitros do comércio mundial". (Citado por *The Banker*, Outubro de 1965, pág. 1196).

uma nova potência em cobre

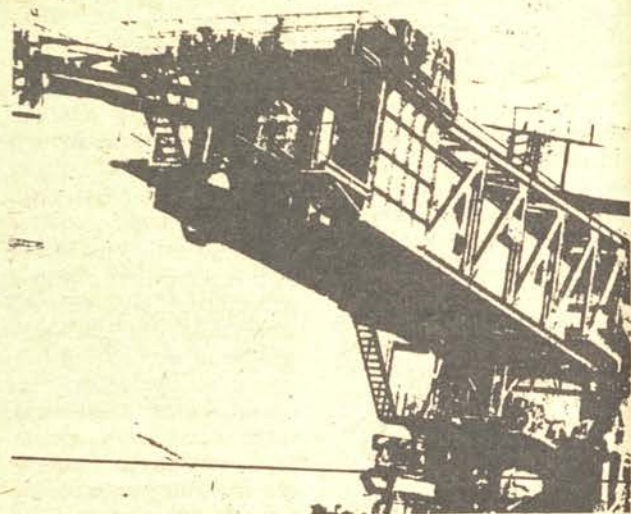
Paulo Cannabrava

O PANAMÁ deverá iniciar, no fim deste ano, a etapa de construção do projecto de exploração de um dos maiores jazigos de cobre do Mundo, com um investimento que atinge os mil e quinhentos milhões de dólares.

Localizado em Cerro Colorado, na província de Chiriquí, a cerca de 300 quilómetros da capital, as jazigas de cobre possuem reservas estimadas em cerca de dois mil milhões de toneladas métricas de cobre de alta qualidade (0,6 por cento), o que as situam entre as quatro minas de maior importância de todo o Mundo.

O projecto Cerro Colorado, de grande significado económico e social para o Panamá, ao entrar em funcionamento entre 1982 e 1985, pode significar um acréscimo de 30 ou 40 por cento sobre o actual Produto Interno Bruto, com vendas equivalentes a 450 milhões de dólares anuais.

Da mesma maneira, deverá gerar perto de três mil postos de trabalho directos, e quinze mil postos indirectos na área, favorecendo uma população de 40 a



45 mil pessoas em um polo de desenvolvimento afastado do centro económico tradicional do país.

Actualmente, já concluídas as etapas de estudo de viabilidade e factibilidade, um grupo de especialistas está elaborando a informação que servirá de base para negociar o necessário financiamento para que o projecto seja posto em marcha.

O montante dos investimentos directos em mineração foi calculado em 900 milhões de dólares, a preços constantes de 1977, os quais, somados às percentagens de inflação e risco, mais aos lucros, atinge uma soma final de 1500 milhões de dólares.

MODELO PANAMIANO

O que chama a atenção no projecto de exploração de cobre de Cerro Colorado, é a forma de associação com o capital internacional que o Panamá encontrou. Por preservar plenamente a soberania nacional sobre os recursos naturais, o "modelo panamiano" de contrato está sendo indicado pelos organismos especializados da ONU, como o mais propício para os países do Terceiro Mundo e às suas relações com as potências industrializadas.

O recurso natural é propriedade do Estado e não é dado em concessão. A falta



O povo do Panamá exige que a exploração do cobre se faça em benefício do desenvolvimento do seu país

de experiência para desenvolver projectos de tal grandeza é superada através de um contrato de prestação de serviços e transferência de tecnologia com uma empresa internacional de grande tradição em mineração.

O Panamá participa com 80 por cento do capital da Empresa de Cobre Cerro Colorado S.A., que explorará a mina, através de uma agência autónoma do Estado — a CODEMIN — Corporação de Desenvolvimento Mineiro. Os restantes 20 por cento do capital está nas mãos da Texasgulf Inc. dos Estados Unidos.

Também foi feito um contrato de administração que dá à Texasgulf a gerência da empresa durante a construção e durante um período de operação de 15 anos, tempo em que o pessoal panamense aprenderá a gerir o empreendimento.

Assim, em aproximadamente vinte anos (a mina levará cinco para entrar em actividade), a Texasgulf deixará de ter um papel importante na direcção e administração do projecto, mas permanecerá como sócia durante mais cinco anos. A partir daí, ou seja, dentro de vinte e cinco anos, o Es-

tado tem a opção de compra da parte minoritária a preços já estabelecidos.

É evidente que há vantagens para o sócio minoritário, garantidas por cláusulas proteccionistas contidas no contrato. A política de dividendos, por exemplo, não pode ser alterada, a menos que conte com o consentimento do sócio que tem os 20 por cento. O facto de já estar combinada a fórmula de preços para a compra das acções do sócio minoritário, elimina qualquer dúvida quanto às possibilidades de expropriação.

A maior vantagem para o sócio minoritário é que, no final dos quinze anos de produção, a Texasgulf deixa de ser a administradora, e deve ter transferido toda a sua tecnologia para o Panamá. É uma transferência que se dará paulatinamente, de tal modo que, na medida em que a participação panamense aumenta, os honorários da Texasgulf diminuem, até que no ano 15, chegam a zero.

Os preços para a compra dos 20 por cento das acções baseiam-se nos lucros que a empresa poderá ter nos cinco anos subsequen-

tes ao término do contrato de administração, período em que a Texasgulf permanecer como sócia com 20 por cento das acções. Se a tecnologia não foi devidamente transferida, não haverá lucro, e então os preços das acções valerão muito pouco ou quase nada.

Além disso, ao deter a maioria das acções, o Panamá controla igualmente a Junta Directiva, que aprova os orçamentos anuais e os programas de trabalho, com a participação de cinco directores pelo Estado panamense, e dois pela Texasgulf.

Isso constitui uma garantia de controlo e continuidade nas decisões, e uma maneira de orientar o desenvolvimento de um recurso natural, para que seja fundamentalmente em benefício do Panamá.

É claro que não se chegou a essa fórmula sem algumas dificuldades. Várias companhias de mineração não estavam interessadas neste tipo de acordo, no qual aparecem como simples prestadores de serviço. Argumentavam que o seu nome, a sua tradição empresarial, eram garantias suficientes para que conti-

Panamá nuassem a explorar os recursos naturais dos países em desenvolvimento na forma tradicional, como se não tivesse havido mudanças na História.

POLO DE DESENVOLVIMENTO

Os estudos já concluídos indicam que será possível uma extracção de cerca de 33 milhões de toneladas de minério e 61 milhões de toneladas de rocha estéril por ano, através do método convencional de mineração em corte aberto.

Foi prevista a construção de uma área de concentração do minério extraído nas proximidades, e uma fundição anexa a um porto do Pacífico. A área de concentração terá uma capacidade estimada em 100 mil toneladas métricas por dia, que serão transportadas por 75 quilómetros de tubulações até à fundição, planeada para produzir 190 mil toneladas de cobre **blister**. O porto estará capacitado para receber embarcações até 20 mil D.W.T.

Este é o projecto mineiro em si, mas o Panamá prevê o aparecimento em seu redor de um grande polo de desenvolvimento para o que está a tratar de maximizar a oferta de serviços para indústrias locais.

Para a segunda etapa do processamento do cobre (a fundição **blister**), pensou-se na formação de uma sociedade diferente para utilizar o ácido sulfúrico (subproduto dessa etapa) na fabricação de fertilizantes para consumo nacional e para exportação para os mercados próximos.

Com vista a atender ao grande consumo de explo-

sivos que requer um projecto mineiro desse porte, e seguindo o mesmo "modelo panamiano" de contrato, foi criada uma entidade autónoma — a EXPLONSA, — em sociedade com a empresa sueca Nobel.

Também está a ser desenvolvido o projecto para uma fábrica de cal, já que a indústria mineira consome grandes quantidades desse produto para estabilizar a acidez e o "PH" no processamento do cobre.

Mesmo assim, ao alcançar a terceira etapa eo processamento, que é a da refinação para produzir cobre electrolítico, projecta-se o aproveitamento dos outros subprodutos, como o ouro, a prata, o selénio, ou qualquer outro que contenha.

O polo de desenvolvimento será complementado por uma série de pequenas indústrias, de comércio e empresas de serviços indispensáveis numa área portuária e mineira, favorecida por uma excelente rede de comunicações que inclui desde autoestradas aos sofisticados sistemas electrónicos.

VALOR FINANCEIRO

O modelo panamiano de associação com o capital internacional para explorar um dos principais recursos naturais, é considerado pelos seus próprios gestores como a culminação de um processo de procura da harmonização nas relações do Terceiro Mundo com os interesses multinacionais.

Poder-se-ia dizer que as suas origens estão na "chilenização" do cobre iniciada pelo governo de Frei na década dos anos sessenta,

que passa pela "mexicanização" de empresas congéneres no México, e passa pelo "modelo Peruano" adoptado por Velasco Alvarado nas suas relações com as companhias petrolíferas, até chegar a uma fórmula totalmente nova como a panamense.

Hoje já estão concluídas as etapas de estudos de factibilidade e viabilidade, assim como as comprovações técnicas sobre a verdadeira potencialidade das reservas. Todo esse volume de informações está servindo para articular o esquema financeiro, ou seja, a maneira de cobrir os custos do projecto mediante financiamento internacional.

A última cifra mencionada é de um custo de 1500 milhões de dólares. O Estado panamense é optimista diante das possibilidades de obter esses recursos, confiado na qualidade do produto que tem para vender.

Como primeiro passo, foi constituído em Junho de 1977 um comité consultivo composto pelo Chase Manhattan Bank, pelo Lehman Brother de Nove Iroque, dos Estados Unidos, e o Toronton Dominion Bank do Canadá, com a responsabilidade de sugerir uma estratégia de financiamento que indique onde obter os melhores empréstimos, nas melhores condições e melhor prazo. O passo seguinte será a nomeação de um grupo responsável para fazer o convite aos mais "qualificados" como responsáveis pelo financiamento.

Pensou-se que a maior parte do financiamento poderá provir de fontes tradicionais, que são os créditos

dados pelos países industrializados para a venda das suas máquinas. Essas agências — tipo Export Import Bank, dos Estados Unidos — existem no Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, e são mais ou menos uniformes quanto à modalidade de financiamento.

Por outro lado, também está a ser feita uma série de consultas junto de organismos multinacionais de financiamento, em particular o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, com a intenção de que financiem a participação da CODEMIN nos 80 por cento das acções.

Estas acções, por sua vez, poderão estar integradas

em auxílios de obras de infraestrutura financiadas pelo governo central. As autoestradas e o porto, por exemplo, somariam aproximadamente 120 milhões de energia eléctrica, abastecimento de água, moradias, e todo o complexo de comunicações.

Também estão sendo procuradas novas áreas de investimento, e nesse sentido, foram estabelecidos contactos com o Fundo Venezuelano de Investimento, que a Venezuela destinou em fideicomisso com o BID para ser usado em empreendimentos em que a parte nacional do capital seja de 80 por cento.

Da mesma maneira, planeia-se possibilitar a parti-

cipação de grupos privados nacionais, de modo a que exista o maior número de panamenses sentindo-se participantes do desenvolvimento mineiro do país. Poder-se-ia chegar a isso, através de descontos nos salários para a compra de acções, individualmente, ou como grupos profissionais.

O essencial na política traçada é conseguir o que se chama de financiamento por projecto, ou seja, que o projecto é o responsável pelo pagamento de todos os créditos e todos os empréstimos que tenham sido obtidos para o próprio projecto.

PUB.

leia mensalmente

ECONOMIA E SOCIALISMO

revista de Economia Política

faça uma assinatura (12 n.ºs)

- Portugal (continental) — 400\$00
- Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe — US \$16

APARTADO 3186 — LISBOA

PORTO RICO

as riquezas e a independência

Vivendo uma situação específica de opressão, o povo porto-riquenho enfrenta o mesmo inimigo que oprime sob uma forma diferente os demais povos centro-americanos: o imperialismo.

Ramón Nenadich

DESDE que os norte-americanos montaram toda a sua estrutura colonial em Porto Rico sempre a sua propaganda esteve dirigida na degradação da nossa dignidade nacional. Dentro de todos os métodos utilizados para silenciar a voz de protesto do nosso povo, o ensino foi sem dúvida aquele que mais frutos produziu.

Mediante um ensino que nega a nossa história e exalta a história dos Estados Unidos, foi inculcado desde a invasão norte-americana em 1898 um sistema ideológico que constantemente inculca nos estudantes a opinião de que Porto Rico é uma ilha pobre e que tudo aquilo que é ne-



cessário à vida é enviado "desinteressadamente" a partir de Washington. Evidentemente que os partidos coloniais ajudam a defender este conceito, pois nele reside a sua permanência no governo.

Os partidos revolucionários, nacionalistas e socialistas, sempre procuraram refutar essa pretensa impotência do nosso povo. Neste sentido, Pedro Albizu Campos percorreu toda a América Latina solicitando a solidariedade do continente para a luta de libertação do seu povo.

Porém, os que internamente obtinham benefícios suculentos da situação colonial, faziam tudo o que estivesse ao seu alcance pa-

ra evitar a consciencialização das massas. Foi deste modo que nasceu e se desenvolveu a ideologia da pobreza.

Esta ideologia pretendeu sempre fazer ressaltar a suposta impotência e insuficiência do nosso povo para se bastar a si mesmo. Fazendo uma retrospectiva histórica da sua evolução, primeiro por se desenvolver afirmando que como somos um povo débil necessitamos da proteção do "grande exército norte-americano". Deste modo ninguém ousaria invadir-nos ou atacar-nos. Para logo em seguida constatar que para além do mais somos tragicamente pobres e que por isso temos necessidade

da ajuda "desinteressada" das empresas norte-americanas, que invadiram o nosso país em vagas sucessivas. Primeiro foram as empresas açucareiras, depois as manufactureiras e posteriormente as do petróleo. Outra destas patranhas inventadas pelo imperialismo ianque, foi a de que carecemos de suficientes conhecimentos em matéria de governação e, por isso, é ne-

Porto Rico ocupa um lugar preponderante. Uma importante esquadra da marinha de guerra dos Estados Unidos encontra-se estacionada na costa sudeste da ilha. A missão desta frota é a de defender as rotas para o Caribe, o Canal do Panamá e o Golfo do México. Em caso de um conflito bélico mundial, os norte-americanos utilizarão este complexo naval para defender



cessário estabelecer uma administração estrangeira que nos "edue" nesta matéria tão complicada.

De facto, o importante era minimizar a participação do nosso povo no processo político-económico, de modo a evitar que este criasse consciência das suas próprias capacidades. Muitos compatriotas que se formaram sob esta concepção artificial ainda pensam que assim deve ser, e fazem um imenso esforço para ver outra possibilidade. Para eles, Porto Rico continua a ser um país pobre e indefeso, sem capacidade de se bastar a si próprio.

QUEM DEFENDE
QUEM?

Dentro dos planos estra-

tégicos norte-americanos, os seus interesses particulares sem que isso implique a defesa dos porto-riquenhos. No entanto, na sua linguagem colonialista, fizeram crer a um amplo sector do povo que esse aparato militar se encontra localizado em nosso território com vista a evitar que Porto Rico seja invadido pelos inimigos da "democracia". Este foi estafado argumento da política intervencionista dos Estados Unidos, que procurou criar nos porto-riquenhos o mito da "defesa comum". Por ele morreram milhares de compatriotas nossos nas guerras incentivadas pelos Estados Unidos como as da Coreia e do Vietnam.

Mas a situação é ainda

mais complexa se juntarmos aos aspectos militares o problema energético. A burocracia norte-americana e a sua grande máquina bélica sabem bem que em caso de uma guerra mundial, total ou parcial, a região do Médio Oriente não poderia proporcionar-lhes os meios energéticos suficientes para mobilizar as suas forças, já que esta região se enquadra numa zona de conflito imediato. A alternativa é a zona petrolífera do Caribe e do Golfo do México, região que poderia ser neutralizada e ocupada por tropas norte-americanas de modo a conseguir-se assim o abastecimento necessário para as suas forças navais, aéreas e terrestres. O controlo desta região só se poderá dar se os norte-americanos contarem com suficiente potência bélica nos pontos estratégicos: Porto Rico e Panamá.

O petróleo venezuelano, das Antilhas (Trindade, Porto Rico) e do México, poderia ser suficiente para mobilizar uma grande percentagem das forças militares, evitando assim a paralisação gradual das mesmas devido ao desaparecimento dos depósitos do Médio Oriente por uma acção bélica global.

Este foi um dos fundamentos dos norte-americanos para traçar o seu projecto histórico de colonização de Porto Rico; para além de imediatamente, terem convertido a ilha no seu quarto mercado mundial.

AI FINAL; AGORA, PARECE QUE SOMOS IMENSAMENTE RICOS

Após terem montado du-



rante decênios toda a campanha desinformadora sobre a pobreza material de Porto Rico, os Estados Unidos e os governos colonialistas locais enfrentam-se de súbito com um delicado problema potencial. Que fazer — perguntam-se — frente à realidade já aceite de que Porto Rico possui suficientes recursos naturais para se bastar a si mesmo?

De repente toda a montagem propagandística oficial começou a cair por terra, face à realidade material de que agora somos imensamente ricos.

Por volta do ano de várias companhias norte-americanas levaram a cabo explorações na região central da ilha. A Kennecott Copper e a American Metal Climax descobriram várias jazidas de cobre e metais associados nas quantidades recuperáveis são os seguintes:

Cobre, 3506 milhões de libras.

Ouro, 1241 milhões de onças.

Prata, 6925 milhões de onças.

No entanto, o Departamento de Recursos Naturais estimou as cifras do seguinte modo:

Cobre, 4086 milhões de libras.

Ouro, 1839 milhões de onças.

Prata, 11 400 milhões de onças.

Estes cálculos, efectuados pelas companhias privadas e pelo Governo, foram determinados na base de uma profundidade de 1400 pés. Mas a uma profundidade de 2800 pés (segundo estimativas da *Mission Industrial*, entidade que opera independentemente, portanto sem intuítos "oficialistas", e que procura informar o povo) não só se duplicaria a quantidade de metais recuperáveis, mas porventura se triplicaria, já que à medida que aumenta a profundidade a percentagem de metal é maior que na superfície ou nas camadas intermédias. Existe ainda uma grande possibilidade de Porto Rico possuir molibdénio e zinco, metais que se encontram quase sempre associados ao cobre.

Em estudos realizados pelo *Geological Survey* dos

Estados Unidos e pela *Mission Industrial* de Porto Rico, já foram encontrados vestígios de molibdénio e de zinco nas jazidas. Estas localizam-se numa área de aproximadamente 40 mil acres. Só o cobre por altura do início da exploração valeria 20 milhões de dólares. Os restantes rendimentos provenientes dos metais associados e de outros metais que se encontram no nosso território, como o ferro, níquel, manganês, chumbo e metais preciosos, não foram ainda calculados.

As explorações de petróleo iniciaram-se em Porto Rico entre os anos de 1955-60. Nessa altura foram considerados pela Comissão de Minas do Governo 15 propostas de exploração. Entre os interessados contam-se a Kewancee Interamerican Oil Co., a Western Geophysical sob contrato com a *Autoridad de las Fuentes Fluviales de Porto Rico* e, desde logo, as grandes companhias de petróleo Mobil e Exxon.

Em 1975 a Mobil considerou que havia cerca de 85 por cento de probabilidades de encontrar petróleo em quantidades exploráveis em Porto Rico. Igual cálculo determinou a Exxon. Ambas as companhias têm utilizado os mais modernos métodos e técnicas que permitem chegar a conclusões com um grau de probabilidades de 50 por cento. Um destes métodos é conhecido como *zona de relevo (bright spot)*. Os cálculos efectuados segundo este método indicam que poderiam existir entre 2 e 4 mil milhões de barris recuperáveis, o que equivaleria de 20 000 a 40 000 barris diários durante 25 anos.

Esta quantidade representaria 11 mil milhões de dólares de rendimento bruto durante a exploração. Evidentemente que não se estão a entrar em linha de conta com outros aspectos tecnológicos e industriais relacionados com o petróleo. Ainda assim, para um país de 3 milhões de habitantes como Porto Rico, estes recursos são altamente excedentários, e o seu aproveitamento constituiria a chave do desenvolvimento futuro e da nossa autodeterminação e independência.



A POLÍTICA DA ENTREGA

A debilidade estrutural dos sectores políticos e económicos dominantes fez com que estes não reclamassem para o nosso povo o total benefício dos recursos naturais. Face à sua precária situação, os partidos coloniais, em representação de grupos económicos débeis, estabeleceram uma política de entrega dos nossos recursos naturais ao governo norte-americano e às companhias multinacionais dos Estados Unidos.

O Partido Popular Democrático (PPD), dirigido por Rafael Hernandez Cólón, procurou utilizar uma estratégia em relação ao petróleo com o propósito de pôr fim ao estatuto de Estado Livre Associado. Com este objectivo levaram-se a cabo conversações secretas com as companhias estrangeiras para lhes tentar mostrar os benefícios que teriam se Porto Rico fosse um país autónomo, uma espécie de semi-

-república associada aos Estados Unidos.

Por seu turno, foi proposto no Congresso de Washington o chamado Novo Pacto, que procurava redefinir as relações político-económicas entre Porto Rico e os Estados Unidos. Tudo isto não significa ou-

tra coisa que o desesperado intento de um sector político-económico que procura safar-se do aperto a que está submetido pela dominação das empresas norte-americanas. As aspirações deste grupo permanecem ainda na agenda política futura.

O *Partido Nuevo Progresista* que defende a total assimilação de Porto Rico à estrutura política e económica norte-americana, que se encontra actualmente no governo, traçou também a sua política de petróleo. Paradoxalmente, a sua linha política foi a de defender com um pouco mais de veemência o petróleo nacional. Muito embora, esta política seja interpretada por alguns como uma genuína defesa dos interesses nacionais, no fundo não é mais do que a entre-

ga pura e simples com outro tipo de condições. Os objectivos do sector representado pelo PNP, economicamente mais débil que o anterior, são os de entregar o petróleo a troco de Porto Rico se transformar num Estado federado. Ou seja: a conversão da ilha numa estrela mais da bandeira norte-americana. Para que o Congresso e o povo dos Estados Unidos chegassem a aceitar um Estado etnicamente diferente, teria de se pagar um preço muito alto. Mas com o petróleo, no entanto, isso seria de imediato assegurado. Desta forma o sector da tecnocracia nacional agrupado no PNP teria assegurado o seu futuro como grupo hegemónico no processo político insular, e contaria com a eterna protecção dos Estados Unidos, seus aliados fiéis.

PETRÓLEO E DESCOLONIZAÇÃO

A situação política de Porto Rico é actualmente muito complexa. Os Estados Unidos tiveram que reconhecer oficialmente que



a nacionalidade porto-riquenha é indestrutível. Depois de décadas em que procurou a sua desintegração, o resultado foi que a nossa cultura nacional despontou sempre sobre as suas pretensões. A *yanquiização*, mesmo quando parcialmente obteve êxito na implantação de um estilo ou modo de vida norte-americano, nunca conseguiu destruir a nossa forte raiz indo-hispânica, nem a nossa estirpe latino-americana. O único idioma que se fala com fluidez em Porto Rico continua a ser o espanhol. O inglês só pegou em alguns sectores privilegiados, e mesmo assim não com muitos bons resultados.

Face a este problema, estão os 2.5 milhões de porto-riquenhos residentes nos Estados Unidos, os quais formam uma das minorias mais descontentes dentro do colosso. Nos últimos anos, aliás, lançaram um grande movimento de resgate da sua cultura e da sua nacionalidade.

Segundo opiniões do próprio governo norte-americano, a fórmula de Estado Livre Associado entrou numa crise permanente que não proporciona saídas reais à grave crise económica que atravessa Porto Rico. A nossa nação receberia um forte apoio de todo o continente latino-americano, onde os Estados Unidos gozam já de uma imagem fortemente negativa devido aos seus múltiplos actos intervencionistas e repressivos. Seria praticamente insustentável para eles ter de desembarcar os seus "marines" nas ruas do país, revivendo épocas de intervenção que se supõem pertencer à História.

O seu problema coloca-se então em como afrouxar as amarras de Porto Rico sem que deixem o barco à deriva. Isso implica a preparação de um plano estratégico que lhes permita estabelecer uma República nominal, sem que sejam afectados no essencial as suas bases militares e os seus interesses económicos. E, para

além do mais, não encariariam a hipótese de no Caribe haver outro país não capitalista como Cuba, Jamaica e a Guiana, onde os Estados Unidos já esgotaram todas as acções golpistas e intervencionistas.

Frente a estes planos imperialistas, em que um dos objectivos básicos é o controlo dos nossos recursos naturais, especialmente o petróleo, a tarefa do momento é impulsionar a defesa dos mesmos, assim como a preparação do nosso povo para que esteja em posição de exigir uma independência real.

O processo de descoloniização efectiva só se pode dar, tendo por referência um projecto nacional integrado, onde possamos dispor de todos os nossos recursos humanos, naturais e culturais, para que seja de facto efectivo. Do contrário corremos o risco de fazer fracassar a independência como alternativa real para a solução da nossa problemática, o que constituiria possivelmente a perpetuação das estruturas de dominação neocoloniais, e ainda uma maior exploração dos nossos recursos naturais.

Com a luta que se tem travado, o nosso povo já demonstrou que não está disposto a ceder as suas riquezas às mãos estrangeiras. O argumento da pobreza nacional para justificar a intervenção norte-americana converteu-se, ante a realidade das nossas imensas riquezas naturais, numa guilhotina histórica. Os nossos recursos serão só nossos e foi o povo quem já o determinou assim.

ASIA

IRÃO

o trono estremece



A crise que enfrenta Reza Pahlevi marca o fracasso da política norte-americana na região. O descontentamento generalizado cria uma grande base de apoio para o aparecimento de um movimento de libertação

Mohamed Salem

Irão O trono do Xá Reza Pahlevi estremece. A partir de Fevereiro profundas rebeliões se sucedem em todo o país. As mais enérgicas sacudiram Teheran, Tabriz, Qum, Mashad Yazid e Kazrum. É um ciclo de protestos que a repressão brutal do regime longe de apagar, só faz reacender. Cada quarenta dias, seguindo o rito islâmico escita, o povo reúne-se nas mesquitas para honrar os mortos dos protestos anteriores e para uma nova batalha.

“Os tumultos são provocados pela reacção negra e pela revolução vermelha que se uniram” — declarou o Xá ao *Sunday Times* de Londres, no dia 16 de Abril, acrescentando: “o que um punhado de gente ignorante faça em Tabriz nada significa”. Essa arrogante resposta contradiz outra afirmação formulada na mesma entrevista: “Actualmente o principal perigo é o interno, no sentido de uma radicalização”.

UMA ARGUMENTAÇÃO INSUSTENTÁVEL

Efectivamente o Xá sente-se inseguro. Nunca, desde a época que foi auxiliado pela CIA para dar o golpe de Estado contra o governo progressista do doutor Mossadegh, líder da Frente Nacional, ele enfrentou uma semelhante ameaça. O golpe foi há 25 anos, no dia 19 de Agosto de 1953.

Segundo a teoria do Xá, a reacção negra, ou seja, os chefes religiosos, e os revolucionários vermelhos, genericamente descritos como comunistas, formam uma união de extremos

opostos, que funciona para agredir o centro, que seria o governo. Essa teoria defende que os chefes religiosos passaram para a oposição por causa dos efeitos da reforma agrária, “os vermelhos” actuariam automaticamente por ordens do “comunismo internacional”.

Esta argumentação é insustentável. Em primeiro lugar porque o regime do Xá não é centrista, mas ultra-direitista e ultra-reacionário. Em segundo lugar, porque a reforma agrária — se é que assim pode ser chamada — não beneficiou os pobres, mas, pelo contrário, produziu efeitos que estimulam directa e naturalmente o descontentamento popular.

O MODELO MULTINACIONAL

Foi lançada em 1962 como parte da “Revolução Branca” — uma espécie de morno reformismo modernizante que procurava dar estabilidade ao regime — e o seu fracasso é hoje evidente. No aspecto distributivo não funcionou na medida em que os grandes proprietários locais e as empresas norte-americanas realizaram um processo de concentração sob pretexto de uma racionalização para fins produtivos.

A consequência social foi o êxodo de um terço da população rural do campo para os bairros de lata. A consequência económica não foi melhor: enquanto três quartos da população vivem sómente da agricultura, esta não produz mais do que 7 por cento dos alimentos consumidos pelo país. Isto foi assinalado pe-

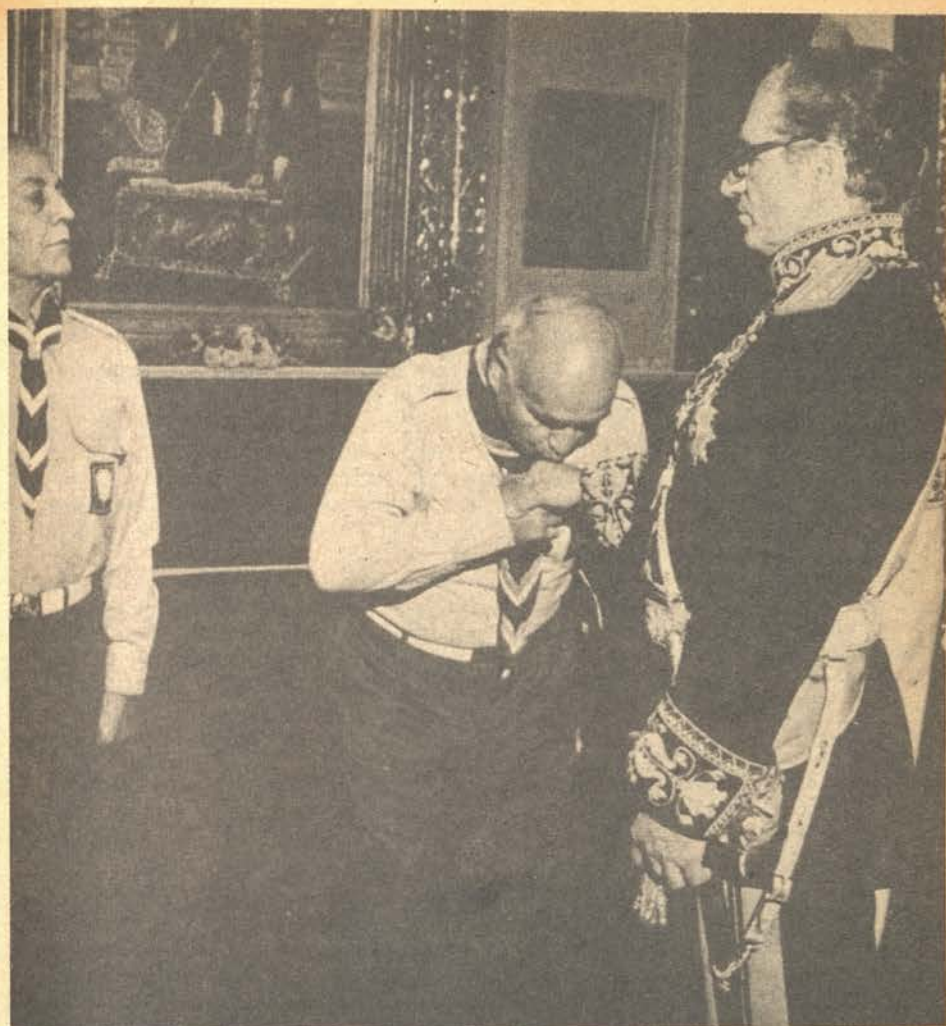
lo ministro Amir Hoveida, pouco antes de perder o posto. Esta escassez agrária obrigou o Irão, em 1977, a importar alimentos no valor de 2.000 milhões de dólares.

A verdade sobre as sublevações populares deve portanto ser buscada na própria política levada a cabo pelo Xá. Esta consiste na adequação da economia persa ao modelo económico multinacional com uma profundidade extrema, ao mesmo tempo em que leva a cabo uma política de grandeza a par com uma zelosa repressão. Isso significa manter uma gigantesca polícia secreta (a Savak) e o delírio de grandeza significa armar um exército que pretende jogar um papel hegemónico no Golfo Árabe. É assim que os gastos militares do Irão alcançam 17,6 por cento do Produto Nacional Bruto, uma proporção insustentável.

Isto foi parcialmente simulado quando aumentava o preço do petróleo, que representa cerca de 95 por cento dos rendimentos de exportação do país. Porém, ao entrarem em contradição a política petrolífera do Xá de exigir reajustamentos dos preços do petróleo, as suas exigências armamentistas, a fórmula entrou em crise.

Com efeito, para que o governo norte-americano de Carter vendesse ao Irão armamentos sofisticados sem levar em conta as violações dos direitos humanos nesse país, o Xá teve que comprimir-se a manter congelados os preços do petróleo, sabotando a unidade da OPEP.

Porém, se com isso conseguiu as armas que queria



Os fiéis servidores palacianos beijam as mãos do Xá

e recebeu o apoio de Carter, que o visitou no início deste ano, omitindo o tema dos direitos humanos num país onde a sua violação alcança um nível "record", agora o monarca vê minuirem os seus rendimentos fiscais e não pode aplicar paliativos precisamente em função da redução dos recursos disponíveis.

UM TRONO INSTÁVEL

A política de industrial-

zação, por sua parte, faz-se ao ritmo da penetração das empresas multinacionais, o que causa uma aguda dependência sem trazer os benefícios que o regime aguardava. Conforme se sabe, a montagem de automóveis, por exemplo, não dá lugar a um verdadeiro processo de industrialização, mas acorrentam cada vez mais a economia periférica à capitalista avançada. Mas este processo, ao mesmo tempo, está produzin-

do uma inflação acelerada que supera os 30 por cento e que ao não ser compensada por aumentos salariais em igual proporção, golpeia severamente as classes médias e inferiores.

Por isso, não está em jogo a vã pretensão do Xá de converter o país num futuro próximo na "quinta potência mundial". Isso pertence aos domínios da fantasia. O que está em jogo é a possibilidade de continuar a política traçada até

Irão hoje pela ditadura imperial, bem como a própria estabilidade do trono. Em segundo lugar, não obstante o poderio militar imponente do Xá, a presente situação afecta seriamente a capacidade de Teherão de cumprir o papel hegemónico que os EUA lhes reservaram na região. Este já foi posto em xeque severamente com o aparecimento de um regime progressista no Afeganistão, um dos seus vizinhos. Os outros são a União Soviética e o Iraque. Quer dizer que o Xá se vê rodeado por governos ideologicamente antagónicos.

O Xá desenvolveu uma política de aproximação muito marcada com relação a Kabul, quando ainda estava no governo o "príncipe-presidente" Daud. Actualmente, ainda que sob o governo de Nur Taraki, Kabul mantenha relações normais com Teherão, a situação externa global é muito diferente, e segundo interpretação do Xá e dos seus, trata-se de um quadro regional hostil e perigoso para a segurança nacional.

Tanto no interior como no exterior é este pois o pior momento de Reza Pahlevi. O Xá, acossado, intensifica a repressão, mas como esta já era severíssima e, por outro lado, até agora está a resultar infrutífera para calar a população, provavelmente não bastará uma maior dureza.

A POSSIBILIDADE DE MUDANÇA

A crise do Irão é, ao mesmo tempo, uma crise da política norte-americana na região. Por um lado o favoritismo dos EUA para com Teherão causa receios entre

Teerão e o senado norte-americano

Os Estados Unidos defenderão o Xá independentemente da sua política interna. Reza Pahlevi sabe-o e por isso prossegue a repressão, apesar da política de direitos humanos do presidente Carter. Isto é o que se destaca de um informe da Comissão de Energia e Recursos Naturais do Senado norte-americano, elaborado a pedido do seu presidente, o senador Henry Jackson.

O documento, intitulado "O Acesso ao Petróleo - As relações dos Estados Unidos com a Arábia Saudita e o Irão", diz no final da segunda parte, dedicada ao Irão: "Dois factores merecem ser destacados. Primeiro que, pese embora as suas consequências económicas negativas, a nacionalização do petróleo e o período de Mossadegh são ainda vistos pelos iranianos como um período de triunfo e uma fonte de orgulho nacional. A nacionalização do petróleo e o anti-estrangeirismo foram populares. O Xá afirma que apoiou a medida de nacionalização e não poderia dizer outra coisa. A nacionalização nunca foi repudiada, ainda que actualmente os seus efeitos sejam mais aparentes dos que reais.

Segundo, qualquer que tenha sido o papel norte-americano na restauração do Xá no poder é universalmente aceite que se tratou de um papel real. A continuação da ajuda militar norte-americana é vista como o meio através do qual o Xá construiu o seu exército e a sua polícia secreta. Estes, por sua vez, são vistos por alguns como o principal meio do Xá para se manter no poder.

(...) os Estados Unidos necessitam defender o Irão quase independentemente do seu desenvolvimento político interno. A necessidade europeia e japonesa do petróleo iraniano dá ao Irão uma certa margem de manobra, particularmente frente aos Estados Unidos".

Depois desta descrição o informe senatorial expressa nas suas conclusões: "Os Estados Unidos têm interesse directo num Irão defensável e politicamente estável. Esta nação continua a servir de travão ao aventureirismo soviético na região. Mais ainda, um Irão forte e estável também serve como travão contra os grupos radicais no Golfo".

os países árabes, particularmente os sauditas, nada desejosos da hegemonia persa. Por outro lado expõe os Estados Unidos a fortes críticas, pois ao intensificar-se a repressão dá ainda maior relevo à inconstância na temática dos direitos humanos.

Na realidade, a oposição liberal persa esperava que a visita do presidente Carter a Teherão desse frutos coerentes com o enunciado na sua política. Os que acreditavam num sincero apego de Carter aos direitos humanos no Irão desiludiram-se com o facto do presidente norte-americano não pressionar o Xá para obrigá-lo a liberalizar o seu regime. A visita demonstrou que Pahlevi poderá continuar matando e torturando sem sofrer pressão nenhuma por parte dos Estados Unidos. Ao desfazer-se também esta esperança, a única possibilidade de mudança provém já não do grande aliado, mas da pressão interna.

É por isso que muitos observadores afirmam que o apoio dado por Carter ao Xá, lançou também na oposição activa os que confiavam nos bons ofícios norte-americanos, e do jeito que estão as coisas, Washington fica sem interlocutores na oposição e, por isto mesmo, com uma margem de manobra mais estreita na caso de uma mudança em Teherão.

A possibilidade desta mudança depende da articulação política daquilo que até agora é um vigoroso conjunto de múltiplas oposições. A esquerda demonstrou a sua presença e a sua coragem nas universidades, exigindo mudanças num sentido progressista.



Reza Pahlevi aspira a hegemonia militar em toda a região

Também a oposição religiosa quer o fim da repressão (há cerca de mil sacerdotes presos) e clama por uma moralização da vida nacional. A base social deste descontentamento gene-

ralizado atravessa um processo de consciencialização e rápida mobilização, oferecendo uma ampla base de apoio para a construção de um movimento de libertação.

AFEGANISTÃO

começa a revolução



O movimento dos jovens oficiais liquidou em Kabul os resíduos de uma monarquia reacionária. A queda do príncipe-presidente marcou o início de uma etapa de transformações profundas.

TUDO parece indicar que o Afeganistão empreendeu, a partir do golpe de Estado do dia 27 de Abril que derrubou o "príncipe-presidente" Mohamed Daud, o caminho da libertação nacional. Esta, como costuma acontecer no Terceiro Mundo, tem lugar por diferentes vias, adequadas às realidades nacionais de um gigantesco mosaico onde a libertação se alcança pelas mais diversas fórmulas.

Neste caso, trata-se de um pronunciamento militar com o apoio das forças progressistas que põe fim aos resíduos de uma monarquia reacionária. O novo presidente Nur Moha-

med Taraki, durante a conferência de imprensa que ofereceu no dia 6 de Maio em Kabul, revelou que o Partido Popular Democrático (do qual é secretário-geral foi o cérebro do golpe militar e que este foi preparado durante anos, obviamente na clandestinidade, e sob uma duríssima repressão.

Os militantes do partido, disse Taraki, estavam em permanente contacto com os simpatizantes nas Forças Armadas, de maneira que puderam, no momento oportuno, lançar-se unidos para a tomada do poder.

Foi assim: no dia 27 de Abril efectivos da Força Aérea, sob o comando do

Pablo Piacentini

coronel Abdul Kadir, lançaram-se ao assalto do palácio presidencial. Como este era uma verdadeira fortaleza e a guarda presidencial resistiu, o assalto foi feroz. Porém, enquanto os combates se desenvolviam em Kabul, as agências noticiosas capitalistas — nenhuma das quais tinha correspondentes no Afeganistão — "informavam" sobre supostos confrontos no interior e até aventuravam a hipótese de uma reviravolta na situação.

A CAMPANHA DAS AGÊNCIAS NOTICIOSAS

Rapidamente estes pres-
ságios, possivelmente tele-
guiados, foram desmenti-
dos pelos factos. Não se ve-
rificou nenhum confronto
entre militares, e os telegramas
enviados desde o interior
ao novo regime, davam
mostras de um grande con-
senso nacional em torno
aos revolucionários. Os cál-
culos recolhidos pelas agên-
cias, junto a fontes nunca
precisadas, chegaram a con-
tar 10 mil mortos. Segundo
o presidente Taraki, houve
72 ou 73 mortos. As agên-
cias comentaram depois
que as cifras iniciais eram
exageradas, mas que a esti-
mação do líder afegão sé-
-lo-ia em sentido contrário,
pois haviam-se registado
pelo menos algumas cente-
nas de mortos. Tão pouco
eram citadas fontes preci-
sas para desmentir o presi-
dente, o que deixava claro
as contradições das agên-
cias.

Segundo ainda as agên-
cias, instalou-se em Kabul
um regime "pró-soviético",
termo que reduz a sua
orientação às suas relações
com a União Soviética, re-
lativamente às quais sugere
um alto grau de dependên-
cia, ou mesmo, uma inspi-
ração directa.

É evidente que a partir
destas mudanças, as rela-
ções entre o Afeganistão e
a URSS melhoraram de
qualidade, e os novos go-
vernantes contam levar a
cabo o seu ambicioso pro-
grama de reformas com a
cooperação da União So-
viética. Não será certamen-
te o outro vizinho do Afé-
ganistão, o Irão, quem po-
derá ajudá-lo a realizar uma

reforma agrária, organizar
as massas, modernizar e de-
senvolver a produção. Este
auxílio tão pouco poderia
ser obtido junto ao Ociden-
te.

No entanto, tudo indica
que o governo será um de-
fensor zeloso da soberania
nacional e um praticante
do não-alinhamento, se-
guindo uma longa tradição
nunca interrompida.

O próprio governo do
Príncipe Daud, mantinha
um certo equilíbrio entre
as potências limítrofes da
região: a URSS, a China, o
Irão e o Paquistão. Daud,
visitou duas vezes Moscovo
e no ano passado assinou
com a URSS um tratado
comercial de trinta anos.
As relações bilaterais eram
de bom nível, e o mesmo
sucedia com os demais vi-
zinhos, especialmente o
Irão.

O tema da política exter-
na independente foi um
dos mais realçados pelo
presidente Taraki na sua
conferência de imprensa: o
Afeganistão não é um saté-
lite de ninguém e será inde-
pendente e fiel ao não-ali-
nhamento, afirmou, acres-
centando que o país não se
ligará a nenhum pacto mili-
tar.

A Agência Tass, por seu
lado, acusava a imprensa
ocidental de distorcer os
factos e acordava com os
conceitos expressos por Ta-
raki. Este, no comunicado
emitido pelo Conselho Re-
volucionário que o desig-
nou presidente, era descri-
to como "um grande nacio-
nalista e um expoente revo-
lucionário de primeiro pla-
no".

Na realidade, a vocação
independentista do Afé-
ganistão é secular e exemplar.
Resistiu sempre com êxito

às tentativas expansionistas
dos seus vizinhos, não ob-
stante ser o menor dos paí-
ses da região. No século
passado, enquanto todo o
subcontinente caía sob o
domínio inglês, os afegãos
defendiam o seu solo das
tropas britânicas, as mais
poderosas e melhor arma-
das da época.

Nesta desigual situação,
o Afeganistão venceu os in-
gleses na guerra de agressão
que estes lhe opuseram en-
tre 1834 e 1841. As tropas
britânicas regressaram em
1879, outra cruel guerra
que durou até 1881, quan-
do Kabul se viu obrigada a
assinar um tratado com
Londres, mediante o qual,
se bem que preservasse a
sua independência, cedia à
coroa inglesa o controlo
sobre os seus assuntos in-
ternacionais.

Isso durou até 1919,
quando uma nova guerra
independentista obrigou os
ingleses a retirarem-se defi-
nitivamente, recuperando o
país a completa autono-
mia. Os demais países da
região, só lograriam a sua
liberdade política no fim
da Segunda Guerra Mun-
dial.

Porém, o povo afegão
não podia contentar-se
com a sua emancipação
formal se esta fosse acom-
panhada por uma domina-
ção interna do tipo feudal.
O Afeganistão foi, até
1973, governado por uma
monarquia que tinha à sua
frente o rei Zahir Chah,
que mantinha o país no
atraso e na miséria.

A UNIFICAÇÃO DA ES- QUERDA

Esta situação era insu-
portável para as massas,
mas também para grande



Um soldado afegão durante o 27 de Abril

parte da oficialidade e, principalmente, para os seus sectores mais jovens, ansiosos por reformas que conduzissem à libertação interna da sociedade afegã.

Foi nesta situação que o príncipe Daud lançou em 1973 um golpe preventivo. Proclamou a República, à frente da qual se colocou, e anunciou uma série de reformas, entre elas a agrária, que desenvolveriam e modernizariam o país. Teve o apoio, ou pelo menos a expectativa, dos oficiais jovens e dos movimentos progressistas que hoje se encontram no poder.

Na realidade, porém, a

família real, à qual pertencia o príncipe Daud, sucedia-se a si mesma, num render de guarda, na qual o novo governante representava sem dúvida a variante mais moderada e menos reaccionária.

Daud, decretou uma reforma agrária segundo a qual a propriedade individual seria limitada a 20 hectares de terras irrigadas e a 40 hectares para as unidades não irrigadas. Seria o fim do velho latifúndio através da lei promulgada, em Agosto de 1975, depois de uma longa preparação.

Porém, um ano mais tarde, um jornalista francês

entrevistava Daud e perguntava-lhe porque até então a lei não fora aplicada a nenhum nível. "Porque custa muito tempo preparar os quadros e uma administração capaz de executar a reforma" — respondeu o príncipe-presidente.

A verdade é que a proclamação da República não havia provocado mudanças entre os funcionários do regime monárquico. As quinze famílias da nobreza continuavam no fundamental a dominar a administração, a possuir as grandes propriedades e a controlar a economia do país.

Com excepção da política externa de não-alinhamento, tudo ficou na mesma até 27 de Abril, alimentando o descontentamento dos sectores progressistas, incluindo o dos jovens oficiais.

Durante o regime de Daud, todos os partidos políticos estavam à margem da lei. Mas a sua actividade clandestina vem desde a época da monarquia. Um passo fundamental foi a formação, em 1964, na casa de Taraki, do partido *Khalq*, Partido Popular Democrático, de inspiração marxista-leninista. Este sofreu uma cisão, no fim dos anos 60, com a criação do *Parcham*, liderado por Akbar Khabir. Porém, em Junho de 1977, ambos os movimentos se reunificaram e com isso a esquerda afegã encontrou a coesão necessária.

UMA EMPRESA DE GI-GANTES

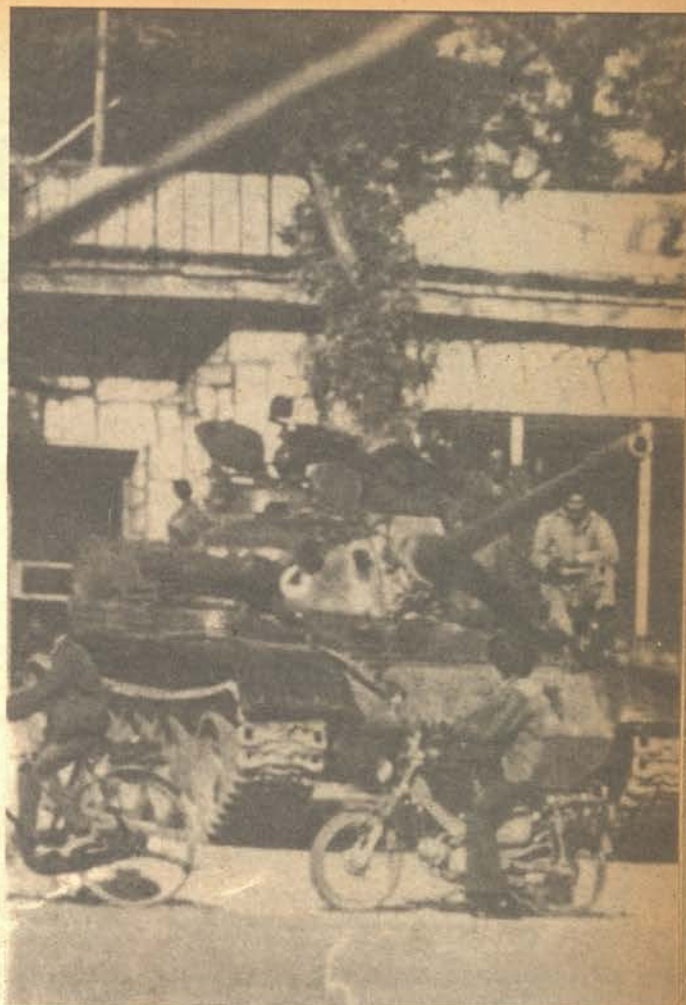
Daud não desconhecia o descontentamento militar, nem desdenhava da influência de massas do PPD,

contra o qual fazia recair uma brutal repressão. Dez dias antes do golpe libertador, Khabir foi assassinado. No dia seguinte, mais de 15 mil pessoas desfilaram pelas ruas de Kabul culpando a CIA e o regime pelo assassinato.

O regime reprimiu e prendeu muitos manifestantes, entre os quais Taraki, que é considerado o maior escritor na língua nacional *pachtú*. Mas o dispositivo da rebelião já estava em marcha. Taraki saiu da prisão para ocupar a Presidência e iniciar uma nova era no Afeganistão. A sua meta: a libertação nacional.

O poder sai definitivamente das mãos da velha aristocracia e passa às massas, anunciaram os novos governantes. O programa é de claro conteúdo progressista, orientado para beneficiar as classes trabalhadoras. Foram reduzidos os preços dos bens de consumo vitais (o pão, em quase 50 por cento). Dá-se prioridade à Reforma Agrária. Traça-se um plano de desenvolvimento que, entre outros objetivos, promove a criação de novos postos de trabalho e o regresso à pátria dos emigrantes. Confiscam-se as imensas propriedades da família destronada. O Estado assume a forma de uma República Democrática. A política interna inspira-se no Islam, na democracia e no progresso nacional. A externa, no neutralismo positivo e no não-alinhamento.

Inicia-se agora uma empresa gigantesca: tirar da estagnação e da miséria um país que o regime feudal manteve entre os mais atrasados do mundo. Bastam alguns dados para demons-



O movimento dos jovens oficiais pós fim ao governo do príncipe Daud

trá-lo: Só 20 por cento da população é urbana. Quinze por cento é nômade. A indústria é incipiente e não existe uma rede de comunicações moderna. A população vive quase exclusivamente da agricultura e da pastorícia, mas só um terço da produção agrícola chega aos circuitos de distribuição comercial. É um país montanhoso que não tem saídas para o mar. A única riqueza importante desco-

berta até agora, são importantes depósitos de gás natural. Os últimos dados assinalam um rendimento anual "per capita" de apenas 120 dólares, uma das mais baixas do globo.

A empresa é gigantesca, mas é claro que frente a um panorama semelhante, a única metodologia de transformação eficiente é uma profunda revolução.

SUDESTE ASIÁTICO

a estratégia imperialista



A política dos Estados Unidos, do Japão e da Austrália e as suas tradições internas; como actuam as forças revolucionárias na Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia, Birmânia e Timor; o caso das Molucas e o papel dos universitários são analisados por Malcom Caldwell, destacado conhecedor da situação no Continente Asiático.

MALCOLM Caldwell, professor e investigador universitário britânico, militante do Partido Trabalhista (foi candidato nas últimas eleições), é conhecido fundamentalmente como jornalista especializado em assuntos do Sudeste Asiático. Estudioso profundo dessa região e dos seus processos políticos, apreciado por muitos como incansável defensor das causas populares e odiado por outros pelas mesmíssimas razões, Caldwell esteve recentemente no México, onde proferiu uma série de conferências. Na sua passagem pela redacção mexicana da nossa revista, da qual ele é colaborador há já vários números, o jornalista aceitou de bom grado trocar de papéis por algumas horas e passar de entrevistador a entrevistado, dando aos nossos leitores este amplo panorama da situação actual no Sudeste Asiático:

— Há apenas dois anos, o Sudeste Asiático ocupava diariamente as primeiras páginas dos jornais de todo o Mundo. Presentemente, não é só uma região esquecida,

entrevista de Roberto Remo

como, inclusivamente, parece que os próprios Estados Unidos, após a sua derrota no Vietnam, Laos e Kampuchea, se teriam “olvidado” da zona. Será isto verdade?

— Para os Estados Unidos o Sudeste Asiático é, a longo prazo, uma das regiões mais importantes do mundo. A região constituída pela costa ocidental norte-americana, o Japão e a Austrália, depende muito dos países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático, que integra as Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia), pelo menos nos próximos quinze a vinte anos. As três potências capitalistas da zona esperam que estes países lhes vendam todo o seu petróleo e carvão, de modo a cobrir a diferença entre as suas necessidades e os seus recursos. E isso sem mencionar riquezas como a bauxite e o facto da Indonésia ser a maior reserva de matérias primas no Mundo, logo a seguir à União Soviética e à China.

— O interesse básico dos Estados Unidos na região seria, então, económico.

— Sim. Mas também estratégico. Porque se as forças de libertação, cada vez mais poderosas na Ásia continental, se alastram e chegam às ilhas, o flanco norte-americano fica totalmente descoberto, a Coreia do Sul extremamente exposta e todo o esquema norte-americano na região, que já sofreu sérios reveses na Coreia do Norte e na Indochina, desmora-se.

A ligação entre a Ásia continental e as ilhas é de importância estratégica vital. A Indonésia é a ponte entre a Austrália e o continente asiático e, ainda, entre o Oceano Pacífico e o Índico. Controla o estreito de Malaca, que é a rota marítima natural mais importante do Mundo, a de maior movimento, porque é ali que passam os petroleiros que se dirigem ao Japão; a Indonésia controla, também, os estreitos de Suma, por onde circulam os petroleiros quando o estreito de Malaca se encontra sobrecarregado pelo tráfico marítimo, e domina ainda os estreitos que ladeiam a ilha de Timor, por onde passam os submarinos nucleares norte-americanos. É por isso, diga-se de passagem, que a Indonésia "tinha" de açambarcar Timor e evitar a sua independência a todo o custo.

PADRONIZAÇÃO MILITAR

— Considerando a recente dissolução do pacto SEATO (Organização do Tratado do Sudeste Asiático), com que instrumentos defende agora Washington os seus interesses na região?

— Antes que a SEATO fosse oficialmente dissolvida, já os Estados Unidos pensavam como substituí-la. Os teóricos da CIA, em princípios da década de 60, propuseram que o esquema substitutivo não deveria integrar membros que não pertencessem ao Sudeste Asiático, para que parecesse um pacto militar meramente regional, coisa que a SEATO nunca foi. E, depois, havia que actuar com cautela para que este pacto não aparentasse ser mais do que um vínculo cultural e económico. Porém, a intenção sempre foi a de estabelecer uma aliança militar anticomunista. Daí que em 1967 se tenha criado a ASEAN, que se apresenta inclusive como uma ideia



Salgão, Abril de 1975: a tomada do palácio presidencial pelas forças de libertação

local, a tal ponto que os indonésios reclamam a sua própria paternidade.

O que os Estados Unidos procuram por detrás desta fachada é fazer a integração destes exércitos — não num só exército, como levaria a supor — mas no sentido de passarem a utilizar o mesmo armamento, que é americano ou europeu ocidental, os mesmos códigos, para poderem trocar mensagens durante o combate, que realizem manobras conjuntas. Todos os oficiais superiores são treinados nos mesmos sítios: ou na Escola de Guerra de Bandung, na Indonésia, ou nos Estados Unidos.

Deste modo, todos os oficiais, não importa de que país de origem, têm uma experiência comum quando regressam. E uma língua comum. A alto nível de comando, o idioma é o inglês.

Assim, procuram integrar e assimilar os exércitos, de modo a que possam combater lado a lado unidades de um e de outro exército. E isso de facto já está em prática. Tropas da Malásia e da Tailândia combatem juntas na fronteira contra as guerrilhas. Tropas de Singapura já lutaram, juntamente com os comandos especiais tailandeses, no Nordeste da Tailândia. Os indonésios realizam manobras conjuntas com os australianos.

— Mas, até que ponto podem os interesses norte-americanos ter confiança nesses exércitos?

— Evidentemente que não confiam. Mas, que outra coisa poderiam fazer os Estados Unidos? Neste momento não podem repetir o Vietnam. O que não quer dizer que não o façam no futuro, quando o país esteja recuperado do choque causa-

Sudeste Asiático

do pela derrota. Mas agora, isso é impensável. O que podem fazer — e já o fazem — é manter estacionadas nas bases de Diego Garcia, no Índico ou nas Filipinas, forças de intervenção altamente treinadas e de grande mobilidade, que podem entrar em cena se necessário, no caso dos exércitos da ASEAN não serem capazes de manter a situação sob controlo. Mas se não nos esquecermos que o exército de Thieu, apesar de ter tido uma assistência ainda maior, entrou em colapso no Vietnã do Sul, facilmente se chegará à conclusão que estes exércitos não são de confiar. Que fazer então? Os Estados Unidos não pensam sequer em poder abandonar a região. Têm interesse em ali manter-se. Para isso criaram unidades ideologicamente anticomunistas e treinam-nas o melhor que podem.

Em Singapura, por exemplo, que é um dos países mais militarizados do mundo, a ideologia do exército é furiosamente direita e anticomunista. E, neste momento, existem tropas de Singapura na Tailândia a adquirirem experiência de combate.

Apesar dos massacres sobre a população, o imperialismo saiu batido da Indochina



— No entanto o governo de Singapura proclama-se social-democrata...

— Recentemente foram expulsos da Internacional Socialista. E culpam-me a mim por isso, devido à série de reportagens que publiquei sobre a situação na ilha. Consideram-me uma espécie de diabo e a minha fotografia chegou a aparecer na imprensa como "inimigo público número um".

DE ALIADOS A INIMIGOS?

— Bom, voltemos ao tema. Vimos que estes exércitos não são, sob o ponto de vista militar, dignos de confiança por parte dos Estados Unidos. Mas serão politicamente? Ou poderão surgir no seu seio movimentos nacionalistas, como já ocorreu em muitos outros países do Terceiro Mundo?

— Creio que isso é muito possível na Indonésia. O exército indonésio, ao contrário dos restantes daquela região, tem — ainda que remota — uma origem revolucionária. Foi ele que expulsou os colonialistas holandeses do território. E ainda que desde então ele tenha sido radicalmente alterado e transformado num exército tradicional, a possibilidade permanece. Tanto mais que a pobreza do povo indonésio é tão terrível, que um movimento patriótico, populista e nacionalista não tardaria a impor-se. Evidentemente que hoje em dia o controlo é exercido por uma facção de generais corruptos, e, por isso mesmo, sem nenhum apoio popular.

O Partido Comunista da Indonésia afirma que está a recrutar militantes no exército. É claro que tem de o fazer muito discretamente, mas o facto é que quando a direita tomou o poder em 1965 teve de matar um imenso número de soldados para erradicar o PCI das Forças Armadas. Daí que, incerta, essa possibilidade exista.

— Esta política norte-americana de se apoiar nos exércitos, e no que demais reaccionários existe neles, não entra em contradição com a política de Direitos Humanos de Carter?

— É evidente que existe contradição. Mas facilmente a reconciliam, porque o interesse pelos Direitos Humanos é retórico. E se entra em jogo a Segurança, foi o próprio Carter quem afirmou em casos como o da Coreia do Sul, simplesmente se esquece. Se têm de fazer um pouco de



Reunião de chefes de Estado da ASEAN

cosmética para melhorar a face, essa é muito superficial.

O direito humano básico para o povo do Sudeste Asiático é o de ter acesso à terra. Que é, ao mesmo tempo, o direito que os Estados Unidos mais se esforçam em negar e suprimir. Não se pode levar a sério essa política de Direitos Humanos.

Há, no entanto, aspectos a considerar. Na Tailândia, por exemplo — escreve-me um amigo meu — o Comando de Operações de Segurança Nacional pensa que já é demasiado tarde para derrotar militarmente as guerrilhas. “A única forma de as vencer é politicamente”, afirmam. Tratar-se-ia então de instalar uma “espécie” de democracia para evitar que a juventude continue a aderir às guerrilhas. É este o tipo de política que o ano passado se instalou na Tailândia. O exército entrou em pânico porque as guerrilhas o estava a vencer. Aó ritmo a que estava a crescer em 1976 e 77, a Tailândia libertar-se-ia rapidamente, provavelmente em 1980. De modo que agora continuam a combatê-la, e duramente, mas falam também de democracia e permitem que se abram alguns jornais de oposição em Bangkok.

O PAPEL DO JAPÃO E DA AUSTRÁLIA

— Para além dos Estados Unidos, existem duas grandes potências na região: o Japão e a Austrália. Estes países têm uma política própria para o Sudeste Asiático? E no caso de a terem, contradiz-se ela com a política norte-americana?

— A Austrália, naturalmente, não está ao mesmo nível do Japão e dos Estados Unidos em termos de poder económico e militar, contudo, a Austrália é muito im-

portante para Washington, já que possui grandes jazigos de minério, incluindo enormes stocks de urânio. A Austrália é, ao mesmo tempo, uma semicolónia em relação ao Japão, por ser um fornecedor de matérias primas, e um semi-imperialismo no Sudeste Asiático, onde investe, aproveitando a mão de obra barata indígena para a sua indústria manufactureira.

Os Estados Unidos, presentemente, vêem a Austrália com certa preocupação. Possuem ali bases militares onde nem sequer o Primeiro Ministro australiano pode entrar. Possuem soberania norte-americana, e contra esta situação manifesta-se um crescente movimento popular. Acusa-se os Estados Unidos de há dois anos ter depositado o Primeiro Ministro trabalhista Gough Whitlam. E é notório o sentimento anti-norte-americano no país: contra as bases e contra o neocolonialismo. No entanto, o governo de Camberra pensa que a batalha contra o comunismo deve ser travada a norte da Austrália. Estão dispostos, pois, a manter tropas na Malásia, a ajudar a construir estradas no sul da Tailândia e a fornecer armas à Indonésia. Recordam com pânico a surpreendente aparição dos japoneses em Darwin, durante a Segunda Guerra Mundial, e sentem-se vulneráveis, por isso estão definitivamente comprometidos a preservar o actual estado de coisas no Sudeste Asiático.

Com o Japão a situação é distinta, porque tem um poder comparável aos Estados Unidos e os seus próprios interesses. Representa um poder na região, como a Austrália não o pode ser. A classe dirigente japonesa é extremamente bivalente na sua política em relação ao Sudeste Asiático. Por um lado, poderia continuar a re-

presentar o sócio menor sob a hegemonia norte-americana e também procurar jogar um papel a nível militar para ajudar os Estados Unidos. Existem sinais desta tentação. Há, por exemplo, oficiais dos países da ASEAN que foram ao Japão para receberem instrução militar. Diz-se que há assessores militares japoneses na Indonésia, e eu pessoalmente penso que é verdade. O Pathet Lao, movimento revolucionário do Laos, sempre afirmou que os Estados Unidos utilizaram soldados japoneses a partir da década de 60 na guerra que ali travaram. Washington nunca o negou, ainda que tampouco o tenha admitido.

Mas é muito difícil que este desenvolvimento se venha a intensificar, porque naquela área existe ainda um grande ressentimento contra a ocupação japonesa durante a guerra. Quando eu vivia em Singapura, sempre que se cavavam alicerces para a construção de novos arranha-céus eram descobertas fossas comuns com cadáveres de pessoas assassinadas durante a última guerra mundial. E embora o Primeiro Ministro afirmasse que a "guerra já acabou" para defender os investimentos japoneses, a reacção popular manifestava-se sempre com cólera antijaponesa.

Existe, no entanto, uma estratégia alternativa cada vez mais atractiva aos olhos da classe dominante japonesa: a de estar sempre um ou dois passos à frente dos Estados Unidos. Aceitam a realidade, é por isso que muitos antes do colapso do regime de Thieu em Saigão, os japoneses já viam que não havia futuro em continuar a investir no Vietnam do Sul. E sabendo que o Vietnam unido seria um factor económico importante no Sudeste Asiático, os japoneses começaram a encaminhar os seus negócios para o Vietnam do Norte. Quando estive em Hanói, em 1966 e 1967, vi que os comboios de aprovisionamento que iam às linhas da frente eram compostos por novíssimos vagões japoneses. Procuravam que não fossem identificados com os Estados Unidos, e antes da vitória já tinham "um pé na porta".

Um outro exemplo: depois da libertação do Kampúchea, em 1975, a Câmara Japonesa de Comércio foi a primeira a montar um comité especial para a Kampúchea, e o ano passado enviaram uma missão para discutir as relações comerciais.

Assim, enquanto os Estados Unidos não



Malcom Caldwell: «neste momento os Estados Unidos não podem repetir o que fizeram no Vietnam»

estão preparados nem sequer para falar com o Vietnam ou o Cambodja, os japoneses já estão a negociar. Noam Chomsky chega a afirmar que se isto continua acontecerá como se os Estados Unidos, vencidos e humilhados país após país, tivessem perdido a Guerra do Pacífico e o Japão a tivesse ganho, cultivando boas relações com o natural vencedor. Não sei se isto acontecerá, mas essa é a intenção japonesa.

— **O Japão está, pois, em ambos os campos, mantendo aceitáveis relações com os países socialistas e fazendo grandes investimentos nos capitalistas...**

— Sim. Ainda com a vantagem dos investimentos japoneses nestes últimos países serem mais dinâmicos do que os norte-americanos. São feitos sobretudo à base de créditos ou capital móvel e investimentos de curto prazo. O Japão, desta maneira, não se compromete como fazem os Estados Unidos, que investem em capitais fixos, e depois são obrigados a defendê-los.

— **Sempre se podem retirar a tempo...**

— Claro. É disso que se trata.

O CAMPO REVOLUCIONÁRIO

— Depois de ter analisado a situação e a estratégia do capitalismo no Sudeste Asiático, teremos de ver o que se passa do outro lado. Qual é neste momento a situação das forças revolucionárias nos países da ASEAN, particularmente depois da libertação da Indochina?

— Na minha opinião, ter uma fronteira comum com um país já libertado é um factor tremendamente importante no desenvolvimento da luta de libertação. Sob este ponto de vista, seria essa a diferença mais importante entre a América Latina e o Sudeste Asiático. Ainda que, por exemplo, o Partido Comunista da Tailândia já tivesse bases seguras nos extremos norte e sul do país. Mas, quando o Laos e o Kampuchea se libertaram foi possível utilizar a fronteira com muito maior liberdade.

Os refugiados da Tailândia que foram acolhidos pelo Kampuchea estão agora a regressar às áreas libertadas que as guerrilhas estabeleceram junto da fronteira com este país. Tal facto, é extremamente importante sob o ponto de vista logístico e de aprovisionamento.

As forças de libertação na Tailândia movem-se agora com liberdade por todo o país e existe ligação entre as áreas sob o seu controlo no norte e s Sul do território. Os aprovisionamentos podem pois ser transportados do continente à península malaia, e daí ao arquipélago. O Partido Comunista da Malaia e o Partido Comunista da Tailândia compartilham territórios no sul da Tailândia e mantêm também permanentes contactos com o Partido Comunista da Birmânia. Isto indica, do mesmo modo, que podem enviar armas para a Sumatra, através do estreito de Malaca, onde opera o Partido Comunista da Indonésia. É evidente que eles hoje estão muito melhor armados do que há alguns anos atrás. O mesmo se pode dizer do Bornéu ou de Kalimantan, a partir donde as armas chegam a Mindanau, no sul das Filipinas.

Outro factor importante no Sudeste Asiático é o facto de todos os partidos comunistas da região serem altamente experimentados, terem preservado a sua unidade e evitado as divisões. Na maior parte destes países há uma só direcção do Partido, indiscutível, o que não se passa em

outras partes do mundo, onde existem vários partidos, cada qual reclamando-se como o "verdadeiro" movimento de libertação, o que complica a situação.

Isso não se passa com os Partidos Comunistas da Birmânia, Tailândia, Indonésia, Malásia ou Kalimantan do Norte (a província de Sarawak na Federação da Malásia), embora nas Filipinas haja dois partidos, um considerado pró-soviético — que agora não pratica a luta armada — e um outro pró-chinês, que possui forças guerrilheiras. Mas mesmo aí existe uma longa tradição de luta que vem desde a revolução nacionalista de 1896-1898, que provocou a intervenção dos Estados Unidos até 1913.

No geral, a esquerda é liderada pelos PCs nos países da "linha da frente", aqueles onde a luta de guerrilhas é mais generalizada e activa, como a Tailândia, Birmânia e Malásia. Acrescente-se que para a esquerda, a divisão entre Malásia e Singapura é puramente artificial. Singapura depende do continente até pela água. É por isso que existe apenas um partido para ambos os Estados, que se denomina Partido Comunista da Malásia.

AS GUERRILHAS E O PROBLEMA ÉTNICO

— Será que os problemas étnicos não impedem as forças guerrilheiras de poderem aparecer como expressão de todo o país, já que muitas vezes elas são constituídas predominantemente por uma etnia?

«Aldeias estratégicas» na Tailândia, verdadeiros campos de concentração para evitar o contacto entre camponeses e guerrilheiros



— Não nego que isso possa constituir um problema futuro. Estou mesmo a crer que sim. Mas os partidos estão conscientes disso. Na Birmânia, por exemplo, o Partido Comunista está a começar a estabelecer alianças com os grupos étnicos minoritários, cujas rebeliões se têm desenvolvido paralelamente à guerrilha levada a cabo pelos comunistas. Especialmente junto da gente nova, os shans, os karen e os kashins, eles estão a alcançar êxitos nesse sentido. Estão a construir uma verdadeira força nacional. E na área controlada pelo governo, está-se a formar agora uma Frente de Libertação da Birmânia, constituída a partir de organizações sindicais, estudantis, de jornalistas, etc. Esta frente apela ao derrubamento do governo do general Ne Win e à solidariedade com as forças de libertação. Dá-se neste momento na Birmânia uma luta muito interessante, que combina a guerrilha com as formas pacíficas, com o objectivo da revolução nacional democrática.

Um amigo meu, que passou quatro meses nas áreas libertadas da Birmânia, ficou muito impressionado com o grau de desenvolvimento das guerrilhas, que controlam a economia e exportam e importam os seus produtos. Para além disso, têm uma organização bastante complexa e um controlo quase total do território, inclusive de algumas cidades importantes.

O maior problema étnico dá-se na Malásia, porque tanto em Singapura como na Península Malaca existe uma grande violência entre a população de origem chinesa e a população malaia, devido à acentua-

A construção de estradas nas selvas do Sudeste Asiático pretende responder às necessidades militares e não aos interesses de desenvolvimento



pág. 86 n.º 6/Agosto 78

da desproporção entre o poder económico, na mão dos chineses, e o poder político e militar nas mãos dos malaios. Que é uma herança do colonialismo inglês.

O Partido Comunista da Malásia está consciente que este é um dos seus maiores problemas, e desde a sua formação sempre procurou que as unidades guerrilheiras, como o próprio partido se desenvolvessem por ambas as comunidades. Desde que se iniciou a luta armada, em 1949, contra os ingleses, ficou decidido que o idioma da guerrilha seria o malaio. Havia unidades inteiramente malaias, e apesar dos britânicos estarem a par disso, a sua propaganda afirmava que se tratava de uma rebelião inteiramente chinesa. Quando a luta de guerrilha começa na década de 60, deixa de subsistirem dúvidas de que os revolucionários recrutam as suas forças em ambas as comunidades. O que é particularmente verdade nas áreas rurais pobres da população malaia.

Esta situação cria grandes dificuldades ao governo, que procura, com a ajuda de assessores norte-americanos, criar entre a juventude malaia um forte sentimento muçulmano de modo a evitar essa união inter-étnica.

TIMOR E MOLUCAS

— O problema pode também atingir gravidade na Indonésia, onde existem grupos separatistas no Irão Ocidental, nas Ilhas Molucas e um movimento pela independência de Timor.

— A atitude do Partido Comunista da Indonésia é a de considerar a Indonésia como uma só e encarar a luta no seu conjunto.

— Incluindo Timor?

— Bom, eles argumentam que após a revolução os habitantes de Timor não quererão ter uma experiência separada. Essa é a atitude oficial do partido. Mas, actualmente, consideram que todo o movimento que lute contra Suharto deve ser apoiado, e que o povo do Irão Ocidental, de Timor Leste ou de qualquer outra região que se levante em armas contra o regime de Suharto terá o apoio do PCI. Incluindo os jovens molucanos. Como se sabe, o movimento separatista das Ilhas Molucas do Sul era de tendência direita, mas agora os jovens, quer os exilados na Holanda como os que vivem nas ilhas, abeiraram-se da esquerda e de posições revolucionárias.



O poderio militar japonês

— Desenrola-se então luta armada nas próprias Ilhas Molucas?

— As últimas informações que tenho indicam que existe, ainda que pequeno, um movimento guerrilheiro nas Molucas. Não creio, no entanto, que mantenha contacto com os molucanos da Holanda.

— Há territórios libertados na Indonésia?

— Como é evidente, o PCI tem de operar onde pode. Em Java, por exemplo, a luta é muito difícil, pois há uma altíssima densidade populacional e um estreito controlo militar. Ainda assim empreendem-na, mas onde tiveram as suas mais importantes áreas libertadas, onde operaram com facilidade de movimentos, é em Kalimantan (Bornéu). Ali existem grandes regiões montanhosas onde tiveram importantes bases e que lhes possibilita atravess-

ar a fronteira em direcção a Sarawak (Malásia) no caso de serem perseguidos. Mas, agora, estão também muito activos na Sumatra, nas Célebes, e em outras partes do arquipélago. Não se ouvem muitas informações sobre esta luta. Mas, se se coleccionarem os comunicados do governo constata-se que eles dizem sempre que "se eliminaram redutos comunistas" em tal ou tal área, e alguns meses depois voltam a eliminar "redutos" nas mesmas regiões.

É verdade que o PCI não é muito grande, porém, isto indica que não foi derrotado e que a sua luta continua.

Dizia-me um dirigente do PCI que existe um grande grau de dependência com o que se passa a norte, na Tailândia e na Malásia. Pois com um rápido desenvolvimento da luta de libertação aí, a situação melhorará inevitavelmente para o PCI. Di-

zia-me também que "estar repartidos pelas ilhas dificulta as coisas". Os chineses puderam reagrupar-se na "longa marcha", mas nós teríamos de andar em vez de marchar, e isso não é tão fácil". Mas, acrescentaram que "com o tempo, esses canais serão as suas estradas. De facto, nem mesmo uma acção combinada de todas as marinhas poderia controlar por completo as costas da Indonésia, que são as mais extensas do mundo. O país estende-se por três mil milhas de Este a Oeste, possuindo milhares de ilhas.

"UMA REGIÃO FASCINANTE"

— Depois deste panorama tão completo, os nossos leitores quererão, por certo, saber algo sobre a sua experiência pessoal. Como chegou ao Sudeste Asiático e como nasceu o seu compromisso com a luta de libertação desses povos?

— Desde estudante que tenho sido activista do Partido Trabalhista. Quando saí do exército e pude voltar à vida académica surgiu a oportunidade de me especializar em assuntos asiáticos. Rompendo pela primeira vez a tradição de apenas estudar a língua, a arte, a literatura ou a história da região, especializei-me também em ciências sociais e em economia.

Escolhi o Sudeste Asiático e não me arrependi, porque de facto é uma região fascinante. Tive ocasião de muito cedo ir dar aulas na Universidade da Malásia. Vivi vários anos naquela região, e quando comecei a estudá-la e a comparar o seu processo com o do Ocidente, depressa me apercebi que os objectivos dos movimentos operários do Ocidente só poderiam ser alcançados no Sudeste Asiático através da luta armada. A luta constitucional que o movimento trabalhista britânico empreendeu no século passado e no início deste, não se podia dar por ali. Os chamados partidos social-democratas do Sudeste Asiático já tinham sido identificados pelos Estados Unidos no final da Segunda Guerra Mundial, como os mais capazes de ser infiltrados e utilizados para conter o avanço do comunismo e as lutas de libertação nacional.

As ligações da CIA com estes partidos são evidentes. Alguns conservam ainda a retórica socialista, mas estão completamente comprometidos com o capitalismo e a manutenção da situação neocolonialis-

ta. E quando surgem verdadeiros sindicatos são pura e simplesmente esmagados, como na Tailândia em 1956 ou através do golpe de direita de 1965 na Indonésia. A luta armada aparece então como a única alternativa capaz de eliminar as situações de opressão e dominação estrangeira no Sudeste Asiático.

Eu não poderia pois ignorar estas realidades nos meus trabalhos. De uma maneira geral os livros publicados no Ocidente aceitam, sem pôr em causa a propaganda colonialista, que se pudesse conter os comunistas o capitalismo se encarregaria de resolver os problemas.

— Existem muitos professores universitários que consideram contraditório o rigor científico e a defesa de uma posição política...

— É muito pior que ele ignore os próprios factos. Alguns afirmam, "eu não posso escrever que Suharto é um gangster". Mas se ele de facto é um gangster, porque não dizê-lo?

— Muitas vezes, os estudos universitários são utilizados pelos próprios serviços secretos das grandes potências para divulgar as suas políticas neocolonialistas.

— Esse é, indubitavelmente, um problema sério no Sudeste Asiático. Na Tailândia, por exemplo, os Estados Unidos enviaram uma série de investigadores a estudar cada aldeia, cada aspecto da vida local, para poderem saber que forças podiam manipular e quais eram as que lhes faziam frente. Desde que a Holanda foi forçada a reconhecer a independência da Indonésia, os Estados Unidos inundaram a região de investigadores e estudiosos. Um deles, um tal Punker, homem da CIA, foi um dos planificadores do golpe contra Sukarno. Mas houve muita gente dessa.

Mas também depois do Vietnam, tal fenómeno teve efeito de boomerang. Entraram milhares de especialistas naquela região — entre eles eu próprio — e muitos deles converteram-se em opositores ao imperialismo norte-americano. A guerra do Vietnam demonstrou que a solidariedade internacional é extremamente importante. Hoje, eu preferiria que houvesse mais estudiosos do Sudeste Asiático, porque quanto mais gente for capaz de actuar como transmissor entre os movimentos de solidariedade no mundo e a luta no interior desses países, tanto melhor.

PANORAMA

TRICONTINENTAL

Israel

a pirataria atômica

Apesar do facto nunca ter sido oficialmente reconhecido por Israel, sabe-se de fontes variadas e insuspeitas (inclusivamente relatórios da CIA ao Congresso norte-americano) que este país possui entre 50 e 150 bombas atômicas de plutónio do tipo "Nagasaki", relativamente primitivas mas totalmente suficientes para provocar um genocídio incalculável.

Os artefactos denominados "Massada", em alusão a um episódio remoto dos guerreiros da fortaleza do mesmo nome que preferiram a morte à rendição, estão depositados em silos especiais no deserto de Negev e, segundo parece, em algumas bases aéreas ultra-secretas. As bombas segundo consta seriam adaptáveis aos modernos caça bombardeiros Phantom, Kfir e F-15 da força aérea israelita.

O estado sionista já dispunha da *Bomba A* quando da guerra de Outubro de 1973 e tinha prontos planos de contingentes para utilizá-la contra alvos tácticos e estratégicos.

A forma pela qual Israel

conseguiu obter a quantidade de óxido de urânio necessária para a construção das bombas é hoje conhecida. Trata-se de uma das mais escandalosas operações de pirataria atômica já concebidas, digna de um filme de James Bond. Conhecida desde fins de 68 pelos serviços secretos e pelos governos ocidentais foi mantida em segredo até poucas semanas atrás, quando uma parte da trama foi revelada no livro "Operação Plumbat" de Enrico Jacchia, antigo director do centro de controlo de segurança nuclear da CEE.

Através de uma série de habilidosas artimanhas o "Mossad", serviço secreto sionista, conseguiu apossar-se das duzentas toneladas de óxido de urânio necessárias à construção de muitas bombas atômicas, a bordo de um pequeno cargueiro de pavilhão liberiano.

Os 560 barris de óxido de urânio foram adquiridos por uma firma da Alemanha Federal que foi constituída, ou passou a trabalhar para o "Mossad". A



A «Operação Plumbat» permitiu ao Estado sionista fabricar a Bomba-A

carga comprada à Sociedade de Minerais belga que explora urânio no Zaire, destinava-se a uma firma italiana que devia processá-la para fins pacíficos. O serviço secreto israelita, que controlava o navio transportador e a firma alemã que fizera a encomenda, apossou-se da carga à saída do porto de Antuérpia.

O barco nunca chegou a Génova, o seu ponto de destino, e acabou aparecendo semanas mais tarde na Turquia depois de já ter desembarcado a sua carga em Israel até onde foi escoltado pelas famosas "canhoieiras de Cherburgo" compradas à França através de intermediários, violando o "embargo" então existente.

PANORAMA TRICONTINENTAL

sob a égide dos EUA, não

Posteriormente o óxido de urânio foi processado no complexo nuclear de Diamona e serviu para a construção dos artefactos que já estavam prontos muito antes das repetidas declarações, quer de Golda

Meir, quer de Isaac Rabin, de que o país "nunca seria o primeiro a introduzir armas nucleares no Médio Oriente".

A posse destas armas nucleares bem como a sua enorme potência militar convencional construída

impede o estado sionista de continuar a clamar, aos quatro ventos, supostas ameaças à sua existência e a pretender que os territórios árabes ocupados são indispensáveis para a sua defesa...

França

mercenários para a Rodésia

O semanário francês "*Le Nouvel Observateur*", do dia 3/7 apresenta uma entrevista com um anónimo francês, recolhida pelo conhecido jornalista René Backman. A mesma confirma várias denúncias já feitas anteriormente sobre a íntima ligação do mercenarismo com os serviços secretos e com os grupos de choque dos partidos da direita francesa, bem como a perfeita coordenação entre as intervenções oficiais e as intervenções clandestinas da França de Giscard na África.

O anónimo mercenário acabou de voltar da Rodésia onde servira num destacamento de franceses integrados no exército de Ian Smith e participara de várias operações junto à fronteira moçambicana.

Além de revelar a existência e explicar o funcionamento dos rápidos canais que lhe permitiram arranjar este "emprego" — escritórios montados funcionando abertamente em Paris e outras cidades, anúncios no *France-Soir*, etc... — o entrevistado fez uma série de gravíssimas revelações, algumas coincidentes com outras informações já conhecidas, outras inéditas, sobre o mercenarismo francês. Entre elas:

— Integrada no 1.º Regimento de Infantaria Ligeira (1st RL1) rodesiano existe uma companhia formada exclusivamente por mercenários franceses. A unidade é comandada pelos majores Laviola e L'Assomption, o primeiro um veterano do 2.º REP — a unidade que entreviu no Shaba — e o se-



gundo um ex-oficial pára-quedista da unidade especial à disposição do SDECE, (a CIA francesa) — o 11ème Choc. O próprio entrevistado serviu nas fileiras do 6.º Regimento de Pára-quedistas da Marinha (6ème RIMPA) que actua no Tchade. Dezenas de outros mercenários da companhia lutaram anteriormente em Angola. Outros participaram na aventura fracassada de Bénin e outros ainda faziam parte da guarda pessoal do presidente Bongo, do Gabão.

— Além dos veteranos

das unidades de pára-que-
distas-legionários e de fuzi-
leiros navais, profissionais
do exército francês, exis-
tem alguns mercenários ci-
vís membros da organiza-
ção fascista Front National
que previamente haviam
combatido ao lado dos fa-
langistas no Líbano.

— Do mesmo regimento
rodesiano fazem parte mer-
cenários de outras naciona-
lidades: norte-americanos,
veteranos do Vietnam; in-
gleses; australianos e neozel-

landeses. Existe um impor-
tante contingente de portu-
gueses os quais, segundo o
entrevistado, são bastante
discriminados pelos outros.

— Actualmente no mer-
cado de mercenários recruta-
se gente para a UNITA —
existe uma delegação
desta organização funcio-
nando para tais fins no ho-
tel Ambassador de Salisbu-
ria — para o Zaire e encon-
tra-se em preparação uma
operação semelhante à rea-
lizada nas Comores, contra

o governo das ilhas Sey-
chelles.

— Na França os canais de
captação de mercenários
são muitas vezes os mes-
mos que contratam gorilas
para o “serviço de ordem”
dos partidos da maioria go-
vernamental. Vários merce-
nários actualmente opera-
cionais na África, quando
em descanso na França,
trabalharam na “seguran-
ça” dos partidos de Giscard
e Chirac, durante a cam-
panha eleitoral. ●

Sudoeste Asiático

o lamentável conflito

Actualmente não existe
maior motivo de satisfação
para o imperialismo do que
o triste contencioso que
opõe a República Socialista
do Vietnam à China e ao
seu protegido, o Cambodja.
Tanto que faz o possível e
imaginável para deitar mais
“lenha na fogueira”. Em
fins de Junho, por exem-
plo, a *Voz da América* emi-
tia para o mundo notícias
alarmistas de uma suposta
invasão do Cambodja por
várias divisões blindadas
vietnamitas que estariam
“quase a alcançar Phnom
Phenh”.

Logo a notícia se revelou

totalmente falsa e inventa-
da tendo tanto os vietna-
mistas como os cambodja-
nos desmentido a existên-
cia da “ofensiva final”.

Isto evidentemente não
anula a dolorosa realidade
de que há choques fronte-
reiros constantes a lamentar
e de que se criou um clima
de guerra latente entre os
dois países, até há pouco
tempo aliados.

O conflito provocado em
parte por velhos problemas
de demarcação de fronte-
iras mas que deve muito da
sua gravidade a uma série
de massacres perpetrados
pelo exército cambodjano

contra aldeias civis vietna-
mitas — conforme puderam
comprová-lo observadores
ocidentais isentos — agora
complica-se, mais ainda,
com o contencioso sino-
vietnamita.

À China que no passado
teve uma política de solida-
riedade com o Vietnam, ca-
be a grave responsabilidade
de ter estimulado e apoiado
a política aventureirista
dos cambodjanos. Ao invés
de jogar como um factor
de moderação ou mesmo
mediação passou a concen-
trar tropas na sua fronteira
com o Vietnam e fez o pos-
sível e o impossível para
trazer, para dentro do su-
doeste asiático, da sua con-
frontação obsessiva com a
URSS numa política ulti-
matista e chantagista que

PANORAMA TRICONTINENTAL

não soube respeitar os tradicionais e bem conhecidos esforços de equidistância, que aliás faziam parte destacada das últimas vontades de Ho Chi Minh, expressas no seu testamento.

Cada vez mais pressionado pelos processos de intenção de Pequim, exasperados pelas constantes aventuras sangrentas das forças cambodjnas nas zonas fronteiriças e pela recusa de Phenom Phenh em negociar numa base realista, os vietnamitas terminaram por endurecer as suas posições e tomar efectivamente uma posição mais próxima da União Soviética.

A expulsão da minoria nacional chinesa do Vietnam só pode ser compreendida dentro desta situação dramática. No caso daqueles que eram capitalistas ou grandes comerciantes, dificilmente a China poderia seriamente pretender que deveriam ter no Vietnam o direito a propriedade de meios de produção ou circulação que lhes seria vedado na própria China.

No entanto é verdade também que nem só os capitalistas e comerciantes sofreram com as sanções e é possível que se tenham registado injustiças contra uma massa de residentes chineses, expulsa do país ou impedida de trabalhar em certos ramos. Estas me-

didadas se não justificáveis são explicáveis pelo temor vigente no Vietnam em relação ao papel que poderia jogar, no seu interior, uma forte colónia chinesa sentimentalmente ligada ao seu país de origem no caso de um agravamento ainda maior das relações com Pequim.

A represália chinesa, a retirada de todos os técnicos e o cessar de toda a assistência à reconstrução só contribuem para alargar, mais ainda, o fosso. Constitue, curiosamente, uma réplica perfeita da medida tomada por Nikita Krushchev contra a China, em meados da década de 60, que esteve na origem de toda a exacerbação do conflito sino-soviético. A China que na época se considerava vítima de uma medida "social-imperialista" agora

faz a mesma coisa com o Vietnam.

Tudo isso, naturalmente, no contexto de uma política internacional de aliança com as forças mais reaccionárias e obscurantistas do Mundo desde que se opõem à URSS. Esta obtusa obsessão, muito tem custado aos povos africanos e do Terceiro Mundo em geral. Eles não se interessam, absolutamente, pelas querelas das duas potências socialistas ou seus problemas internos e sim, com aquele pragmatismo de quem luta pela vida, querem saber quem os apoia e quem apoia os seus inimigos imperialistas e fascistas. A China ao escolher Mobutu, Sadat, Strauss, Giscard e outros inimigos do Terceiro Mundo define o seu campo.

Brasil — I

A Frente pela Redemocratização

A Frente Nacional pela Redemocratização, após muitas semanas de articulação, foi finalmente lançada oficialmente a 30 de Junho em São Paulo, num acto que reuniu cerca de três mil pessoas, que se aperta-

ram nos recintos da Assembleia Legislativa paulista, já que o governo não permitiu que a reunião se realizasse em local aberto. O regime impôs ainda uma restrição maior: proibiu todas as emissoras de rádio e de

televisão brasileiras de transmitir não só o acontecimento, como também as entrevistas concedidas pelo general Euler Bentes Monteiro e por senadores e deputados que participaram do lançamento da Frente.

A Frente pela Redemocratização formaliza a ampliação da oposição democrática ao regime. Ao MDB — Movimento Democrático Brasileiro, único partidopositor legalmente permitido — somam-se agora várias figuras dissidentes do próprio partido governamental, a Arena, entre eles o senador Magalhães Pinto, que chegou a postular a sua candidatura à Presidência da República, o senador Teotônio Vilela e o ex-ministro Severo Gomes que lidera sectores do empresariado. Além dos dissidentes, o factor novo talvez mais importante é a presença, na liderança da Frente e como provável candidato da oposição à presidência, do general da reserva Euler Bentes Monteiro, que goza de grande prestígio entre militares e passa a ter uma grande popularidade ao tomar posição pela redemocratização.

Contra essa maré oposicionista, o governo de Geisel, que tentou retomar a iniciativa política anunciando as reformas liberalizantes que passarão a vigorar em Janeiro do ano pró-



O general Euler Bentes Monteiro, provável candidato do MDB à presidência

ximo, opôs agora uma medida discriminatória: uma ordem governamental proíbe todas as emissoras de rádio e TV de divulgarem quaisquer reuniões da Frente pela Redemocratização, numa medida que demonstra fraqueza e temor pelo crescimento da oposição e que pode também ser o primeiro passo para decretar a ilegalidade da Frente. Já várias personalidades do regime, entre elas o general Golbery do Couto e Silva, principal conselheiro político de Geisel, declararam considerar ilegal esta frente de oposição, uma vez que apenas dois partidos — a Arena e o MDB — são reconhecidos legalmente.

Enquanto o candidato governamental à Presidência, o general João Baptista Figueiredo, tem acesso a todos os meios de comuni-

cação social, a Frente pela Redemocratização vê-se assim restrita aos meios impressos. Todas as dificuldades são impostas à oposição que, mesmo em eleições manipuladas por medidas como estas, demonstrou poder alcançar a maioria dos votos do país. O general Euler, abertamente apoiado por um influente general da activa, até recentemente chefe da Casa Militar da Presidência, general Hugo de Abreu, pode representar uma perigosa fissura no esquema militar do regime.

O regime brasileiro tomou e continua a tomar várias medidas preventivas para assegurar a passagem do poder ao "herdeiro", general Figueiredo, e para não perder o controlo da reinstitucionalização do país após quatorze anos de regime de excepção. As re-

formas políticas recentemente anunciadas são consideradas insatisfatórias pela oposição, aproximam-se as eleições legislativas de Novembro que poderão dar uma esmagadora vitória ao MDB, as dissidências no partido governamental põem em perigo até mesmo a eleição do general Figueiredo por um Colégio Eleitoral até há pouco inteiramente controlado pelo regime. Essa possibilidade, impensável há tempos, mostrou-se viável em São Paulo, onde o candidato a governador indicado pelo poder central não foi ratificado pela convenção estadual do partido.

Os próximos meses serão de grandes disputas e movimentações políticas no Brasil, e poderão decidir da continuidade ou não do actual regime. O general Euler que pode consolidar-se como figura política nacional, apresenta-se como um democrata e um nacionalista. Criticando a dependência externa da economia brasileira e as disparidades socio-económicas entre as regiões e entre os sectores da população, o general, em recentes declarações, disse ser *"absolutamente favorável à livre iniciativa"*. No discurso de lançamento da Frete de Redemocratização, declarou: *"A Nação, como um todo, precisa ser chamada a falar e decidir livremente o seu destino. A*

assumir uma responsabilidade solidária pelos acertos e desacertos das suas opções. A responsabilizar-se pelas instituições políticas, económicas, sociais e culturais que seja capaz de criar, desenvolver e consolidar, ela própria".

Qualquer que seja o desenlace dessa crise política, o mais importante é o ressurgimento das forças po-

pulares como factor importante na vida política do país. Já não é possível ao regime mudar as regras do jogo ao seu belo prazer e impunemente. Já se fala na reorganização de um ou dois partidos populares, e as greves em São Paulo demonstraram que os trabalhadores estão organizados e prontos a se manifestarem.

Zaire

«OTRAG» vai lançar novo míssil

O quarto ensaio experimental de um míssil a partir do polígono da "OTRAG" no Zaire terá lugar em Setembro-Outubro próximos, segundo declarou Lutz Kayser, director-geral desta sociedade oeste-alemã à "France Press".

O director-geral revelou ainda que a "OTRAG" está a efectuar negociações com o Brasil, Indonésia e outros seis países que não citou, com vista a neles instalar eventualmente campos de lançamento de substituição, caso a situação no Zaire se degrade.

Os foguetões lançados pela "OTRAG" podem transportar ogivas nucleares. Por trás desta sociedade encontra-se a "Messerschmitt-Belkows-Blohm" da RFA e a "Tomphson CSF" francesa, o que viola os acordos internacionais que proibem a Alemanha Federal de fabricar mísseis estratégicos.

Foi anunciada, entretanto, a chegada de uma delegação militar chinesa, chefiada pelo adjunto do chefe do Estado-Maior, Chi Hao-Tiam, a Kinshasa, onde vai realizar conversações com representantes de Mobutu sobre o fornecimento de equipamentos militares, nomeadamente blindados e barcos-patrolha.

Interrogados pelos jornalistas à chegada à capital zairensa, Chi Hao-Tiam declarou que a China apoia

sem reservas a intervenção armada da NATO no Zaire e qualificou de "vitória brilhante" o massacre sangrento perpetrado contra os autores da insurreição do Shaba.

Por outro lado, o secretário-geral do Partido Africano da Independência do Senegal, S. Sissoko, declarou numa entrevista que a política da China em África consiste em apoiar os re-

gimes e os grupos mais reacçãoários. "Testemunha-o claramente a sua atitude face aos acontecimentos do Shaba", acrescentou.

Também o jornal finlandês *Kansan Uutiset* criticou a actual direcção chinesa pela sua política de aproximação à NATO, que faz com que a China seja, cada vez com maior frequência, chamada de "novo mem-

bro da NATO".

Por sua vez o jornal americano *New York Times* sublinha a semelhança de estratégias da China e dos EUA, não só no Zaire, mas em relação a outros países africanos, nomeadamente a Rodésia, onde os dirigentes de Pequim estão prontos a colaborar com Washington.

assine cadernos do
terceiro
mundo

PORTUGAL

Anual (12 números) ... 380\$00

Semestral (6 números) . 220\$00

ESTRANGEIRO

Anual (12 números) POR VIA
AÉREA

Angola, Moçambique, Cabo
Verde, Guiné e São Tomé
e Príncipe — 14 dólares USA
ou 600\$00

RESTANTES PAÍSES: 17 dólares
USA.

**ENVIE UM CHEQUE (ou
Vale do Correio) PARA**

Tricontinental Editora, Lda.
R. Pinheiro Chagas, 41-2.º, Dto.
LISBOA-1 PORTUGAL



Portugal

Novas relações com Angola

O encontro dos presidentes de Portugal, general Ramalho Eanes, e de Angola, doutor Agostinho Neto, teve um êxito reconhecido por todos e abriu novas perspectivas para o estabelecimento de melhores relações entre os dois países. O encontro, auspiciado pela mediação de Luis Cabral, presidente da Guiné-Bissau, teve lugar nos dias 24, 25 e 26 de Junho em Bissau e resultou na assinatura de um Acordo Geral de Cooperação e de um comunicado conjunto.

O Acordo, com a duração de três anos, renovável automaticamente a cada ano, prevê a criação de "uma comissão mista permanente de cooperação, composta de membros nomeados pelos dois governos, que reunirá pelo menos uma vez por ano para apreciar o desenvolvimento da cooperação". As áreas cultural, científica, técnica e económica são abrangidas pelo Acordo Geral, que estabelece para o futuro a conclusão de acordos restritos aos domínios comercial, cultural, sobre matéria consular e diplomática e

sobre transportes marítimos e aéreos.

O comunicado conjunto, divulgado no encerramento da cimeira, dá a conhecer que "as delegações decidiram promover o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os vários países de expressão portuguesa, afirmando a disposição de não permitir actos de hostilidade contra qualquer das partes e desenvolver esforços para a difusão da língua portuguesa nos organismos internacionais". Aceites os convites recíprocos, ficou acordado que, em datas a serem fixadas, o general Eanes visitará Angola e o doutor Agostinho Neto fará uma visita oficial a Portugal.

Foi também decidido que os dois governos cooperarão no repatriamento dos nacionais angolanos que estão em Portugal, ponto do acordo cuja importância foi ressaltada pelo presidente da República Popular de Angola e do MPLA-Partido do Trabalho, nas suas intervenções ainda em Bissau e na comunicação ao povo do seu país quando do seu regresso a Luanda. Nesta comunicação, o doutor Agostinho Neto considerou os acordos de Bissau "uma vitória dos Povos Angolano e Português" e declarou que "não se deve nem se pode excluir da possibilidade de regresso a nenhum angolano, por virtude do seu passado" todos "têm o direito de regressar ao seu País, se o desejarem, submetendo-se às leis que regem o nosso Estado".

Estados Unidos — I

A luta dos Índios

Os primeiros participantes da marcha dos índios sobre Washington, que começou em 15 de Fevereiro último, em São Francisco, chegaram em fins de Junho à capital americana, depois

de terem percorrido mais de 4 500 quilómetros, para protestarem contra a política oficial do governo, atentatória dos direitos da população autóctone da América.

Em declarações feitas à imprensa, quando da chegada, dois dos seus organizadores, Lila Bard e José Barreiro, afirmaram que o fim da marcha era chamar mais uma vez a atenção da opinião pública sobre a situação deplorável em que se encontram os índios, e exigir do Congresso e do governo o respeito pelos seus direitos legítimos e a restituição das terras confiscadas.

Com efeito, as autoridades americanas têm reforçado a sua ofensiva sobre os direitos dos índios, sob pressão dos grandes monopólios fundiários de tratamento de madeiras e petrolíferos que, como no passado, se querem apoderar dos recursos situados nos territórios das reservas índias. O Congresso foi mesmo encarregado de apreciar um projecto que significa a anulação de todos os acordos encluídos com os índios.

O movimento de protesto dos índios contra a opressão da sua cultura nacional e do seu modo de vida, tem, nos últimos anos, como sublinharam os promotores da marcha, conhecido um rápido desenvolvimento.

Outros dos objectivos da marcha, foi exigir a libertação dos dirigentes índios presos por motivos políticos no decurso de outras acções anteriores. Os dois



organizadores da marcha acusaram a administração americana de "hipocrisia" por se "preocupar" com as violações dos direitos do homem nos outros países(!) e "não mexer um dedo para restabelecer a justiça em relação ao povo índio privado dos seus direitos elementares".

A marcha decorreu em condições muito difíceis, porque os seus participantes foram perseguidos pela polícia e por agentes do FBI. O grupo principal da marcha acampou em Pittsburg, onde esperou a chegada de mais gente. A marcha teve fim a 15 de Junho, com uma manifestação.

Estados Unidos — II

Um jogo diferente

O capitalismo, no seu processo da "lavagem cerebral", criou e difundiu por todo o Mundo, o jogo universalmente conhecido como "Monopólio" (*Monopoly*). Este jogo nada mais é que a prática a título de divertimento, e onde as perdas e ganhos são evidentemente fictícios, das regras de um capitalismo selvagem sem muitas complicações, onde a lei deter-

PANORAMA TRICONTINENTAL

minante é o apossar-se das "propriedades" dos demais parceiros, previamente sorteadas e distribuídas.

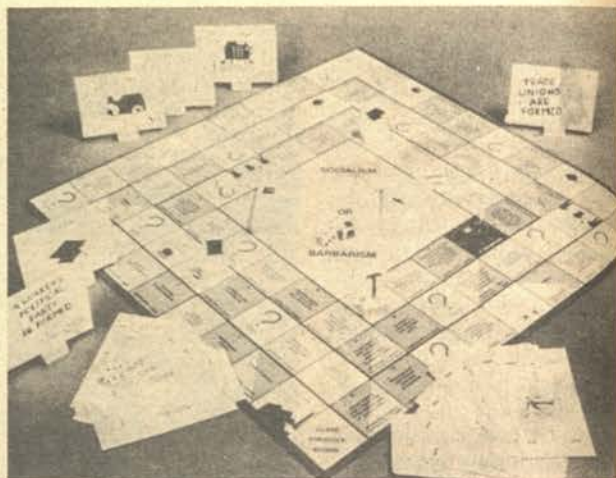
Foi e é um jogo popularizado na classe média dos países ocidentais, e não raro uma família típica de países capitalistas passa alegres noitadas afim de que se conclua quem ficou milionário, e quem, ao contrário, ficou irremediavelmente na miséria.

Trata-se simplesmente, através de um "inocente" jogo, de habituarem, e principalmente, os jovens e adolescentes "às regras do jogo" da vida e da sociedade. Sociedade de consumo, é claro.

Para se contrapor ao "Monopólio", o professor norte-americano Bertell Ollman, que se considera marxista, inventou o "*Luta de Classes*", onde se enfrentam, os trabalhadores de um lado, e os capitalistas do outro.

Ollman, depois de dizer que o "Monopólio", como outros jogos do género "exaltam a competição individual e apresentam um quadro distorcido sobre como funciona a sociedade", acredita ter criado "o primeiro jogo a apresentar o quadro verdadeiro de como o capitalismo de facto funciona e de como ficar do lado dos trabalhadores".

Várias empresas se recusaram a produzir o jogo de Ollman, como seria de se esperar.



O governador do estado de Maryland, onde Ollman reside, está a tentar anular a sua recente nomeação para Director do Departamento de Ciências Políticas

da Universidade de Maryland.

A opção final do jogo é: "Socialismo, ou Barbarismo."

África do Sul

Os serviços secretos do apartheid

O Bureau for State Security (BOSS) da África do Sul foi criado em Outubro de 1968. Até essa data um departamento especial da polícia encarregava-se de proteger a segurança do Estado, ou seja, reprimir as forças patrióticas. A ascensão do movimento de libertação na África do Sul obrigou as autoridades racistas

a reforçarem o aparelho repressivo.

O BOSS é dirigido pelo general Hendrik Van den Bergh, amigo íntimo e conselheiro para as questões de segurança do primeiro-ministro John Vorster, com o qual foi preso por actividades pró-nazis durante a Segunda Guerra Mundial, quando o país era governa-

do pelos partidários da Inglaterra. Van den Bergh pertence actualmente à organização secreta nazi "Broederbond", que influencia a política do governo. Em muitas fotografias de cerimónias oficiais vê-se o general à direita do primeiro-ministro.

O BOSS foi colocado em condições especiais. Uma emenda à lei de segurança do Estado proibiu a publicação ou participação a estranhos de informações sobre o BOSS e seus agentes. Nenhum organismo no poder executivo ou legislativo pode fiscalizá-lo.

As despesas do BOSS crescem à medida que se alarga a sua actividade e influência no país. Segundo dados da imprensa sul-africana, o seu orçamento foi de 12,5 milhões de rands no ano financeiro de 1974-75. Tudo indica que o volume de despesas tem aumentado bastante desde essa data.

A polícia política de Vorster dirige os seus principais golpes contra o Congresso Nacional Africano, organização veterana do movimento de libertação criado em 1912, o Partido Comunista e todos os demais grupos e pessoas que se opõem ao regime do apartheid.

Os dados sobre a repressão na África do Sul permitem avaliar o tipo de actividade desenvolvida pelo BOSS. Nas cadeias do apar-



theid permanecem mais de 100 mil presos políticos, entre os quais membros da direcção e militantes do ANC, do Congresso dos Sindicatos sul-africanos, da

Convenção do Povo Negro e da Organização dos Estudantes sul-africanos. Nos últimos anos mais de 100 presos políticos foram mortos pela tortura. ●

Brasil — II

A repressão continua

Apesar de todas as aberturas "graduais" prometidas pelo general Geisel, o "relacionamento" entre policiais e estudantes parece continuar na mesma.

No passado dia 31 de Maio, a Polícia Militar da Bahia dissolveu uma passeata de estudantes com a utilização de quase todos os meios disponíveis para o caso, isto é, bombas de gás lacrimogénio, metralhadoras e cassetetes.

O facto deu-se na capital do estado, Salvador, quando os estudantes da Universidade Federal da Bahia, em greve há vários dias reivindicavam melhorias nas condições de ensino.

Desta vez porém, e isto depois de aproximadamente dez anos, os estudantes não aceitaram passivamente as agressões. Munidos de pedaços de pau e pedras arrancadas do calçamento das ruas, os estudantes reagiram.

O secretário da segurança pública da Bahia, coronel Artur de Carvalho, ao ser contestado pela violência empregada, teve uma lacó-

nica resposta: "Para impedir uma passeata, todos os meios são válidos!".

Enquanto tais factos se passavam nas ruas, os meios jurídicos e políticos da Bahia também eram agitados por outro acontecimento de peso. O funcionário da Petrobrás Milton Coelho de Carvalho, acusado de tentar reorganizar o

Partido Comunista Brasileiro no estado e detido em Fevereiro de 1976, pôde finalmente falar das torturas pelas quais passou. Afogamentos, fractura de várias costelas, choques eléctricos por todo o corpo e, finalmente, lesões na cabeça que o deixaram irremediavelmente cego, foram algumas das "sessões" pelas quais Milton teve que passar.

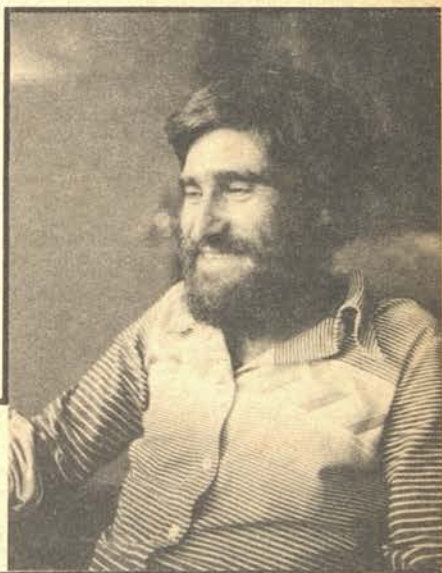
Depois de cego, Milton foi aposentado da Petrobrás, e o general Araken de Oliveira presidente da empresa, deu-lhe um diploma pelos dez anos de bons serviços prestados à Petrobrás.



CULTURA

ANGOLA

O conhecido escritor angolano fala da cultura e da educação no seu país. Explica como está a ser travada a batalha da alfabetização e a formação de novos professores.



a batalha da educação

ARTUR Pestana, incorporou-se ao MPLA no exterior, quando ainda fazia seus estudos superiores de Sociologia em Argel. Atendendo às necessidades da luta, regressou ao país. Durante a Guerra de Libertação Nacional contra o colonialismo português, lutou na Frente de Cabinda e na Frente Leste. Foi um elemento activo durante a luta contra a invasão sul-africana e contra os movimentos fantoches pró-impérialistas, a UNITA e a FNLA.

Pepetela é também um dos melhores escritores angolanos. Uma das suas obras "*As Aventuras de N'Gunga*", escrita no tempo do maquis, publicada pela primeira vez no *Centro A. N'Gangula* em 1974, com um estilo simples e directo, deixa antever que a sua actividade intelectual revolucionária terá ainda muito o que dizer às futuras gerações.

O jovem revolucionário, magro, com uma barba austera já um pouco esbranqueada, de voz calma e segura, que conversou connosco, assume hoje as funções de vice-ministro da Educação por necessidade da Revolução Angolana, e cumpre-as

entrevista de Altair Campos

com a mesma dedicação que o fez um educador guerrilheiro admirado por seus camaradas e queridos por seus alunos, nas diferentes fases de luta em Angola.

— Quais eram as estruturas do ensino nos termos do colonialismo?

— O ensino colonial em Angola seguia o modelo do ensino em Portugal, e como muitas vezes já dissemos, este ensino em Portugal era um ensino atrasado, de um país subdesenvolvido da Europa. Aqui em Angola tinha ainda a agravante de ser um ensino estrangeiro, de ser um país com outros problemas que não Portugal. Era um ensino atrasado, subdesenvolvido e completamente fora da realidade nacional. Além disso, a implantação escolar feita pelo colonialismo beneficiava apenas o colonialismo. Começou pelas cidades aonde estavam os colonos, e depois a nível do ensino primário, desenvolveu-se mais no campo, através de certas missões religiosas ca-

tólicas ou protestantes. Mas o ensino secundário continuou a ser na cidade, para beneficiar apenas os filhos da burguesia colonial, e para a criação de uma pequena burguesia angolana favorável ao colonialismo. E assim é que nós encontramos um ensino totalmente virado para a Europa, onde não se ensinava nada, absolutamente nada de Angola, em que se omitia completamente toda a História do País, toda a Geografia, toda a Literatura, exactamente para evitar a criação de um espírito nacionalista nos angolanos. Havia uma separação a nível do ensino secundário, uma separação entre o liceal, o comercial e o industrial, que correspondia a uma separação voluntária de classe.

— O liceu era só para os filhos dos colonos?

— O ensino liceal era de facto para os filhos da burguesia poderem aceder à Universidade, e o outro ensino era para as outras classes, quer nacionais, quer coloniais, já com certa possibilidade de pôr os filhos na escola. Via-se claramente uma divisão de classes no ensino assim como, de uma forma mais subtil, havia a distinção entre as escolas da cidade, do asfalto, onde vivia a burguesia colonial, e as outras escolas, ou o que se chamavam, as escolas do campo com monitores escolares. A medida em que se afastavam do centro das decisões políticas, as escolas tinham uma qualidade cada vez mais inferior.

— E os professores?

— Os bons professores ficavam na cidade, os professores do magistério primário. Havia uma categoria intermédia, que era para as pequenas cidades e as aldeias mais importantes, que eram os professores de posto, de postos escolares e os monitores escolares, praticamente sem nenhuma qualificação. Iam ensinar aos filhos dos camponeses.

— Quantos alunos havia?

— A nível de ensino superior havia cerca de 4000 alunos na Universidade de Angola. Só duzentos angolanos. Três mil e oitocentos eram portugueses. Havia uma selecção extraordinária desde a base, que impossibilitava os angolanos do acesso ao ensino superior. Era uma prática vulgar do colonialismo, de um colonialismo subdesenvolvido, que nem sequer tinha a capacidade de preparar as condições para o neocolonialismo, e portanto, para a formação de uma elite africana que poderia depois

mais tarde defender o neocolonialismo. Creio que isso nos facilita bastante a tarefa.

— Isso a nível universitário. E o resto?

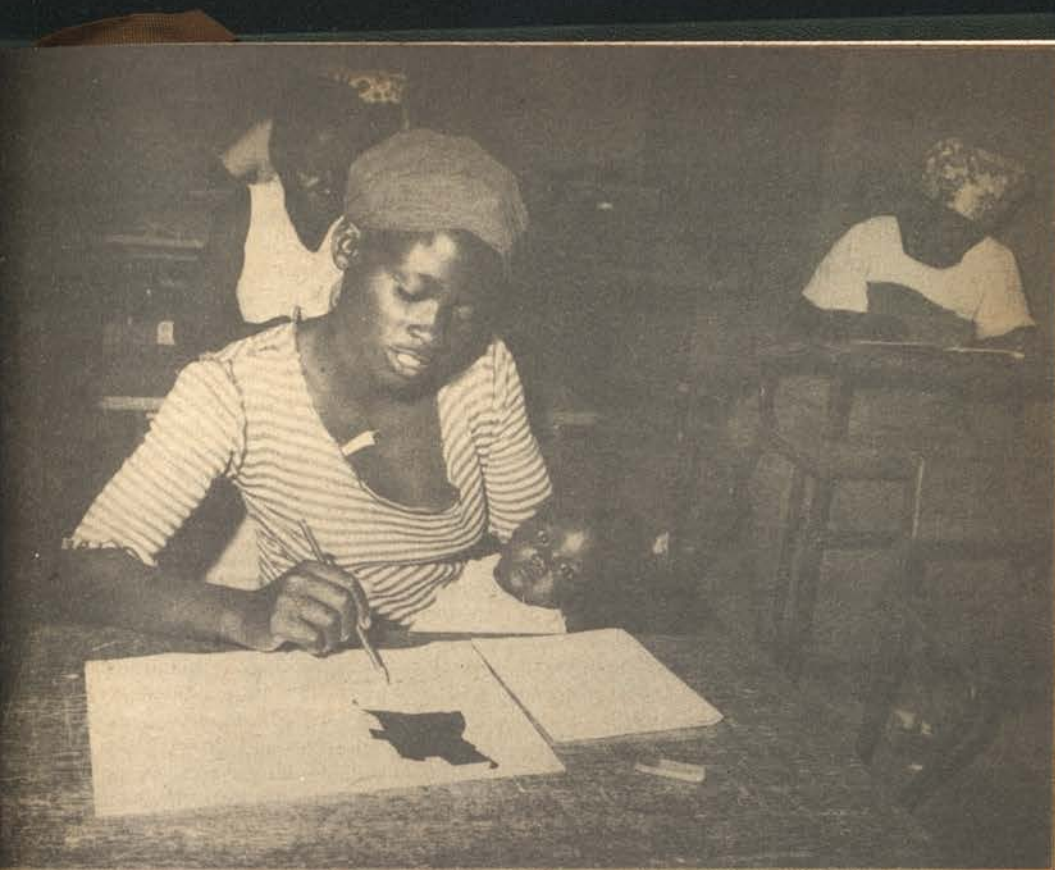
— O maior número do ensino nacional foi atingido em 1973, com pouco mais de 500 000 alunos matriculados, sendo 73 000 no ensino secundário e 4000 no ensino superior. Estes foram os dados maiores de todo o tempo colonial.

— Com um governo de transição, permanentemente em estado de guerra, quando é que em Angola foi realmente seguido um programa de educação?

— É somente a partir do segundo ano da independência que de facto se conseguiu pegar melhor no programa da educação, que começou-se a estudá-lo mais a sério, a fazer um trabalho de fundo. É assim que no ano de 1977, no último ano escolar, já conseguimos ter dados estatísticos, coisa que não tinha sido possível anteriormente. E registamos uma explosão extraordinária, porque de 500 e poucos mil, o ensino primário passou-se a um milhão e 26 mil alunos, quer dizer o dobro, o dobro do último ano do período colonial. O ensino secundário passou-se de 72 000 para 105 000 alunos. Evidentemente no ensino universitário atingiram-se os mil e cem alunos, só que com uma diferença: são mil e cem angolanos. Conseguiu-se alfabetizar no ano de 77 mais de 100 000 camaradas, e até Abril deste ano já alfabetizámos 120 000 camaradas. Enterrou-se definitivamente o regime colonial, e se tenta criar qualquer coisa de novo, adaptada à nossa realidade nacional.

— Como está organizado o ensino em Angola?

— A partir do primeiro Congresso foi criado o ensino de base de oito classes. Oito classes depois de uma classe de iniciação, tendo-se em atenção sobretudo o factor da língua no ensino, na medida em que uma boa parte das crianças que entram para a escola não sabem o português, que é a língua do ensino e a língua veicular. Há que fazer um ano de aprendizagem mínima dessa língua, e ao mesmo tempo, a socialização da criança na escola. Depois há o ensino de base de 8 classes, que engloba o antigo ensino primário e metade do ensino secundário anterior. Ensino de base de classes dividido em três níveis: o primeiro nível até à quarta classe, o segundo nível até à sexta classe, e o terceiro



nível até à oitava classe. A ligação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, a preocupação com a produção e o respeito pelas classes sociais que trabalham, essa ligação à produção permitirá também a uma orientação dos alunos para as futuras profissões que escolherem. Depois do ensino de base vem o ensino médio, de 4 anos mais ou menos, dependendo das possibilidades em que os alunos têm os conhecimentos científicos gerais necessários para poderem ascender ao ensino superior, ao mesmo tempo que se forma numa especialização profissional, forma-se um técnico médio.

— Quer dizer que, se eu bem percebi, um estudante que pretenda fazer Medicina, está encaminhado para a Medicina, mas já nessa fase estaria especializado tecnicamente em enfermagem?

— Exacto. Técnico médio de enfermagem, de saúde pública, de analista químico ligado à Medicina, etc. Entretanto, nós pensamos que no futuro, a médio prazo, o estudante universitário só virá dos Institutos Médios. Ninguém chegará à Universidade sem ter já uma profissão e uma prática na profissão. Eliminamos a tal diferen-

ciação entre uns que fazem só estudos de cultura geral para ascender à Universidade, e que só na Universidade é que vão adquirir uma profissão.

— Acabar o elitismo...

— Superar o tal elitismo e possibilitar a outros que não fiquem sempre limitados à actividade prática.

— Mas nem todos aqueles que terminarem o ensino médio poderão ter acesso à Universidade. Como será feita essa selecção?

— Haverá critérios para a entrada na Universidade e esses critérios são de ordem de trabalho. A partir da décima classe, onde o aluno já tem um mínimo de conhecimentos profissionais adquiridos nesses dois anos de ensino médio, a escola planificará a actividade do aluno fora dela, isto é, numa fábrica, numa repartição, numa escola, numa fazenda agrícola, etc. A escola planificará, e a avaliação final do aluno será feita com base no seu aproveitamento na escola e no conhecimento teórico, e na maneira como se ligou à produção. E aí será o organismo do Partido na fábrica ou na fazenda agrícola onde o aluno trabalhou, o organismo sindical e o co-



Pepetela explica a necessidade de dinamizar a alfabetização e a educação de adultos

lectivo de trabalhadores que avaliarão o interesse mostrado pelo aluno nessa profissão, a sua disciplina, a sua ligação com os outros trabalhadores em relações criadas no trabalho, etc. Serão estabelecidos critérios também em função da origem de classes, e o último critério, o Plano Nacional, dará os elementos de distribuição pelos sectores prioritários do ensino superior. Em função desses três critérios, desses três grandes critérios, o aluno é aceite no ensino superior ou não é aceite, e no ensino superior ele continuará ligado à profissão.

— Como foi dito, isto é para resultados a médio prazo. E para soluções mais imediatas?

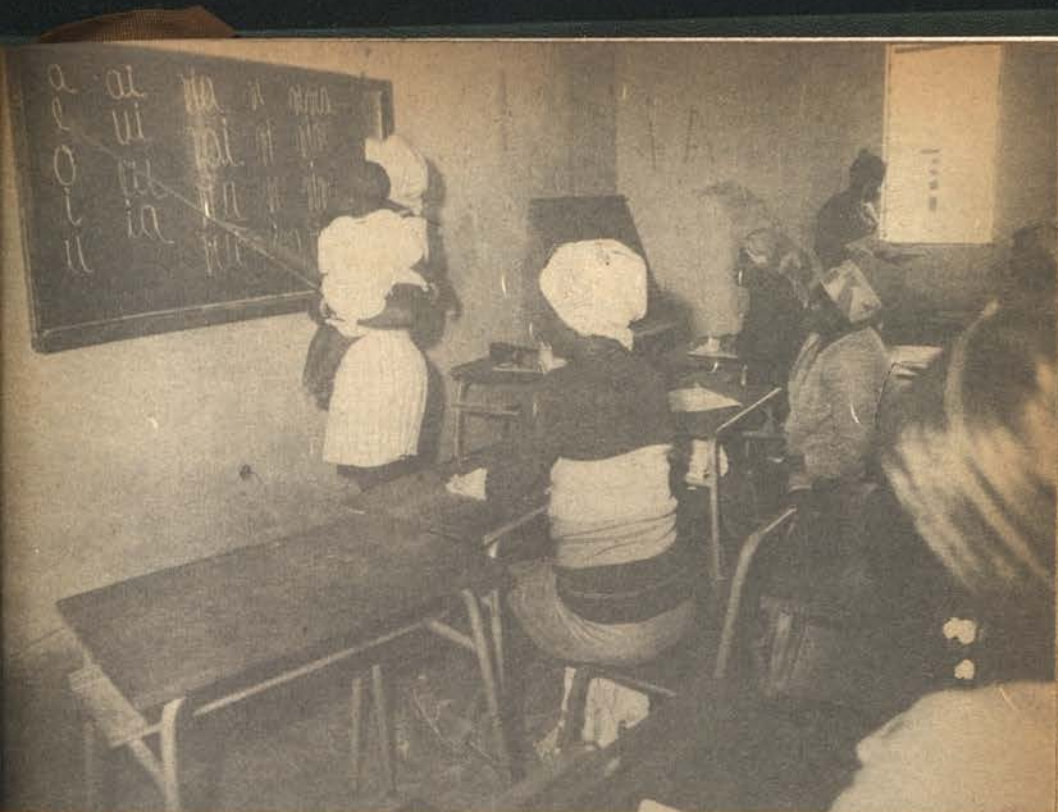
— A par dessa estrutura que nós chamamos Estrutura Regular de Formação de Quadros, há o que nós chamamos a Estrutura de Formação de Adultos, que foi iniciada no ano passado com a primeira etapa da Batalha da Alfabetização. O adulto tem uma outra vivência, tem uma outra realidade social, tem uma outra experiência, tem outros interesses, tem outra compreensão das coisas, e não pode ter o mesmo currículo, o mesmo programa que o para as crianças. Nós queremos que ao fim de doze semestres, que em seis anos, o adulto atinja em linhas gerais o mesmo nível científico de conhecimentos cultural correspondente a 8 anos. Tem de ter uma formação ligada a seu interesse profissional.

— Isso não exige todo um aparelho montado, todo um apoio técnico?

— Sim, eu vou falar sobre isso ainda. Mas falta uma outra estrutura que eu ainda não abordei. As escolas provisórias nascem duma necessidade objectiva. É a realidade que existe em todo o continente africano. As crianças entram na escola a partir da idade de circuncisão, 11, 12, ou 13 anos, sobretudo nas zonas rurais. É extremamente difícil convencer um pai a pôr um filho na escola aos 6 anos de idade ou se se consegue, ele fica dois meses e depois volta para casa para ir pastar o rebanho, para ajudar na agricultura, etc. Nós vamos ter cada vez mais a escolaridade das crianças a partir dos 5 ou 6 anos de idade, mas que fazer àquela grande quantidade dos que têm 12, 13, 14 anos? Criamos então escolas provisórias, e este ano ainda vai ser só por experiência. Vão seguir o ciclo de estudos para adultos, por semestres mais intensivos, para que em cinco anos atinjam o nível da oitava classe. Ficam internos e ao mesmo tempo ganham uma profissão porque já têm idade para isso. Esta é a experiência que tivemos durante a libertação, das nossas escolas da mata, em que a escola estava integrada na vida da comunidade guerrilheira completamente. O aluno produzia a sua comida, o aluno tinha a sua arma e defendia a sua escola, o aluno fazia reconhecimentos militares para depois os guerrilheiros atacarem os quartéis, etc. O aluno era um elemento motor da revolução no campo.

— Agiam como dinamizadores...

— Nas cooperativas, nas lavras colectivas, eram os alunos os primeiros dinamizadores. Essas escolas, sobretudo viradas para a actividade agrária que nós vamos implantar, em fazendas abandonadas, missões católicas ou protestantes abandonadas com campos à volta, em que a primeira tarefa dos alunos vai ser construir a sua própria escola. A segunda tarefa será então dinamizar a produção conforme as directivas da produção. Eles vão aprender a Matemática, a Geografia, etc., as disciplinas de ordem cultural geral para que atinjam um nível de ensino de base, e ao mesmo tempo, durante uma parte do dia, são trabalhadores que trabalham já com uma preocupação económica. E os próprios é que vão gerir as fazendas para que se habituem a ser gestores de fazendas estas, de cooperativas, etc. Vão aprender coope-



rativismo, vão dinamizar as cooperativas e as associações de camponeses à volta da escola. Vão fazer alfabetização dos camponeses e vão fazer actividade cultural junto dos camponeses, etc. Nós vamos abrir quinze escolas desse género em treze províncias do país. Podíamos abrir mais, mas só abrimos quando tivermos a certeza absoluta de ter um corpo docente e um director realmente formados politicamente, capazes de ter compreendido esse processo, essa concepção de escola provisória, e portanto serem capazes de dinamizar toda a vida daquela comunidade onde a escola vai ser inserida.

— Eu fui a uma unidade de produção, em Oquete, a quinze quilómetros de Huambo, e havia lá por perto uma antiga fazenda de criação de gado abandonada. Seria isso, por exemplo?

— Isso seria por exemplo uma escola provisória. A maior que nós vamos ter neste ano é no Kwanza Sul, em que recolhemos cinco fazendas, cinco roças de café, e toda uma vila foi entregue à educação. A vila do Kató vai ser uma escola provisória, com cinco fazendas de café e duas de criação de gado.

— São directivas recentes do Ministério da Educação?

— Essas estruturas novas foram criadas pelo Primeiro Congresso do MPLA ao nível da educação, seguindo os princípios gerais que o Primeiro Congresso definiu que o ensino deve ser aberto para todo o povo. O Primeiro Congresso deu como missão ao Ministério da Educação até 1980 a escolarização de todas as crianças em idade escolar.

— E quanto ao material escolar, o aluno participa no seu pagamento?

— Todo o material é oferecido, é entregue ao aluno, o aluno não paga absolutamente nada, dos uniformes aos sapatos, aos livros, às canetas, etc. Esta é uma das vitórias da Revolução. O ensino é gratuito. E não só é gratuito, na sua parte mais pesada, que é o ensino de base no primeiro nível, que abrange nove décimos da população escolar.

— Voltando à questão dos quadros técnicos...

— Bem, criou-se uma estrutura particular para a formação de professores, a nível de Institutos Normais para os professores de ensino médio, e para o ensino de base, foram criados cursos acelerados de professores. Isto é importante, que haja um sistema nacional de superação para os pro-

fessores existentes. É preciso dizer que no ano passado funcionaram pouco menos de trinta mil professores para o que hoje nós chamamos ensino de base. Desses, 51 por cento só tinham quatro anos de escolaridade, e só 7 por cento tinham habilitações profissionais suficientes para serem professores. A partir de 1979, começará a funcionar o sistema da actual preparação, com o qual nós pretendemos melhorar a qualidade do ensino. Para o ano também, pensamos abrir um Instituto Superior de Ciências da Educação para a formação a nível superior de professores licenciados em Pedagogia, licenciados em Psicologia, nas diferentes didácticas, em Sociologia da Educação, em planificação escolar, etc. Isto porque precisamos de quadros superiores para estudar os problemas da educação e depois em toda a estrutura de formação o aperfeiçoamento dos professores.

— A tarefa não parece fácil...

— O Primeiro Congresso decidiu aprovar o esquema da reformulação do ensino, e coube ao Ministério da Educação a tarefa de o realizar na prática, no mais curto espaço de tempo possível. E o Ministério da Educação decidiu que o mais curto espaço de tempo possível era três meses depois do Congresso. Este ano já é o primeiro ano da reformulação. Fizemos um trabalho muito grande, e conseguimos reformular a iniciação à primeira, à quinta e à sétima classe. Nós pensamos que a educação tem que seguir as transformações da sociedade.

— E no que se refere ao material didáctico propriamente dito, isto é, aos livros, fontes de consulta, etc.?

— Nós adaptamos manuais de Portugal, aqueles que eram mais progressistas. Há um guia pedagógico para instruir os professores naquilo que devem ensinar e o que não devem ensinar, isto é, para fazer a ligação entre o manual e o programa. Nem sempre o manual segue o programa, mas à medida em que o trabalho avança, vamos realizando os outros manuais e adaptando os que não foram feitos por nós. E esse foi talvez o trabalho mais difícil a nível de Ministério, porque é um trabalho de concepção, de modificar todo o conteúdo do ensino.

— E quanto às escolas de formação de quadros?

— Abrimos agora cinco institutos normais, um Instituto Normal de Educação Física para a formação de professores de

Educação Física e Desporto Escolar, um Instituto Karl Marx de Planificação, Gestão, Administração e Finanças, um Instituto Politécnico aqui em Luanda, para a construção civil, electricidade e mecânica, um Instituto Politécnico em Huambo, também para electricidade e mecânica, um Instituto Politécnico em Benguela, e também, em Huambo, um Instituto Agrário.

— Há algum critério para a disseminação dos diversos institutos pelo país? Como, por exemplo, haver um Instituto Agrário em Huambo?

— Isso foi graças à importância daquela província no aspecto agrícola, a sua tradição agrícola, os quadros existentes, as estruturas, etc. Mas a nossa ideia é a de espalharmos os Institutos por todo o País, e este ano já teremos mais tempo para planificar e preparar as condições necessárias. Os Institutos que abrirem em 1979 já serão em capitais e províncias em função do critério político-económico, e não só o critério das estruturas já existentes.

— Qual o número de alunos previsto no processo de alfabetização?

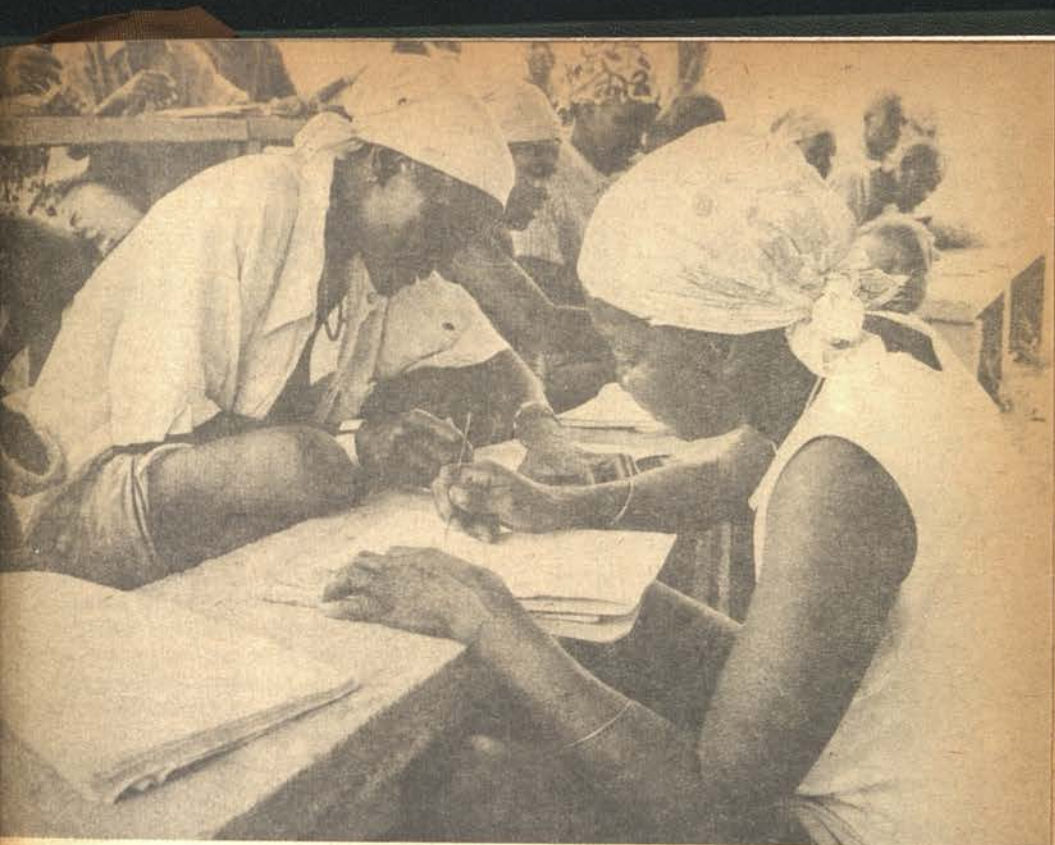
— Nós prevemos pelo menos um milhão e quinhentos mil alunos numa população de seis milhões e seiscentos mil. Neste momento estamos a trabalhar seiscentos mil abalfabetos, e a tendência, o plano, é chegarmos a um milhão no fim do ano.

— Não é um número muito elevado?

— Sim, é. De cada três angolanos, um está a estudar. Se nós compararmos isso com os países africanos, com alguns dos países africanos, nós vemos que de facto, há qualquer coisa que mudou neste país, e mesmo com a segunda guerra de libertação e todos os problemas que tivemos. E creio que a principal vitória é realmente essa, que nós conseguimos mobilizar o povo para que estudasse, para que se aperfeiçoasse. Mas só um recenseamento é que poderá dar-nos um resultado mais exacto, mas por uma estimativa da população feita, dá um total de seis milhões e seiscentos mil habitantes para Angola, e desses, um milhão e seiscentos mil em idade escolar. Ora, nós vamos escolarizar este ano um milhão e quinhentos mil...

— E os números quanto às outras áreas de ensino?

— No pré-universitário nós temos cerca de 2600 alunos, na Universidade, mais ou menos 1000, e no ensino médio, cerca de 1500. É difícil o termo de comparação



com o ensino anterior, visto que são estruturas novas, mas já é um avanço.

— E é claro que surgiram novos problemas...

— Claro que essa explosão escolar provoca sérios problemas. O problema dos edifícios, por exemplo. Os portugueses nos legaram escolas para 1500 alunos, muitas delas foram destruídas pela guerra, pelos fantoches, etc. As nossas escolas não têm a capacidade que tinham no tempo colonial. Todas as escolas estão superlotadas. Mas conseguimos mobilizar a população para a construção de escolas com material tradicional, como adobe, folhas de palmeira, etc., o que resolve em parte o problema. Outra dificuldade grande, é a falta de material escolar, digamos, o material pesado. O material ligeiro consegue-se arranjar. Há sobretudo a necessidade da escola ter uma oficina onde se ensine a produção aos estudantes, e isso provoca sérias dificuldades.

— Os alunos participarão na, digamos, construção da escola?

— Os alunos vão aprender profissões artesanais ou industriais, digamos, um meio termo, primeiramente artesanal, e depois

industrial. Uma das tarefas será a construção de carteiras, de mobiliário, de beliches, e também a produção de colchões. Há escolas que já começam a fazer uso de material de laboratório, e até mesmo de tornos, para que haja um auto-abastecimento em máquinas. Cuba, por sua vez, ofereceu-nos duas fábricas de pré-fabricados.

— Há ajuda dos organismos internacionais? Da ONU, por exemplo?

— Temos tido alguma, em material escolar, mas claro, é sempre insuficiente.

— Da UNESCO?

— Da UNESCO, pouco.

— E a UNICEF?

— Da UNICEF mais. Com material. A UNESCO fornece maior ajuda em matéria cinzenta.

— Como estão vocês a nível de professores?

— Com um problema sério, levantado pela explosão escolar. Se no ano passado tínhamos poucos professores de bom nível, agora estamos ainda piores. Estamos a fazer todos os esforços para a formação de professores, mas há uma dificuldade, que é um preconceito de parte da juventude quanto à posição social do professor.

Cultura

– Preconceito baseado em quê?

– No tempo colonial o professor era realmente um bocado secundário. O quadro importante era o médico, o engenheiro, o economista.

– Um “Senhor Doutor”...

– Pois é. Era o “Senhor Doutor”, o “Senhor Engenheiro” que tinham um grande “status”. Ser professor era uma profissão para aqueles que não conseguiam ser outra coisa. O ensino colonial levava o professor a ser na escola o correspondente ao capataz na fazenda agrícola ou na fábrica. Era a reguada, a palmatória.

– E ensinavam os afluentes do Rio Mi-
nho...

– E as serras de Portugal, etc. A Juventude ainda tem o professor como o carrasco, o capataz, o defensor da moral e dos valores da sociedade colonial.

– Mas na província, o professor é alguém de importância...

– Na aldeia o professor é alguém, tem uma função importante na comunidade, é respeitado, e o próprio chefe tradicional pede-lhe conselhos. A juventude rural aceita facilmente ser professor. O problema é que tem poucas habilitações literárias.

– O que complica outra vez a história!!

– Mas nós pensamos que o rompimento do círculo vicioso vai ser feito através do campo, fazendo com que essa juventude estude, alcance um nível mínimo de base.

– Falemos dos cubanos. Qual é a sua participação na área da educação?

– Cuba nos enviou o destacamento “Che Guevara” para nos ajudar, pois era-nos praticamente impossível encontrar professores para o número de alunos que havia. Veio um destacamento que será revezado todos os anos. É uma ajuda fundamental, que evidentemente levanta problemas.

– Problemas de língua?

– O problema da língua. Os jovens estudaram um bocado de Português, mas não o suficiente. Nos primeiros dias, nas primeiras semanas havia uma certa dificuldade de adaptação dos alunos aos professores. É um risco a correr, mas será superado em breve. Nós sabemos que o problema de professores somente será superado com a formação interna de professores.

– Falaste há pouco no problema dos locais para o ensino. Como será resolvido esse problema, no caso específico da alfabetização?

– Temo-nos servido, das escolas à noite, ou das fábricas, ou dos centros culturais. Nós preferimos, e insistimos nesse aspecto, de ser principalmente nos locais de trabalho que se faça a alfabetização. Tem-se conseguido fazer isso, e com bons resultados. É na própria fábrica que o trabalhador se alfabetiza, desaparece a questão da distância, existe a motivação e o próprio ambiente social da fábrica ajuda. E o resto do ensino depois da alfabetização também será feito nos locais de trabalho.

– Qual a diferença entre Campanha de Alfabetização e Batalha pela Alfabetização?

– Uma campanha implica a erradicação total do analfabetismo, e nós ainda não estamos nessas condições. É uma batalha, pois o processo se desenvolve por etapas. Estamos a acumular forças e a ganhar experiência, para daqui a alguns anos se faça então a Campanha de Alfabetização.

– E o ensino nas Forças Armadas?

– As nossas Forças Armadas têm cada vez mais tecnicidade, mais conhecimentos científicos. A primeira prioridade nas Forças Armadas, é não haver mais analfabetos.

– Quem faz a alfabetização nas FAPLA?

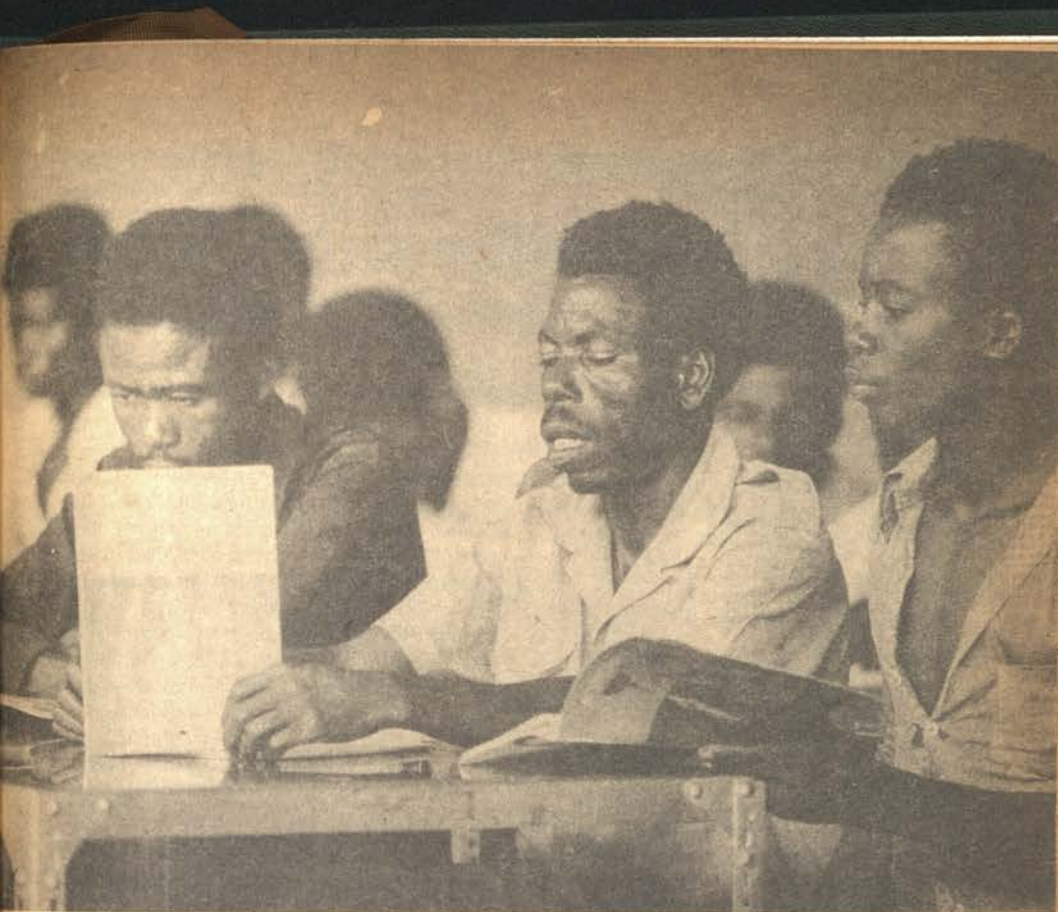
– São os soldados, e também alguns estudantes. Nossa intenção é que sob a orientação dos técnicos, cada sector tenha os seus alfabetizadores. Das FAPLA são os militares, dos operários são os operários, dos camponeses são os camponeses, todos ligados ao Centro Nacional de Alfabetização, semidependente do Ministério da Educação.

– Quem centraliza, quem coordena?

– Há uma Comissão Nacional de Alfabetização que é o organismo máximo. Nessa Comissão, presidida pelo ministro da Educação, o camarada Ambrósio Lukoki, está representado o Ministério da Educação, todos os outros Ministérios, todas as organizações do Partido, e as Forças Armadas. O Centro Nacional é o executivo da Comissão Nacional.

– Com tanta gente a alfabetizar, não é difícil estabelecer critérios de selecção?

– Para se matricular é preciso apresentar o papel de trabalho. Aquele que está desempregado e que não tem razão para estar, não pode se matricular no sistema educacional de adultos.



— Mas com o afluxo para os grandes centros urbanos em função das duas guerras de libertação, o número de desempregados é muito grande. Como resolver o problema daqueles que querem estudar, que querem ter condições de um trabalho melhor?

— Isto é uma motivação para ir, para voltar para o campo. As condições hoje já são outras.

— Tu falaste antes da entrevista em objectivo político-ideológico. Traduz-nos isso.

— Claro que esta tarefa responde a um objectivo ideológico-político e também a um objectivo económico, de fazer avançar o trabalhador para o nível mínimo e necessário que consideramos para começar a ter uma formação profissional e científica que é organizada a partir do ensino base.

— E quanto à formação propriamente dita?

— Acredito que façamos o programa de formação profissional, mas isto entra noutra domínio, sobretudo os projectos de organizações internacionais como a

OIT, que vêm de uma prática dos países capitalistas, que formam o operário para “desaparafusar”. Ele sabe desaparafusar e compreende todo o mecanismo de desaparafusar, mas se por acaso aparafusar implica um conhecimento técnico maior, ele terá que estudar num ensino regular para aprender a aparafusar. Ora, nós pensamos que isto é uma barreira à autopromoção do trabalhador. Ao ensinar a aparafusar nós vamos dar os ensinamentos em Português, em Matemática, em Física para que ele depois possa continuar, aprender a desaparafusar, depois construir o parafuso, etc., etc. A formação profissional tem que estar aliada a uma formação geral, científica, que lhe permita aceder até ao ensino universitário. Nós vamos agora montar um sistema aproveitando o que há de positivo e de bom nesses sistemas todos internacionais e de formação profissional, fazendo a ligação da necessidade objectiva da produção de formar rapidamente operários especializados, mas com a formação mínima que lhes permitam continuar essa mesma formação.

— Falemos outra vez dos professores. Como superar o problema?

— Quanto à superação do pessoal docente, nós temos uma estratégia que é a seguinte: nós consideramos que através de cursos acelerados nós vamos preencher a necessidade de professores quantitativamente para generalizar o ensino. São cursos acelerados em que se pega nas pessoas com a 6.a classe, dá-se 4 meses de curso e vão para as escolas ensinar. Sabemos muito bem que a qualidade do ensino ministrado é fraco, mas o primeiro objectivo é de generalizar o ensino massificado. E esses camaradas que vão começar a ensinar, a partir de 79 vão entrar no sistema da superação permanente.

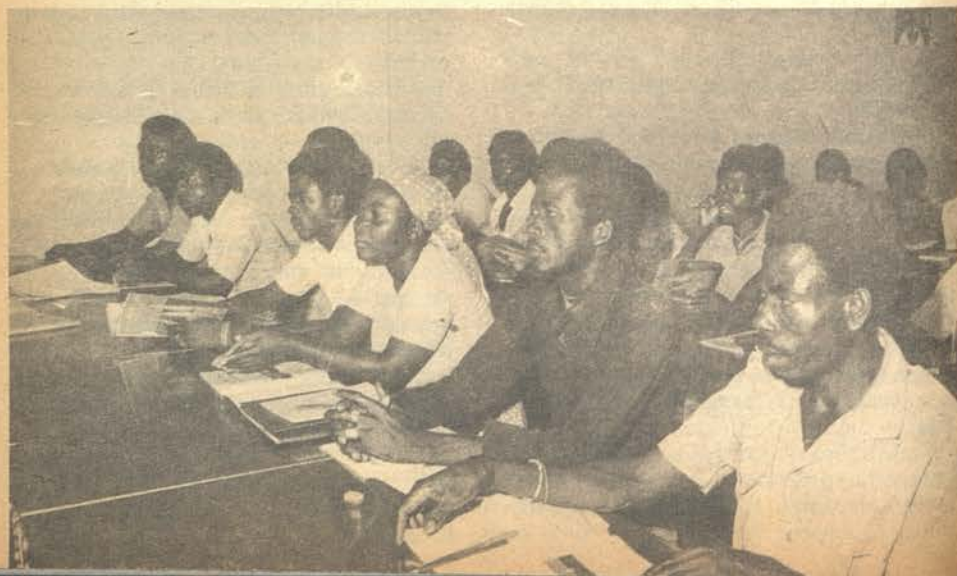
— Mas há um apoio do Instituto Normal?

— Nas férias os professores vêm ao Instituto e passam 2 meses a trabalhar intensivamente. Com isto nós podemos fazer com que aqueles professores que só têm a 4.a classe atinjam rapidamente a 6.a classe e o conhecimento profissional necessário. Este é o que nós chamamos o Sistema Nacional de Superação, que vai a longo prazo permitir recuperar todos aqueles professores que não têm habilitações mínimas para serem realmente professores.

— Até onde é utilizado o chamado método Paulo Freire aqui na alfabetização?

— Nós aproveitámos muitas ideias de Paulo Freire, não só na alfabetização como no ensino em geral, sobretudo no problema da relação educador-educando,

que é um problema grande que existe. A diferença que existe entre o nosso método e o de Paulo Freire, é que nós nos vimos forçados a utilizar um manual. O problema do material de base para a alfabetização, em que nós utilizamos o manual e em que o Paulo Freire propõe não se utilizar um manual. Nas nossas condições, não utilizar o manual significaria ter alfabetizadores com um nível cultural suficientemente elevado para poderem trabalhar sem manual. Se nós queremos massificar, temos que nos socorrer do que temos, e os alfabetizadores que temos não têm essa capacidade de só a partir de uma palavra, ideia ou *slide*, desenvolver todo um desenvolvimento silábico e a criação de novas palavras para ensinarem de facto a ler e a escrever. De qualquer modo, no próprio manual nós utilizamos os passos fundamentais de Paulo Freire para a alfabetização: a sensibilização do alfabeto, o criar nele a confiança na sua própria cultura, no seu próprio conhecimento, na sua capacidade de adquirir um instrumento, o conhecimento. Toda a evolução das lições é baseada na ideia de Paulo Freire, em partir da imagem para a discussão, da discussão para a ideia, da ideia para a frase, da frase para a palavra, da palavra para as sílabas. Ele tem vindo trabalhar aqui com o nosso Centro de Investigação Pedagógica, sobretudo para essa problemática dos programas de concepção do ensino, do papel do professor, etc.



a valorização das línguas nacionais

A criação do Instituto Nacional de Línguas de Angola e o I Seminário da Cultura são passos importantes da batalha da revalorização cultural do país.



A criação do Instituto Nacional de Línguas dá-se quase que em simultâneo com o I Seminário da Cultura. Ambos são passos importantes na batalha da revalorização cultural.

Com a presença de Ambrósio Lukoki, Ministro da Educação e membro do Bureau Político do MPLA-Partido do Trabalho, de diversos representantes do Comité Central, do governo, do Estado Maior Geral das FAPLA, das organizações de massas, do Corpo Diplomático acreditado em Angola, e ainda, de organismos internacionais e de muitos trabalhadores, foi inaugurado em Luanda no dia 17 de Maio passado o Instituto Nacional de Línguas, criado por decisão do MPLA-Partido do Trabalho.

“Sempre foi preocupação do MPLA estudar e defender o património cultural angolano como factor fundamental para a completa independência do nosso país, pois não pode haver independência se não existir personalidade cultural própria, se há apenas a chamada alienação cultural, a qual tem repercussões importantes na superestrutura ideológica e psicológica. O MPLA sempre defendeu a ideia de que a luta pela identidade cultural era um dos fundamentos da luta de libertação nacional e que uma não se podia fazer sem a outra”, declarou Ambrósio Lukoki.

Esta necessidade de revalorizar a identidade cultural “baseando-a numa síntese dialéctica dos aspectos positivos das tradições e

das aquisições universais da Ciência e da Técnica modernas “havia sido já proclamada no decurso do I Congresso do MPLA, promovendo as línguas nacionais como fonte de suporte e veículo de pensamento e valor cultural de qualquer sociedade”.

O colonialismo, em cinco séculos, procurou em Angola no terreno cultural destruir a identidade do homem, “introduzindo uma língua estranha, portadora também de uma estranha ideologia”. O povo enfrentou com armas o desafio económico e político imposto pelo colonialismo e resistiu nas trincheiras da sua literatura, música e danças, à penetração de valores artificiais impostos por uma minoria.

Neste sentido afirmou o Ministro da Educação angolano: “Reafirmamos que a democratização da Cultura implica necessariamente a criação de condições para o livre acesso das massas ao saber moderno, e este livre acesso só poderá ser atingido pelas grandes maiorias através das línguas nacionais”.

O Instituto Nacional de Línguas deverá elaborar a metodologia para a preservação e desenvolvimento das línguas nacionais e torná-las ao mesmo tempo funcionais para a sua urgente utilização na alfabetização e, posteriormente,



«Vamos ensinar a língua portuguesa e divulgá-la»

para a sua inclusão no sistema de instrução.

Mas a sua tarefa não se limita a isto. "Angola faz parte de um mundo onde todos os dias se enfrentam as forças do progresso e da reação, as da libertação e do imperialismo alienador. Angola joga um papel fundamental em África e no Mundo, e por isso o povo angolano deve ter acesso aos instrumentos de comunicação com o exterior" — defende Ambrósio Lukoki. E esta função compete igualmente ao Instituto, promovendo a ampla difusão das línguas nacionais, assim como do português, língua "veicular" em Angola. Isto permitirá "ajudar os estrangeiros que se encontram hoje no nosso país. Tarefa esta fundamental, pois muitas vezes se desconhecem experiências porque o cooperante só pode executar e não transmitir os seus conhecimentos por não dominar

uma língua que seja acessível ao angolano". É reafirmado assim o que em certa ocasião afirmou o Presidente Neto: "Ao lado de cada cooperante deve estar um angolano para aprender com ele".

ENSINAR O PORTUGUÊS

"Vamos ensinar a língua portuguesa e divulgá-la sim, mas para defender a Revolução, para servir de instrumento de comunicação e não para introduzir no nosso país as ideias reaccionárias que o colonialismo pretendeu impor e que ainda pretendem impor os sonhadores utópicos do neocolonialismo. Esta é uma aquisição do povo angolano que devemos utilizar para a defesa e desenvolvimento do nosso processo revolucionário, mas sem exclusivismos" — finalizou o Ministro da Educação.

Outro esforço do governo angolano no tenaz intento de atingir a verdadeira transmissão de conhecimentos às massas populares, teve lugar também recentemente. Referimo-nos ao I Encontro Nacional do Conselho Nacional de Cultura, realizado em Lunda nos dias 29 e 30 de Maio último.

Mereceram particular destaque duas mesas redondas. Uma acerca das "Bibliotecas" e outra que abordava o tema "Sobre o fetichismo".

Na primeira, António Jacinto, membro do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e Secretário Nacional da Cultura definiu claramente as questões "Donde", "Quando" e "Para quem" como premissas no processo de constituição de uma biblioteca. "Todo o livro — afirmou — é necessário e as bibliotecas, por sua vez, devem ser aulas vivas".

Na segunda das mesas redondas foi apresentado o fetichismo como a antítese do materialismo. E numa exposição que Henrique Abranches, responsável do Conselho Nacional da Cultura fez sobre o tema, foi destacada sobretudo a luta existente entre o velho e o novo no quadro do avanço da sociedade para uma tecnologia que possibilite uma menor dependência do Homem em relação à Natureza.

Angola trava assim nesta frente a batalha por uma cultura ao alcance das massas populares, emanada do melhor das tradições e enriquecida pela luta quotidiana contra a sedução alienante do neocolonialismo.

Daniel Viglietti: a canção continua viva

O popular artista uruguaio afirma-nos que apesar da ditadura persistir no seu país, o povo continua a fazer música e a dar novos intérpretes e criadores. Enquanto ele, no estrangeiro, se esforça por «não se auto-exilar», procurando juntar novos sons, «procurando a vida».



Maluza da Silveira

Cultura **U**MA revolução que procure, para além da transformação das estruturas económicas, gerar um homem novo, necessita da aprofundização massiva da consciência crítica e da elaboração de símbolos que sintetizem a identidade do povo e a direcção das transformações. (Nestor García Canclini, *Arte Popular y Sociedad en América Latina*).

Esta reflexão sobre a função necessária do trabalho cultural poderia perfeitamente se aplicar aos artistas latino-americanos que a partir da década de 60 imprimiram às suas obras um claro compromisso social, ao mesmo tempo que sob o ponto de vista formal realizavam uma transformação renovadora e revolucionária que rompeu velhos esquemas, derubando muitos mitos e fetiches. Na América Latina, observou-se uma ampla reformulação no campo da música popular de raízes folclóricas, quer acompanhando, quer por vezes mesmo se adiantando à necessidade de profundas alterações sociais expressas pelo ascenso do movimento de massas — característica principal do período que então se vivia.

Dentro deste movimento renovador depressa se destacou o nome de Daniel Viglietti, um uruguaio que, ao mesmo tempo da chamada "geração da Unidade Popular" no Chile, da Nova Trova de Cuba, de Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinán e muitos outros no Brasil, deu um novo sentido à canção latino-americana. Daniel Viglietti criou novos arranjos musicais, introduziu instrumentos não orto-

doxos nos velhos acordes da música folclórica e, sobretudo, juntou o seu canto à voz do povo que não se vergava à tirania que já anunciava.

Achamos, por isso, digno de interesse entrevistar este popular cantor uruguaio, por ser justamente um artista que sintetiza na sua obra "a identidade do povo com o desejo de transformações sociais", e que coerentemente abraçou a causa da libertação da América Latina — a sua grande pátria de que jamais se distanciou, apesar de se encontrar exilado em Paris.

UM HINO DE LIBERDADE E REBELDIA

Daniel Viglietti iniciou a sua carreira como um virtuoso da guitarra clássica, passando depois para o campo da experimentação electroacústica. No entanto, pouco tempo mais tarde, abandonou os louros que lhe oferecia a música académica e procurou um contacto mais estreito com a música dos bairros pobres e do folclore do seu país.

Não se tratou de uma aproximação passiva e emocional, já que Daniel Viglietti se dedicou a modelar rigorosamente as velhas formas musicais transformando-as em algo de novo, de vivo.

Enriqueceu-as de tal maneira que o seu nome se inscreveu definitivamente na história da canção uruguaia e latino-americana. E se o seu trabalho foi tão consciencioso deve-se à sua ambição de fazer do canto popular um hino à liberdade, de revolta contra a opressão.

Os seus dois primeiros discos, "*Hombres del Campo*" e "*Canciones Folclóricas y Seis Impresiones para Guitarra*", expressam já a procura de uma nova linguagem, estando todavia evadidos de uma certa visão telúrica do mundo, de um certo idílio entre o homem e a natureza, elementos que sempre caracterizaram em geral a música folclórica camponesa.

A partir do seu terceiro disco, "*Canciones para el Hombre Nuevo*" (cujo título expressa já as suas intenções), observa-se como os problemas estruturais da sociedade e do homem oprimido começam a substituir em maior grau a temática do geográfico, da paisagem, da mulher camponesa, das lutas passadas entre latifundiários e trabalhadores da terra.

Com os pés assentes na realidade do seu país, o pequeno e formoso Uruguaio que se deteriorava progressivamente num visível processo de "latino-americanização" como muitos afirmam, com um massivo êxodo rural em direcção à macrocéfala e burocratizada Montevideu, que ao homem do campo apenas oferecia marginalização e subemprego, Daniel Viglietti deixou de compor canções aos rios e aos montes e começou a criar o seu canto agressivo, um canto comprometido com a luta do seu povo, pondo nessa tarefa toda a sua sensibilidade e talento.

Expressou-se com tamanha convicção e força que acabou por ser preso em 1973, ano em que os sectores progressistas uruguaio sofreram um forte revés, devido ao golpe de Estado



que liquidou com os restos de liberalismo que ainda subsistiam.

Pela libertação de Viglietti muitas vezes se levantaram. Tantos foram os protestos e as manifestações, que, por fim, os militares tiveram que o libertar. A partir daí foi o exílio, mas não o silêncio. Continuou a cantar os caminhos de Allende, compondo e lutando, e mais do que nunca procurando ser coerente com a sua concepção do mundo.

O CANTO E A POESIA

Ao entrevistar Viglietti começámos por lhe perguntar quais tinham sido os poetas que mais o influenciaram a converter-se num cantor popular.

Conta-nos que a sua mais viva aproximação à poesia começou com Nicolás Guillén que, para ele, representa a influência em toda

uma geração que se deu no Uruguai a partir da Revolução Cubana.

"Começo a descobrir o que significa a Revolução Cubana nos seus primeiros anos através da poesia de Guillén, e é por isso que musiquei no início dos anos 60, alguns dos seus poemas. Depois acerquei-me de outros poetas que conhecia parcialmente e aos quais me liguei estreitamente, como é o caso de Garcia Lorca e como é o caso de alguém que para mim representou uma experiência importantíssima trabalhar com ele — porque penso que é um dos melhores poetas de lingua castelhana (sem olvidar Neruda) — que é César Vallejo."

Para além de musicar poemas, Viglietti canta os seus próprios textos. As duas facetas — explica-nos — relacionam-se muito entre si, já que depois de muito trabalhar algum tempo

sobre um texto, *"a propriedade privada da criação torna-se uma questão muito relativa e já não sabes se estás a cantar coisas de ti ou de outro, se a música é realmente tua ou não..."*

No panorama da música latino-americana, Viglietti destacou o movimento da nova música brasileira como uma das correntes mais importantes do continente. Ela é muito valorizada pelo facto de ter brotado — e de brotar — no auge de um enfrentamento, uma oposição permanente ao regime militar e de se ter afirmado *"apesar do calvário da censura"*.

"UM PROBLEMA DE IMPACIÊNCIA"

"Este movimento, no qual uma grande parte das vozes nascem já condicionadas pela censura, não teve todo o apoio popular, ou o contexto político que

Cultura teve o movimento chileno, ou o uruguaio. Por isso lhe dou um grande valor. E creio que para além disso eles também souberam enfrentar com êxito riscos que nós igualmente temos que travar. Agora, olhando para trás, vemos os erros que todos nós cometemos quando participamos dessa dinâmica social, que se traduzia numa necessidade, numa urgência em dizer, em transmitir, de se tornar contra-informação um pouco, com todos os riscos que isso implica.

Os brasileiros, por seu lado, tiveram que enfrentar outros riscos: uma certa alienação, a política das casas editoras de discos, mas apesar disso o movimento saldou-se por uma obra de grande nível. E como exemplo alto dessa obra, um dos que considero mais im portante, encontra-se Chico Buarque."

Pedimos então a Daniel a sua opinião acerca da música uruguaia em particular, aquela música característica do auge dos movimentos populares dos anos 60 e 70, e que muitas vezes caía num esquematismo primário sob o ponto de vista político, e também esquemática na sua estrutura musical.

Afirmou-nos não poder assumir nesse sentido uma atitude condenatória, "porque seria condenar a própria realidade". A realidade de uma diversidade de mensagens, já que a riqueza da vida em qualquer circunstância implica que um movimento de música popular não pode ficar insensível a todo um clima de procura de alternativa, a todo um contexto de euforia popular.

No entanto, olhando agora à distância, e se se quiser com um sentido crítico, temos que admitir que se pagou um tributo por todo esse fervor, por toda essa impaciência em alterar a sociedade. Foi um problema de impaciência."

A CANÇÃO CONTINUA VIVA NO URUGUAI

Mas Daniel faz questão em salientar, em relação a esse período, uma obra que mantém uma certa actualidade, e destaca especialmente entre a gente da sua geração o duo "Los Olimareños" (José Luís Guerra e Braulio López). Cita igualmente as obras de Zitarrosa e de Carlos Molina, não deixando de acrescentar que por vezes "acontecem situações de injustiça, pelo facto de se ignorarem ou desconhecerem certos cantores, como o que sucede com Carlos Molina, um payador (cantor popular errante) praticamente desconhecido tanto no Uruguai como na Europa e que, no entanto, consegue reunir todo o domínio dessa arte tão particular que é a payada (improvisação) com uma consciência de tudo o que vê acontecer, transmitindo através do canto uma síntese extremamente importante".

No movimento musical posterior à sua geração, Daniel Viglietti destaca o nome de Héctor Numa Moraes que lhe parece o elemento mais importante dessa nova corrente, não sem que se penitencie de estar a ser injusto com uma quantidade de pessoas que não cita, "porque a fazê-lo seria enumerar uma lista interminável."

Mas, "o que importa é que a canção continua viva no Uruguai, e há coisas verdadeiramente notáveis que se estão fazendo. Quanto aos nomes, esses dá-los-á o nosso povo que diariamente os escuta e que mantém uma relação muito directa com esses criadores".

O exílio pôs Daniel Viglietti perante a necessidade de "não se auto-exilar" porque essa é a prova fundamental que há que enfrentar e que se esconde no interior do exílio físico, com todas as suas peripécias, incómodos, a sua dose de ódio aos estrangeiros — sim, porque nós somos xenófobos —, enfim, toda essa dificuldade de adaptação, esse conflito permanente, essa dura prova que não nos faça exilarmo-nos de nós próprios, da nossa concepção de vida".

Por último perguntámos-lhe que perspectivas políticas vê para a América Latina. Afirmou-nos que nesse sentido não possui nenhuma mensagem conclusiva, nem nenhuma leitura sólida do futuro, porque "eu vivo na dúvida em que todos vivemos, e é essa dúvida que é motora da procura".

No entanto, sobre este tema Daniel fala-nos numa sua recente canção que se chama precisamente "La nueva canción". Com a beleza que sempre põe nos seus textos, ele traduz metaforicamente o que todos nós sentimos:

"Quanto me custa afinar a guitarra, dedilhar as seis cordas lisas e da luta de sons contrários abrir caminhos procurando a vida".

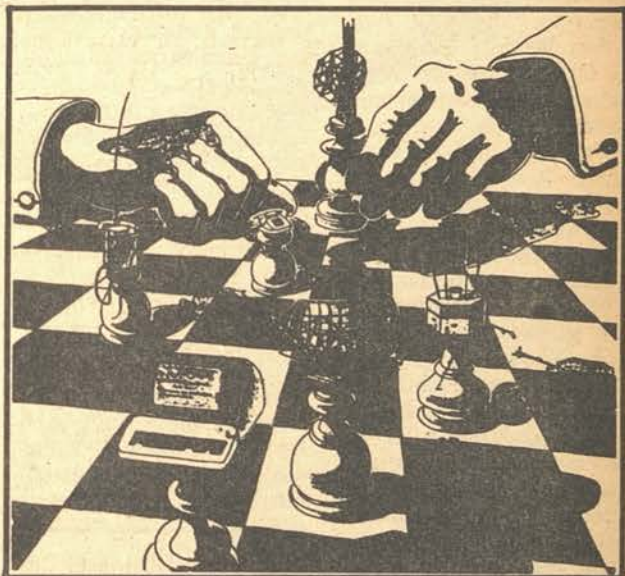
informação

o que é uma notícia

NOS últimos dias de Abril, oitenta e sete personalidades e especialistas de todo o Mundo reuniram-se em Estocolmo na intenção de se "comunicarem" em quatro idiomas. Fizeram todo o possível para conseguirem uma visão comum, mas os resultados foram parciais. E, não há dúvida, todos, de uma forma ou de outra, são especialistas ou políticos da Comunicação contemporânea.

Sob convocatória da UNESCO, a capital sueca foi palco do seminário "Infra-estrutura da recolha e difusão da Informação no Mundo". Tratava-se, em outras palavras, de pôr numa mesma mesa, os jornalistas, os porta-vozes do sector empresarial e do sector governamental da Informação, os académicos e, em alguma medida, os políticos.

O seminário surgiu como uma das primeiras actividades promovidas pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, um grupo de dezasseis personalidades dos países industrializados e do Terceiro Mundo, que o Director Geral da UNESCO designou para fazer um



As agências noticiosas multinacionais indignaram-se em Estocolmo contra as posições do Terceiro Mundo por uma Informação que corresponda aos interesses dos povos. Porém, durante a reunião organizada pela UNESCO, ficou claro que os problemas da Comunicação Social não podem ser analisados com base em critérios impostos no final da Segunda Guerra Mundial.

Fernando Reyes Matta

diagnóstico da influência, possibilidades e alternativas que as diferentes formas da Comunicação defendem na sociedade do nosso tempo.

A comissão (CIC) é presidida pelo antigo diplomata e lutador irlandês Sean MacBride, fundador da Amnesty International, Prémio Nobel da Paz e Prémio Lenine da Paz. E isto bastaria para dizer da sua excepcional habilidade para manejar as diferentes circunstâncias de debate, disputa e lutas por mudanças sociais.

Pela América Latina, os membros da CIC são o destacado escritor colombiano Gabriel García Márquez, e o "expert" internacional Juan Somavía, Director Executivo do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (ILET).

Houve muito nervosismo e expectativa entre aqueles que se cruzavam nos corredores do Hotel Birger Jarl. De certa forma, era a primeira vez que se juntavam os diferentes actores de um processo que nos últimos anos deram vida ao debate internacional sobre a Informação. Ainda estavam no ar as polémicas da conferência de San José de Costa Rica, onde a UNESCO enfrentou as críticas da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa) e da AIR (Associação Interamericana de Radiodifusão); as polémicas da Conferência Geral da UNESCO em Nairobi, onde o Director do organismo, o senegalês M'Bow, soube o que era a acção conjunta e coordenada do sistema informativo multinacional e suas entidades defensoras do livre fluxo da informação, especialmente do International Press Institute (IPI). O cli-



ma polémico era palpável na atmosfera, criado pelas conversações em voz baixa e trocas de papéis, e também pelas táticas utilizadas em numerosos encontros e seminários realizados nos últimos tempos, onde foram postos à prova os esforços do Terceiro Mundo para criar uma Nova Ordem Informativa Internacional. México, Amsterdão, Florença, Helsínquia, Argel, Bagdad, Cairo, Nova Iorque e Bogotá, para se apontar alguns dos locais onde se efectuaram os debates mais importantes dos últimos tempos, pareciam entrelaçarem-se num pano de fundo comum às deliberações inauguradas pelo Ministro da Educação sueco.

TRINTA ANOS DEPOIS

Em Abril de 1948 houve uma conferência semelhante, mas sem grande transcendência governamental. Foi efectuada em Genebra, e constituiu o ponto de partida da afirmação dos princípios do "livre fluxo da Informação" e da "liberdade de Imprensa", entendidos sob a perspectiva que se enraizava muito mais na visão do século passado da sociedade e do indivíduo, que nos desafios pendentes no século XX.

As consequências daqueles acordos favoreceram a

extensão de um sistema económico-cultural sustentado nos princípios do capitalismo do pós-guerra. Surgiram as multinacionais, invadindo também o mundo das comunicações: agências de notícias, programas de televisão, sistemas publicitários, circulação continental e mundial de revistas, distribuição mundial de jornais cinematográficos. Era a máquina que criou o marco cultural para que o neocolonialismo adquirisse a sua força.

E nisso estamos. Trinta anos depois, os fantasmas de Genebra rondavam por Estocolmo. Ideias fantasmas. Discursos fantasmas, que hoje nos assombram pela claridade com que nos advertiam o que estavam a criar, e a quem favoreciam.

Pouco antes da Conferência de Genebra de 1948, o secretário de Estado norte-americano, o senhor Benton, dissera:

"O Departamento de Estado projecta fazer tudo o que está em seu poder no terreno político para contribuir para o rompimento das barreiras artificiais que se opõem à extensão das agências noticiosas norte-americanas privadas, das revistas, dos filmes, e dos outros meios de comunicação através do Mundo. A liberdade de Imprensa — e a liberdade de intercâmbio de informação de maneira geral — é parte integrante da nossa política externa."

Disse-o, por certo, diante de uma realidade internacional onde pouco mais de cinquenta países ou governos decidiam por todos os povos da Terra. Muitos países da Ásia ou da África não participaram do debate, mas, isso sim, receberam as consequências da in-



vasão informativa. Essa invasão mobilizou os Países Não Alinhados para uma mudança da actual ordem das coisas. Essa invasão precipitou os debates e as perguntas que Sean MacBride faria ao inaugurar o Seminário de Estocolmo:

"Quem negaria seriamente que existe um problema, quando é sabido que dois terços da produção das notícias diárias vêm directamente de Nova Iorque? Ou que cerca de dois terços dos correspondentes das agências noticiosas estão localizados na América do Norte e na Europa? Certas considerações logísticas podem fazer com que esta situação seja muito difícil de ser alterada, mas certamente implica uma responsabilidade muito especial para aqueles que controlam as agências de notícias, para que assegurem uma informação equilibrada, e para

que não ocorram distorções."

E Sean MacBride continuou:

"Permitam-me resumir os problemas que temos que tratar, deixando certas perguntas à nossa consideração. O conceito de livre fluxo informativo necessita de alguma limitação? Se necessita ou não, não é desejável que o livre fluxo seja um livre fluxo de Informação equilibrado? Existem áreas da Informação a respeito das quais as agências noticiosas e os "mass media" tenham realmente responsabilidade em relação ao público? Se podemos alcançar um consenso nas respostas a essas perguntas, como devemos proceder para melhorar as infra-estruturas da obtenção e disseminação das notícias? Seria aceitável e valioso um organismo internacional que se encarregue

da supervisão? Se assim fosse, qual seria a sua natureza? Se um organismo internacional que dê conselhos e supervisione não é a solução, poder-se-ia visualizar o estabelecimento de um corpo informal que receba e examine as queixas? Podem ser adoptadas linhas em que haja consenso?"

O consenso era difícil. Mas, em todo o caso, o método das perguntas fora adequado, porque pôs em evidência quem era quem naquela reunião, e que interesses estavam defendendo.

O CASO IPI

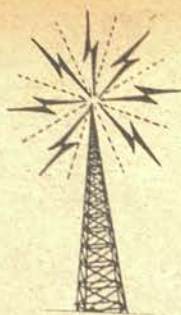
Sabe-se muito pouco na América Latina e na África sobre o International Press Institute, uma entidade com sede em Londres e delegações activas em outras capitais da Europa. Trata-

-se de uma instituição irmã da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa) que, se em alguma coisa é diferente, é em ter um certo requinte ao defender posições que finalmente têm a mesma finalidade: a defesa de um sistema dominante, onde a liberdade de informação só é concebida como actividade comercial.

O IPI jogou com todas as suas possibilidades no debate sobre a informação dos últimos dois anos. Esteve nos seminários organizados sob os auspícios da UNESCO e de organismos não governamentais, como o ILET, do México. Deu provas da sua capacidade de manobra no encontro de Estocolmo, quando sob as mais diversas "coberturas", teve mais de dez representantes.

Não obstante este alto interesse nos debates de Estocolmo, ficou claro que a sua posição ali estava longe da de se abrir ao diálogo e à compreensão das diferentes perspectivas dos países do Terceiro Mundo. Foi, sim, reiterar prioritariamente o que haviam dito na Conferência Anual do IPI em Camberra, na Austrália:

"O que é tão alarmante como os casos isolados de violação da imprensa livre, é a pressão indevida que vem da área internacional contra os "mass media" de informação, e referimo-nos à política da UNESCO... A liberdade de expressão e o livre fluxo informativo estão em perigo devido a algumas das actividades da Secretaria da UNESCO, e somente a vigilância dos representantes governamentais assegurará que sejam tomadas as decisões



que garantam a liberdade da Imprensa."

Estas foram as palavras do presidente do IPI, Pierre Galliner. É uma crítica contundente à UNESCO e à sua tarefa em prol do equilíbrio dos fluxos informativos entre os diferentes povos. Uma tarefa que aspira a redefinir os valores informativos dominantes, com os quais os projectos dos povos emergentes e os seus programas de desenvolvimento são olhados sob uma óptica alienante e cheia de distorções. Diante dessa política, o IPI ameaça:

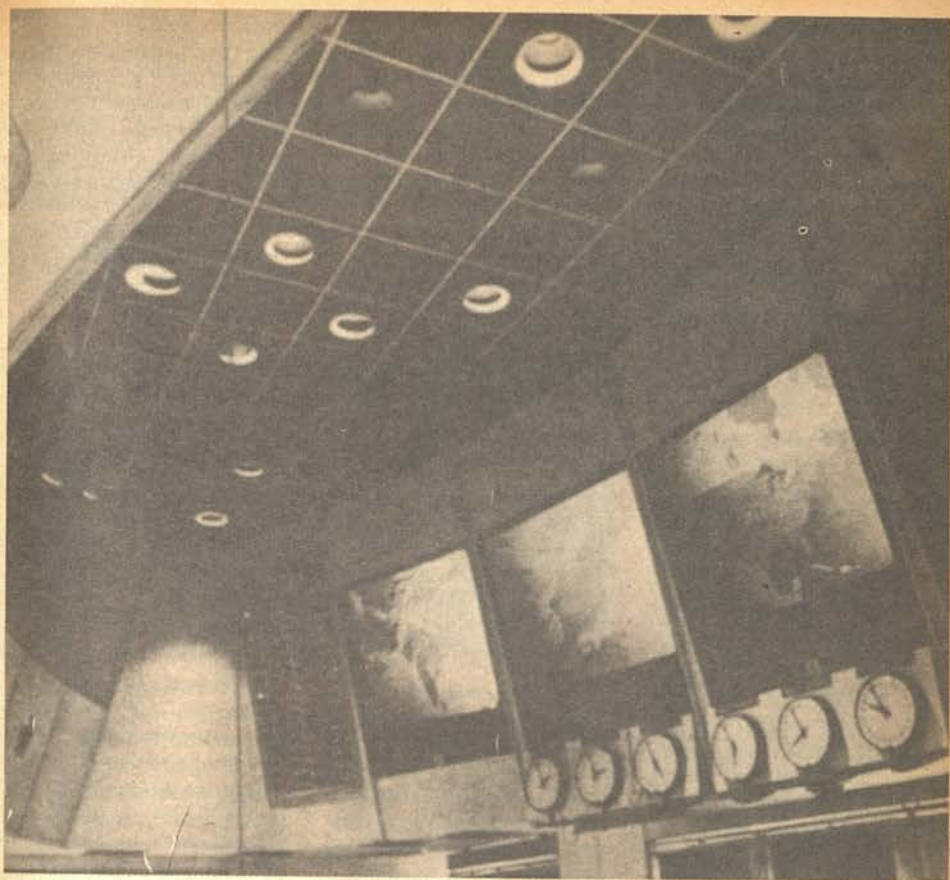
"De nossa parte, somente podemos recomendar aos nossos respectivos governos que permaneçam sendo membros da UNESCO, e que apoiem financeiramente a UNESCO se esta, por sua vez, sair em defesa da liberdade da palavra e da liberdade de Imprensa."

Galliner disse-o na Austrália, mas não o repetiu em Estocolmo. Afinal lá estava como convidado. Mas todos os participantes progressistas — entre eles Tapio Varis, da Finlândia — encarregaram-se de recordá-lo aos presentes. E de igual modo foi necessário anotar que as palavras de Marx L. Snijders, um dos porta-vozes mais extre-

mistas do IPI, com as quais iniciou o debate geral, eram parte de um artigo publicado um mês antes com um título muito significativo: "A nova ordem informativa é contra a democracia."

Snijders, já dera provas da sua posição contrária a todas as exigências do Terceiro Mundo no campo da informação quando, no seminário organizado pelo ILET em Amsterdão, perguntou: "Quem se queixa? Os jornalistas? Os leitores?" E por detrás das suas perguntas, feitas diante de meia centena de investigadores, jornalistas e representantes oficiais, Snijders quis deixar assente que todo este movimento era a expressão de uma minoria, enquanto que a grande maioria da sociedade estaria satisfeita com o actual estado de coisas. Mas em Estocolmo foi além disso. Defendeu claramente que a independência da Informação seria mantida para seu exclusivo uso comercial.

"Não se trata como se supõe, de uma diferença entre países industrializados por um lado, e países do Terceiro Mundo do outro. Trata-se da diferença entre regimes democráticos e regimes autoritários. O facto de que em muitos casos a notícia seja tratada como mercadoria, não é, por si só, concludente sobre o conteúdo da própria notícia. Aquilo que deve ser considerado como notícia está determinado, em última instância, pela fome de informação do consumidor. O sistema no qual o consumidor paga pela informação tem a vantagem de que assegura em grande medida a independência dos meios de informação."



Esta já é uma opinião bastante concludente para servir como advertência da posição que defende o IPI neste debate. Mas ainda há mais. Também foi sustentado que as multinacionais não se propuseram a procura do poder e de uma dominação cultural dos países periféricos.

“Se se admite que os meios de comunicação multinacionais dominam a circulação das notícias sobre/e dos países em desenvolvimento – disse Snijders – deveríamos reconhecer também que isto não é consequência da sua luta pelo poder ou pela dominação cultural, mas pela falta de uma alternativa útil.”

Em outras palavras, as multinacionais estão fazendo no Mundo aquilo que os países pobres não são capazes de fazer. Um argumento que nem os líderes das multinacionais, como Maissonrouge da IBM utilizam verbalmente. Não resta dúvida que Snijders é a expressão mais extremista e reaccionária da IPI, mas se é eleito como porta-voz principal nos debates, isto por si só constitui um facto sobre o qual os movimentos progressistas do Terceiro Mundo devem estar especialmente atentos. O IPI está em expansão. Move-se com energia em África e na Ásia e tem planos idênticos para a América Latina.

Um tanto desorganizados, com menos coordenação que a demonstrada pelos representantes do sistema multinacional, os participantes do Terceiro Mundo aprenderam na prática que o Seminário de Estocolmo era uma instância fundamental para fixar posições.

Apareceram porta-vozes que com energia – e certa dose de indignação, ao ver serem revividos os argumentos colonialistas – puseram sobre a mesa de discussões as exigências do Terceiro Mundo nessa matéria. Saad Mujber, da Líbia, por exemplo, deixou bem marcada a sua posição nesse sentido. Enérgico e desafiador, assinalou: “Vo-

ões poderão manter o vosso sistema de informação, se quiserem. Mas já não poderão contar com os países do Terceiro Mundo e os seus povos que lutam para romper com o colonialismo. Nós aprendemos que a informação deve ser outra coisa. Que a mentira e a distorção não se justificam só porque a notícia tem que ser vendida."

Também foi necessário salientar que os valores das notícias das agências multinacionais só respondem aos seus próprios interesses, não coincidindo com as dimensões das mudanças que se passam nos países subdesenvolvidos. O representante da UPI (United Press International) defendeu a sua presença mundial e o profissionalismo do seu pessoal. Houve necessidade de lhe ser lembrado as diversas investigações que provaram a distorção sistemática da UPI ao cobrir os factos do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina.

O representante da AP (Associated Press) defendeu a sua agência dizendo que ela continuava fiel à declaração do seu fundador em 1856, que se propôs transmitir "tudo aquilo que considero uma informação legítima". Foi necessário mostrar-lhe que esse continuava a ser o problema principal: o que é que a AP considera uma notícia legítima a ser transmitida? sob que prisma analisa o desenvolvimento dos países que lutam por uma autêntica independência económica e cultural?

Não houve respostas. A racionalidade do sistema multinacional dominante nas comunicações não tem capacidade ideológica de

compreensão para se debruçar sobre os valores culturais e sociais dos outros. Custa-lhe entender o que é a Nova Ordem Informativa Internacional pela qual estão lutando os países do Terceiro Mundo. Foi necessário levantar a voz mais de uma vez para insistir que a Nova Ordem Económica Internacional, defendida pelos Países Não Alinhados em sua luta contra o neocolonialismo, requer uma mudança fundamental na actual estrutura da Comunicação internacional.

Apesar da intervenção do Ministro Masmoudi, da Tunísia, presidente do comité de coordenação dos Países Não Alinhados no tema da Informação, e apesar das intervenções de outros participantes no Seminário (entre eles o autor desta nota), é necessário continuar a insistir que os problemas da Comunicação e os relacionados com a Cultura, são parte do neocolonialismo, o qual "em todas as suas formas continua a constituir uma soma de grandes obstáculos para a total emancipação dos países em desenvolvimento e dos seus povos", como foi dito pela Assembleia Geral da ONU em 1975.

A resposta ocidental insistiu na linha já desenhada nos últimos meses. Uma linha perigosa. Reconhecem o desequilíbrio da informação. Reconhecem a necessidade de mudanças, e para isto oferecem cooperação técnica, disposição para formar pessoal, e o apoio para o desenvolvimento das agências nacionais.

Diante desse argumento, não foi estranhado o facto de mais de um participante

terceiro-mundista ter perguntado com que critérios, com que valores, com que dependência dar-se-á essa ajuda? É ajuda técnica para promover o desenvolvimento autónomo dos nossos povos, ou é, pelo contrário, reforçar os mecanismos de dependência, criando novos Cavalos de Tróia nos nossos países?

A tarefa da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação não é fácil. De Estocolmo, pelo menos uma coisa ficou claro: que os problemas da Comunicação não podem ser analisados com os critérios e princípios que dominaram o debate no final da Segunda Guerra Mundial. Já não se trata mais do direito de umas tantas agências de notícias para se expandirem e cruzarem fronteiras. Trata-se de uma quantidade de meios, de uma múltipla potencialidade, de meios que já geraram uma realidade cultural e social complexa, dinâmica, capaz de ultrapassarem princípios e marcos políticos antigos. Há novos povos, há novos conceitos. Hoje há novas plataformas de luta e de libertação.

Sean MacBride, o irlandês com dois prémios da Paz às costas, sabe muito bem disso. E talvez por isso, na sua avançada idade, tente acrescentar um outro mérito à sua permanente luta contra a corrida ao armamento: fazer da Comunicação um instrumento de compreensão entre os povos, e não um mecanismo de dominação, de armamentismo cultural ao serviço de uns poucos poderosos.

Objectividade europeia...

La seconde guerre du Shaba

Expédition franco-belge pour sauver les 2 500 otages étrangers du Shaba menacés par la folie meurtrière des ex-gendarmes katangais. Jusqu'à quand Mobutu lui-même tiendra-t-il ?

La France, la Belgique, les États-Unis, le Sénégal ont, jeudi matin à Lomé, lancé une opération d'entrebâchage sur le centre minier de Kolwezi. Objectif : le Shaba, cette riche province du Zaïre, envahi depuis le 11 mai dernier par plusieurs milliers

de soldats, mercredi, la base de Solonzara, en Congo, à bord de cinq DC 8 d'une compagnie commerciale française. Jeudi à Lomé, des C 130 de l'Armée belge décollent de l'aéroport militaire de Melsbroek. À bord : 1 750

M. André Ross, un diplomate et calme, sont depuis extrêmement inquiétants. heures, on apprend que le Front national de libération (F.N.L.), ont été

No subtítulo da sua matéria dedicada ao Zaire, o número 1402 do semanário francês *L'Express* (que possa como progressista) justifica a intervenção franco-belga como uma resposta à "loucura assassina dos ex-gendarmes catangueses".

Por sua vez, o "respeitá-

vel" semanário londrino *Sunday Telegraph* afirma numa recente nota dedicada a Angola que "perto de um milhão de refugiados" haviam fugido das províncias do norte do país para se refugiarem na selva, ou no vizinho Zaire. As duas províncias aludidas (Zaire e

Uige) tinham em 1960 uma população total de 500 mil habitantes, e estas foram reduzidas pelos massacres praticados pelas tropas portuguesas de 1961 e o conseqüente êxodo. De onde teriam então saído os refugiados do *Sunday Telegraph*?

Mas claro, nada impede a invenção de cifras a um periódico que, nesse mesmo número, afirma que os pais angolanos temem que "muito possivelmente" seus filhos sejam enviados para Cuba "para serem usados como mão-de-obra barata nas plantações de cana".

Quem acreditar nisso, pode acreditar em qualquer coisa... inclusivamente na "objectividade" da imprensa ocidental.

Israel condena jornalista

Um tribunal israelita condenou a cinco anos de prisão o jornalista cipiotra Panayotis Pascalis, correspondente do jornal *Haravgni*. O jornalista preso há vários meses pelas autoridades sionistas, foi acusado de manter contactos com a organização pelesiniana *Al Fatah*, bem como, de efectuar "missões de reconhecimento" para a mesma.

Pascalis sempre negou a

segunda acusação afirmando que as fotos e documentos que lhe foram apreendidos pelas autoridades sionistas constituem material puramente jornalístico. Com efeito parece pouco verossímil a acusação. Pode imaginar-se que um jornalista que estivesse a trabalhar secretamente para a guerrilha pelesiniana não se apresentaria como correspondente do *Haravagni*,

jornal do Partido Comunista Cipiotra.

As motivações do tribunal especial israelita são um pouco diferentes. Visam atemorizar os jornalistas estrangeiros que por dever profissional, evidentemente, devem buscar contactos com os pelesinianos. A condenação de Pascalis é um flagrante atentado à liberdade de informação. O próprio promotor que pediu a pena o expressou perfeitamente ao afirmar que a condenação serviria de "advertência aos jornalistas estrangeiros que vem a Israel".

Agência panafricana

Já cansados das deformações da Imprensa europeia e americana, os países africanos estão dispostos a concretizar a curto prazo o velho projecto da Agência Panafricana de Notícias (PAFNA, na sigla inglesa de Pan African News Agency).

O Conselho de Ministros da Informação Africanos já deu os primeiros passos nesse sentido, criando um secretariado permanente com sede em Kampala, no Uganda. A ideia da PAFNA foi aprovada pela primeira vez na conferência cimeira

dos Estados africanos independentes, realizada em 1963 em Addis Abeba, e seu desenvolvimento e implementação esteve a cargo da Organização para a Unidade Africana.

A PAFNA será uma agência inteiramente africana, destinada a apoiar a emancipação e a integração do continente, assim como a difundir notícias da África para o resto do Mundo, e na sua preparação, insiste-se em conseguir um elevado nível ético e de qualidade jornalística. ●

Bolívia

Reunião de jornalistas após sete anos

Um significado especial teve a reunião levada a efeito no dia 15 de Abril, em La Paz, pela União Democrática dos Trabalhadores de Imprensa da Bolívia, organismo constituído durante os anos de proscricção da Federação dos Trabalhadores de Imprensa da Bolívia, instituição máxima a nível nacional. Com as características de um plenário, a reunião da corrente pro-

gressista e democrática dos jornalistas bolivianos teve por objectivo eleger uma direcção nacional e ao mesmo tempo traçar uma estratégia para que os sectores mais avançados do jornalismo no país tenham dia a dia maior actuação na vida nacional, em vista da próxima realização do 4.º Congresso de Jornalismo

A voz do Golfo

Um novo passo acaba de ser dado a favor de uma informação responsável e directamente relacionada com os povos a quem serve. Trata-se do Golfo Árabe com o funcionamento da sua agência de notícias.

Em uma reunião presidida pelo "sheik" Khalifa Ibn Salman, primeiro-ministro do Bahrein, a nova agência já começou a funcionar. Os ministros da Informação do Iraque, Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Qatar e Kuwait estiveram presentes na reunião que se realizou na cidade de Manama, no Bahrein.

O Ministro da Informação desse país, Tarik el Moayaad foi nomeado director da nova agência, cujos serviços serão retransmitidos em inglês e árabe pela agência iraquiana de informação, INA.

O Ministro da Informação do Iraque, Saad Qassim Hamoudi destacou que a criação da agência é uma demonstração do desejo dos Estados árabes da região do Golfo de ampliar a sua cooperação no campo da comunicação. A Agência Noticiosa do Golfo (GNA) ajudará a tornar mais conhecida uma das regiões da qual há menos informações no Terceiro Mundo. ●

Costa do Marfim

Em princípios do século XIX começa a penetração colonial francesa no Golfo da Guiné, e em 1842 Paris estabelece a sua dominação colonial sobre o reino "mossi", ao qual dá a denominação de Costa do Marfim, por ser esta riqueza o principal atractivo económico para os europeus da época. A resistência à conquista foi encabeçada por Samori Turé, um mendigo "peule" com excepcionais aptidões para o mando.

Após três décadas de lutas sangrentas (1870-1898), Turé é derrotado e os senhores feudais dominantes terminam por acolher os colonizadores, concluindo acordos com eles.

Em 1895, a metrópole estabelece a África Ocidental Francesa (AOF), agrupando o Senegal, o Sudão Francês (hoje Mali), a Guiné e a Costa do Marfim, acrescentando mais tarde os territórios dos actuais Tchade, Alto Volta e Mauritània. Pretendia-se desta maneira conseguir um certo equilíbrio entre as regiões mais pobres (Tchade, Alto Volta) e as mais favorecidas (Senegal, Costa do Marfim). No entanto, esta unidade evoluiu depois da independência para uma federação política. Diversas tentativas de integração económica foram feitas com resultados variados, mas só nos últimos tempos foram superadas as velhas barreiras coloniais com a criação da Comunidade Económica da África Ocidental, que reúne quinze países da região que foram colónias francesas, britânicas e portuguesas.

Na AOF a vida política moderna aparece em 1946 com a fundação da União Democrática Africana (UDA), como partido que postula "a liberdade política de todos os territórios, sem oposição de classes". Felix Houphouet Boigny, um médico e rico agricultor da Costa do Marfim, é designado presidente do agrupamento, em função da sua experiência à frente de um grémio de agricultores.

Tacticamente aliada ao PC francês - único partido gaulês que naquele momento apoiava posições anticolonialistas - a UDA promove greves, manifestações e boicotes a comerciantes europeus. A repressão contra esta luta provoca dezenas de mortos e milhares de presos. Isso fornece a Boigny os argumentos para romper a sua aliança com o PC, em 1950, e para aceitar um pacto que lhe propõe François Mitterrand, na ocasião Ministro francês do Ultramar.

A UDA perde popularidade rapidamente, e apenas na sua terra natal Boigny consegue manter o seu prestígio. No entanto, a influência de N'Krumah no Gana e de Sekou Touré na Guiné converte a independência num facto irreversível na África. Entre 1958 e 1960, toda a África Ocidental Francesa torna-se independente e os jovens Estados ingressam nas Nações Unidas. Conscientes da pouca viabilidade económica dos seus países, os líderes políticos promovem uma federação, mas Boigny boicota a



ideia, interessado apenas na relativa prosperidade do seu país e nas suas privilegiadas relações neocolonialistas com a antiga metrópole. "Não dissemos adeus à França, mas apenas até logo", havia declarado Boigny ao proclamar a independência.

Grande produtor de cacau, café, borracha e diamantes, a Costa do Marfim conseguiu atrair os investidores multinacionais e desenvolver uma indústria de relativa importância, com um alto índice de crescimento económico. Mas esta prosperidade concentrou-se no sul e não beneficiou as zonas do norte, nordeste e centro do país. Destas regiões pobres procedem - como nos vizinhos Togo, Benim e Nigéria - a maioria dos oficiais do Exército, e muitos observadores crêem que estes militares poderiam seguir o exemplo dos seus colegas de armas nestes países, e iniciar um processo de transformações quando o país deparar-se com o problema da sucessão ao septuagenário Boigny, que foi reeleito em 1975 para um quarto período na direcção do Estado e do partido único, PDCI (Partido Democrático da Costa do Marfim).

Enquanto isso, o velho líder enfrenta um crescente isolamento diplomático por causa da sua política de diálogo com o regime racista sul-africano, posição rechaçada por um continente que conquistou os seus direitos na luta.

Governo: Felix Houphouet Boigny, presidente - **Capital:** Abidjan (600 000 h.) - **Superfície:** 322 463 km² - **População:** 5 500 00 h. (75 por cento rural) - **Moeda:** Franco CFA **Idioma oficial:** francês - **Festa Nacional:** 7/8 (independência 1960) - **Religião:** animista e muçumana - **PNB per capita:** 460 dólares anuais - **Educação:** 700 mil estudantes em todos os graus de ensino, em 1974 - **Saúde:** um médico para cada quinze mil habitantes.

A Costa do Marfim é membro pleno da ONU, da OUA, da Comunidade Económica da África Ocidental, das associações de produtores de Café, Cacau, Oleaginosas e Madeira, e do Movimento dos Países Não Alinhados.



Costa Rica



Diferentemente do resto da América Central, onde os conquistadores espanhóis encontraram à sua chegada culturas avançadas, o território da actual Costa Rica estava menos densamente povoado e os colonizadores lá permaneceram isolados por muito tempo, sem poder estabelecer o sistema da "encomienda", virtual escravidão da mão de obra nativa.

Formou-se assim uma sociedade patriarcal de pequenos proprietários — sem uma oligarquia latifundiária tão poderosa como nos países vizinhos — e muito mais europeizada que nestes. Talvez isso explique porque, em vez de se tornar um país eternamente dominado por ditaduras militares "capias", a Costa Rica moderna proclame orgulhosa a sua condição de "Suiça da América", país sem exército e com mais professores do que os efectivos da Guarda Civil.

Apenas em duas ocasiões se alterou a tradição pacífica dos costarriquenses. A primeira foi

em meados do século XIX, quando o norte-americano William Walker, que se tinha apoderado da Nicarágua, tentou estender o seu domínio ao sul e foi derrotado pelo presidente Juan Rafael Mora. A segunda, cem anos mais tarde, quando em 1948 uma fraude eleitoral resultou numa guerra civil, que foi vencida pelas forças então opositoras de José Figueres.

A partir desse momento a tradicional disputa política entre liberais e conservadores foi substituída por uma nova, entre o Partido de Libertação Nacional, de Figueres, e uma heterogénea formação de vários partidos menores, com algumas possibilidades de vitória se conseguem coligar, como aconteceu em 1966 com a Oposição Nacional Unida, que conduziu à presidência José Joaquín Trejos.

O PLN, com Figueres na direcção, conseguiu recuperar o governo nas eleições de 1970 e o manteve em 1974, quando ascendeu à primeira magistratura

Daniel Odúber Quirós, co-fundador do partido em 1950.

Odúber esforçou-se por restabelecer a unidade do Mercado Centro-Americano, em crise desde a guerra entre Salvador e Honduras em 1969. No entanto, a sua clara defesa da liberdade democráticas não foi muito bem vista pelo regime de Somoza na vizinha Nicarágua, que em inícios de 1977 iniciou uma campanha para diminuir o fluxo turístico à Costa Rica.

No plano interno, grande parte dos esforços da actual administração estão dirigidos a controlar a inflação, que em 1974 foi de 51 por cento, e a melhorar os rendimentos de 50 por cento da população activa, que nessa época ganhava menos de 60 dólares mensais. A nacionalização das companhias multinacionais que distribuíam o petróleo e os seus derivados no mercado interno, decretada em 1975, e a elevação dos preços do café (principal produto de exportação) criaram condições favoráveis para a obtenção destes objectivos.

Oitenta mil produtores de café, na sua maior parte pequenos e médios, dão emprego a um terço da população costarriquense, e a boa safra em 1976 e 1977 permitiu ao país superar o défice na sua balança comercial.

No entanto, a Costa Rica está consciente — como o explicou o presidente Odúber numa carta ao público norte-americano em razão do boicote ao café — de que a tendência à deterioração dos termos de troca "voltará a afirmar-se em um ano ou dois", e por isso reivindica o fim das actuais "relações comerciais desvantajosas" com os Estados Unidos e a "substituição da ajuda externa por um sistema de intercâmbio internacional mais justo".

Governo: Daniel Odúber Quirós, presidente — **Capital:** São José (500 000 h) — **Superfície:** 50 900 km² — **População:** 1 850 000 H. (60 por cento rural) — **Moeda:** colón — **Idioma oficial:** espanhol — **Festa Nacional:** 15/9 (Independência, 1821) — **Religião:** maioritariamente católica — **PNB per capita:** 850 dólares anuais — **Educação:** a educação absorve a quarta parte do orçamento total do governo — **Analfabetismo:** 4 por cento **Sade:** um médico para cada 1 500 habitantes.

A Costa Rica é membro pleno das Nações Unidas, do SELA, da OEA, do Mercado Comum Centro-Americano, da companhia de navegação NAMUCAR e das organizações de exportadores de Açúcar e Café.

26



Cuba

Cuba foi o último país latino-americano a conseguir a sua independência da Espanha e o primeiro a liquidar definitivamente a dominação norte-americana.

Como no resto do continente, as lutas independentistas começaram em inícios do século XIX, mas a batalha decisiva começa na ilha em 1895, sob a liderança de José Martí, Antonio Maceo e Máximo Gómez. Três anos mais tarde os Estados Unidos declaram guerra à Espanha e intervêm na libertação da ilha, quando a vitória dos patriotas cubanos já era inevitável.

Um governo norte-americano dirigiu o país desde 1899 até 1902, outorgando uma constituição que inclui a "Emenda Platt", onde se reconhece aos Estados Unidos o direito de intervir em Cuba.

Este singular "direito" foi exercido ao terminar a presidência de Tomás Estrada Palma, primeiro chefe de Estado cubano. A intervenção dos "marines" prolongou-se por vários anos.

Com a queda do ditador Machado, em 1933, um processo de reformas anti-imperialistas foi impulsionado pelo jovem líder Antonio Guiteras, que ocupou simultaneamente vários ministérios no governo do presidente Grau San Martín. Este foi derrubado no ano seguinte pelo sargento Fulgencio Batista, que governou duas vezes o país entre 1934 e 1958, e instaurou uma férrea ditadura e uma repressão sangrenta.

Em 31 de Dezembro de 1958, Batista fugiu de Cuba, quando se aproximavam de Havana as colunas guerrilheiras de Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos, que constituíam a vanguarda do Exército Rebelde conduzido por Fidel Castro.

Castro tinha desembarcado na ilha em 1956, a comandar menos de uma centena de homens que chegaram do México a bordo do iate "Granma". Já

nessa época o líder revolucionário era amplamente conhecido em Cuba. Suas bases programáticas estavam estabelecidas na sua alegação de defesa pronunciada diante dos juizes, após o fracasso da tentativa de insurreição de Julho de 1953 no Quartel Moncada, discurso conhecido por suas palavras finais: "A História me absolverá".

Em 1961, em represália pela reforma agrária e a expropriação de várias empresas norte-americanas, os Estados Unidos organizaram uma invasão de mercenários cubanos, com apoio aéreo e logístico da Força Aérea norte-americana, na Baía dos Porcos. Após 72 horas de duro combate, a invasão de Praia Girón terminou com a primeira derrota militar do imperialismo norte-americano na América Latina.

Durante os acontecimentos de Girón, Fidel Castro proclamou a orientação socialista em Cuba, que em 3 anos erradicou o analfabetismo, criou um avançado sistema de saúde pública, deu grande impulso à construção de vivendas populares com a participação dos trabalhadores e começou a diversificar a economia para terminar com a monocultura.

O bloqueio imposto pelo imperialismo foi enfrentado com coragem e enormes sacrifícios. A medida não impediu que Cuba expressasse a sua vocação in-



ternacionalista e solidária com os povos em luta pela sua independência e revolução. Sem ter cumprido os seus objectivos, o isolamento comercial e diplomático — nunca acatado pelo México e já levantado por vários países latino-americanos — está a ponto de cair definitivamente.

A eventual reabertura do intercâmbio económico com os Estados Unidos não significará já um retorno à antiga dependência. Cuba não só consolidou a sua economia sobre bases novas — o que lhe permitiu resistir ao impacto da queda dos preços do açúcar, em melhores condições que muitos outros países do continente — como também consolidou novas estruturas políticas. A realização do primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, em fins de 1975, e a posterior votação da nova Constituição e a eleição de representantes nos diferentes níveis — com a implantação, pela primeira vez na América Latina, do princípio da revogabilidade dos delegados — abrem novos caminhos — a participação popular, e demonstram que a institucionalização de uma Revolução não implica necessariamente o seu congelamento.

Governo: Fidel Castro Ruiz, chefe de Estado e do governo — **Capital:** Havana (2200 000 H.) — **Superfície:** 114 524 km² — **População:** 9 500 000h. (40 por cento rural) — **Moeda:** peso — **Idioma oficial:** espanhol — **Festa Nacional:** 1/1 (Dia da Libertação, 1959) — **Religião:** grande parte da população pratica o catolicismo — **PNB per capita:** 450 dólares anuais — **Educação:** a escolarização atinge 99,5 por cento da infância entre 6 e 12 anos. O analfabetismo foi erradicado em 1961 — **Saúde:** um médico para cada 900 habitantes. Toda a assistência médica é gratuita.

Cuba é membro de pleno direito da ONU, do Sistema Económico Latino-Americano, da Associação de Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), da companhia de navegação NAMUCAR, da Organização de Solidariedade com os Povos de África, Ásia e América Latina (OSPAAAL) e do Movimento dos Países Não Alinhados, que realizará a sua próxima reunião ccimeira em Havana, em 1979.

Chile

Atacamenhos, araucanos e outros indígenas, povoadores originais da vertente ocidental da Cordilheira dos Andes, na parte sul, opuseram à conquista espanhola uma das mais tenazes resistências, que só terminou com o seu extermínio ou a total destribalização por meio do trabalho forçado nas minas.

Desta dolorosa integração entre espanhóis e os nativos americanos nasce o povo chileno; uma origem que a aristocracia local tentou escamotear casando as suas filhas com imigrantes nórdicos para se "embranquecer". Foi esta classe de latifundiários, clérigos e comerciantes, a principal promotora da independência política concretizada pela vitória do general rioplataense José de San Martín sobre as tropas espanholas (1818) e consolidada por Bernardo O'Higgins, que estabeleceu a nova república sobre princípios liberais mas que não modificaram a estrutura social do latifúndio.

Tais sectores logo se aliaram com os capitais europeus interessados na exploração do cobre e do salitre no deserto de Atacama, capitais que levaram o Chile a uma longa e sangrenta guerra (1879-1884) para conquistar o litoral marítimo da Bolívia e parte do Peru. Quando o presidente José Balmaceda tentou reduzir a participação das empresas estrangeiras na

mineração e estabelecer um controlo do Estado sobre as suas actividades, elas promoveram conflitos que custaram quase tantas vidas como a guerra, e culminaram com o suicídio de Balmaceda (1891) e a instauração do "governo parlamentar", que defendeu os interesses oligárquicos-imperialistas até às primeiras décadas do século XX.

Embora a maior parte dos lucros fossem absorvidos pelos capitais externos, as riquezas minerais do Chile eram tais que a pequena parte que correspondia ao Estado bastou para estabelecer um amplo sistema de educação popular e realizar grandes obras públicas, o que possibilitou um incipiente desenvolvimento industrial e uma acelerada urbanização. Isso traduziu-se num rápido crescimento dos sectores das classes médias e dos operários, o que teve a sua expressão nos governos da Frente Popular que se sucederam entre 1938 e 1946.

As aspirações populares a mudanças voltaram a manifestar-se com o triunfo da Democracia CCristã, em 1964, ao eleger Eduardo Frei para a Presidência. Embora iniciasse um processo de Reforma Agrária, Frei não cumpriu a sua promessa de nacionalizar o cobre explorado por multinacionais norte-americanas. As esperanças

despertadas pelo reformismo de Frei encontraram uma expressão mais consequente na Unidade Popular de Salvador Allende que, reunindo várias organizações de esquerda (Partido Socialista, Partido Comunista, Partido Radical, MAPU e Esquerda Cristã), ganhou as eleições de 1970.

O governo de Allende conseguiu em poucos meses nacionalizar sem indemnizações o cobre e outras 200 empresas estrangeiras, aumentar o salário real dos trabalhadores, aprofundar a Reforma Agrária com a introdução da exploração colectiva, estatizar a banca e o comércio exterior, e criar um amplo "sector social" na economia.

A direita respondeu com uma campanha de "desestabilização", empregou à fundo os mecanismos do Estado que conservava nas mãos os meios de comunicação social e os seus recursos económicos, generosamente aumentados pelos serviços de espionagem dos Estados Unidos e por algumas multinacionais. Ao mesmo tempo, os governos ocidentais negavam ao Chile os créditos solicitados.

A 11 de Setembro de 1973, os sectores reaccionários das forças armadas desencadearam, com o comprovado apoio da CIA e das multinacionais, um sangrento golpe de Estado que superou a resistência dos militares leais e a heróica luta de Allende, assassinado no Palácio de la Moneda. Milhares de trabalhadores, estudantes e populares foram massacrados na "cintura industrial" de Santiago, nas universidades e nos "bairros de lata".

A ditadura do general Pinochet revogou as nacionalizações, reduziu o nível de vida da população a condições de fome, afectou seriamente a indústria nacional e terminou por perder a inicial simpatia de alguns sectores da classe média. Enquanto a Junta Militar enfrenta um crescente isolamento internacional, o povo chileno vai encontrando canais para expressar a sua oposição, para lutar pela sua libertação.

Governo: Junta Militar presidida pelo general Augusto Pinochet. **Capital:** Santiago (4 000 000 h.). **Superfície:** 746 945 km². **População:** 11 000 000 h. (20 por cento rural). **Moeda:** peso (equivale a mil dos antigos escudos). **Idioma oficial:** espanhol. **Festa Nacional:** 18 de Setembro (independência, 1810); durante o governo da Unidade Popular, também o 11 de Julho (nacionalização das minas, 1970, comemorado como o Dia da Dignidade Nacional). **Religião:** maioritariamente católica. **PNB per capita:** 1000 dólares anuais. **Educação:** 2 800 000 estudantes em todos os níveis, em 1974; analfabetismo: 10 por cento. **Saúde:** um médico por cada 2 mil habitantes.

O Chile é membro de pleno direito da OEA, das Nações Unidas, do CIPEC (Conselho Intergovernamental de Países Exportadores de Cobre) e da SELA (Sistema Económico Latino-americano). Depois do golpe, 1973, o país deixou de ser convidado às reuniões do Movimento dos Países Não-Alinhados.

as vozes da áfrica revolucionária

N.º 402 — 18 DE JUNHO — 1978 — 15800
Angola 25 Kwanzas Portugal 25 escudos

Tempo



**INTERVENÇÃO
FRANCESA**

**2.ª CONFERÊNCIA
DO D.T.I.**

TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29.17 — Republica Popular de Moçambique

ot
or
da
pa
es
re
co
ta
tr

tr
ric
un
lo
do
nó
ce
dia
a
pe
ter
as
co
O
no
lib
rar
fú

col
res
bre
At
o
gu
qu
Bo
do
ter
das

Go
Ca
laç
mi
18
da
19
ma
Ed
an
hal

das
res
De
do

